

RELATÓRIO E CONTAS 2025





ÍNDICE

Mensagem da Presidente	5
2025 em Destaque	9
A EMPRESA	12
Quem Somos.....	13
Organização	24
As nossas Ambições de Sustentabilidade	28
Contexto macroeconómico	42
O Grupo Águas de Portugal.....	47
O setor	47
O NEGÓCIO	
Atividade Operacional	64
Eventos Relevantes Subsequentes.....	104
Perspetivas Futuras	105
Considerações Finais	106
Proposta de Aplicação de Resultados	107
AS CONTAS	
Notas às demonstrações financeiras	136
Relatório e Parecer do Fiscal Único.....	173
Certificação Legal de Contas	174

MENSAGEM DA PRESIDENTE



“Somos um parceiro de referência que trabalha, em cooperação com governos, *utilities* e organizações internacionais, para construir sociedades mais sustentáveis, resilientes e inclusivas”

Num mundo onde o acesso à água potável e ao saneamento deveria já ser uma realidade universal, os números continuam a recordar-nos que este é ainda um dos grandes desafios do nosso tempo. Milhões de pessoas vivem ainda sem acesso a serviços básicos de água e saneamento, e o investimento global neste setor continua aquém do necessário para garantir soluções duradouras e sustentáveis. Aquilo que para muitos é um gesto simples e quotidiano — abrir uma torneira ou beber um copo de água — permanece, para demasiadas comunidades, uma necessidade por satisfazer e uma condição essencial para a saúde, a dignidade e o desenvolvimento humano.

O ano de 2025 assinala igualmente o termo de um mandato de três anos do Conselho de Administração, período durante o qual a AdP INTERNACIONAL enfrentou um contexto internacional particularmente exigente. Este ciclo ficou marcado por um esforço significativo de adaptação da empresa a uma nova realidade de mercado, caracterizada por uma crescente instabilidade geopolítica, pela redução de financiamentos internacionais em determinados programas e por uma diminuição global das oportunidades de negócio no setor.

Perante este cenário, foi desenvolvido um trabalho consistente de racionalização de custos, reorganização interna e ajustamento da atividade da empresa, procurando assegurar a sustentabilidade da AdP INTERNACIONAL num ambiente de maior incerteza. Este período exigiu também decisões responsáveis ao nível da gestão financeira, incluindo o reconhecimento contabilístico de alguns aspetos que tiveram impacto direto no resultado da empresa. Importa referir que parte destes ajustamentos financeiros dizem respeito a factos verificados em exercícios anteriores ao atual mandato, cuja regularização se revelou necessária para garantir uma leitura rigorosa e transparente da situação económica e financeira da empresa.

Apesar deste enquadramento desafiante, a empresa procurou responder de forma proativa, reforçando a sua presença em mercados prioritários e desenvolvendo um intenso esforço de identificação de novas oportunidades, preparação de propostas e estabelecimento de parcerias internacionais. Ao longo de 2025, a AdP INTERNACIONAL manteve atividade operacional em várias geografias, destacando-se projetos e iniciativas em países como Angola,

Moçambique, Cabo Verde, Timor-Leste, Sri Lanka, Índia, Ucrânia e Grenada, bem como o desenvolvimento de novas oportunidades na América Latina e Caraíbas, em colaboração com instituições multilaterais como o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, a CAF e a UN-Habitat.

Em paralelo, foi possível concluir projetos relevantes nas áreas da regulação do setor da água, da gestão de programas de investimento em infraestruturas e do reforço institucional de utilities, contribuindo para a melhoria da governação e do desempenho dos serviços de água em diferentes países. Foram igualmente asseguradas extensões contratuais em projetos estratégicos e adjudicadas novas iniciativas que terão início em 2026, reforçando o posicionamento da empresa em novos mercados e consolidando a sua presença internacional.

Este percurso não seria possível sem o contributo dos trabalhadores do Grupo Águas de Portugal, cujo conhecimento, dedicação e experiência acumulada ao longo de décadas constituem a base do trabalho desenvolvido pela AdP INTERNACIONAL. Os projetos internacionais representam também uma oportunidade de levar ao exterior o saber-fazer construído no Grupo e de ver reconhecido, em diferentes contextos e geografias, o esforço e a qualidade do trabalho desenvolvido pelos seus profissionais. A participação em iniciativas internacionais permite valorizar estas competências e reforçar o orgulho e o sentido de missão associados ao serviço público da água.

2025 foi, assim, um ano de consolidação, adaptação e preparação do futuro. Num contexto internacional exigente e por vezes imprevisível, a AdP INTERNACIONAL procurou manter a sua atividade, reforçar a sua capacidade de resposta e continuar a afirmar-se como parceiro técnico de referência em projetos de cooperação e assistência técnica no setor da água e saneamento.

Mantemos a convicção de que cada projeto desenvolvido representa mais do que uma intervenção técnica. Representa uma oportunidade de contribuir para sociedades mais resilientes, sustentáveis e inclusivas. Porque, no final, o acesso à água e ao saneamento continua a ser uma condição essencial para o desenvolvimento humano — e é para esse objetivo que continuaremos a orientar o nosso trabalho.

**Foi um ano em que consolidámos
parcerias, aprofundámos a nossa
presença internacional e, acima de
tudo, mantivemos viva a nossa missão:**

LEVAR ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

E PROMOVER CONDIÇÕES DE VIDA DIGNAS

A QUEM AINDA NÃO TEM ACESSO A ESTES SERVIÇOS

ESSENCIAIS.

2025 EM DESTAQUE

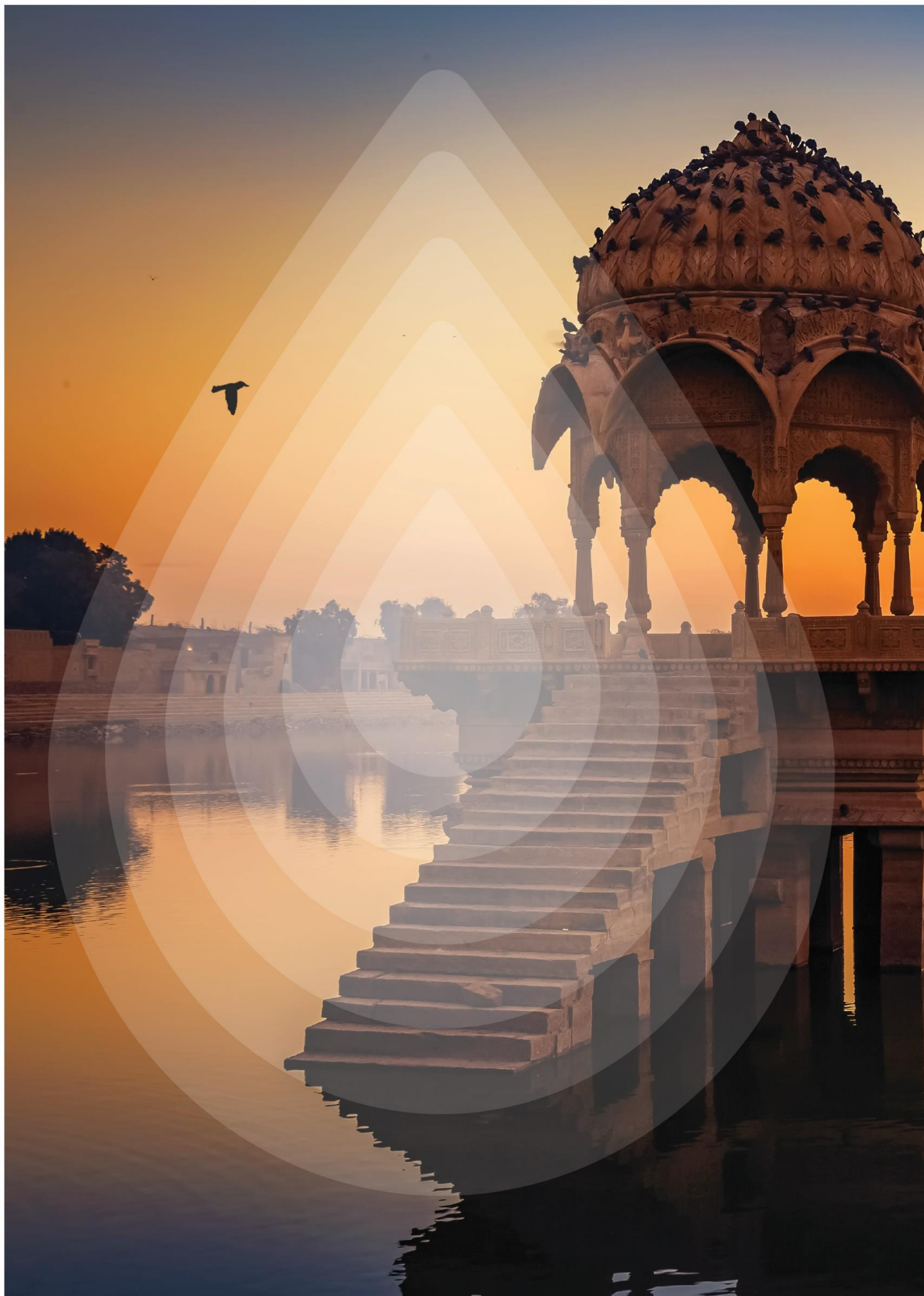
FACTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

Em 2025, a atividade internacional da AdP INTERNACIONAL caracterizou-se por uma forte aposta na cooperação técnica, na partilha de conhecimento e no reforço de parcerias institucionais com organizações multilaterais e operadores de água.

As iniciativas desenvolvidas envolveram diversos países e instituições internacionais, contribuindo para promover soluções inovadoras e sustentáveis no setor da água e consolidar o posicionamento do Grupo Águas de Portugal como parceiro de referência em projetos internacionais.

- FEV**
 - Entrada no mercado do Norte de África através da constituição da *Société Agua Services d'Assainissement*, no âmbito de um contrato de concessão em regime de PPP na Tunísia.
 - Participação da AdP INTERNACIONAL na WEX Global Conference, dedicada à inovação e sustentabilidade no setor da água.
 - Visita técnica de delegação internacional a infraestruturas do Grupo Águas de Portugal.
- MAR**
 - Assinalado o Dia Mundial da Água, destacando o contributo da AdP INTERNACIONAL para a cooperação internacional no setor da água.
- ABR**
 - Participação na Spain-Portugal Water Learning Week, promovida pelo Banco Asiático de Desenvolvimento.
 - Participação no Annual Meeting do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD).
- MAI**
 - Realização de reuniões institucionais com parceiros internacionais no âmbito de projetos de cooperação técnica.
 - Receção de delegação internacional no âmbito do programa WICER do Banco Mundial.
- JUN**
 - Participação no ADB Forum, dedicado à inovação nos serviços de água.
 - Participação no *Indonesia Water and Wastewater Expo and Forum*, em Jacarta.
 - Celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas na Embaixada de Portugal em Jacarta.
- JUL**
 - Desenvolvimento de atividades de cooperação técnica internacional em projetos do setor da água.
- AGO**
 - Missão técnica ao Sri Lanka no âmbito do programa Water Operators Partnerships for Resilience (ADB).
 - Receção de delegação do Ministério do Ambiente da Coreia do Sul.

- SET**
- Recepção de delegação liderada pelo Ministro da Indústria, Ciência, Tecnologia e Inovação do Camboja.
- OUT**
- Assinatura de Memorando de Entendimento com o Asian Development Bank e o operador de água do Sri Lanka.
 - Início de projeto de cooperação na Ucrânia em parceria com a ONU-Habitat e a UNICEF.
 - Participação da AdP Timor-Leste no IWA – Water and Development Congress & Exhibition 2025, congresso internacional de referência no setor da água e saneamento. Apresentação de três comunicações técnicas sobre gestão de recursos hídricos, saneamento e soluções digitais para a resiliência dos sistemas de água.
- NOV**
- Distinção da AdP INTERNACIONAL nos PT Global Water Awards pelo projeto “*Água em Tempo de Guerra*”.
 - Participação no AU-EU Business Forum, em Luanda.
- DEZ**
- Participação em missão empresarial à Arábia Saudita, organizada pela AICEP.





A EMPRESA

QUEM SOMOS

MISSÃO, VISÃO E VALORES

A AdP-Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. (AdP INTERNACIONAL) foi criada em 2001, para concretizar a estratégia internacional do Grupo Águas de Portugal, é uma empresa pública que integra o Setor Empresarial do Estado nos termos do Decreto-Lei nº. 133/2013, de 3 de outubro e é detida a 100% pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A..

A AdP INTERNACIONAL tem como PROPÓSITO Fazer a Diferença na Vida das Pessoas e como MISSÃO prestar serviços no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030.

Em linha com esta missão, a sua VISÃO é a de ser reconhecida pelos clientes e parceiros internacionais como um dos mais eficientes e sustentáveis operadores internacionais na gestão da água, pelo enfoque na excelência do serviço ao cliente, na inovação, na resiliência, na neutralidade energética e carbónica e na economia circular.

Em todas as linhas de atuação, a AdP INTERNACIONAL adota os VALORES do Grupo Águas de Portugal, e a estes acrescem os valores nucleares da própria AdP INTERNACIONAL, que são as fundações da sua atuação a nível internacional, junto de clientes, das entidades financiadoras, dos parceiros e das comunidades locais.

DESCRIÇÃO, ATIVIDADE E PRESENÇA

A AdP INTERNACIONAL é responsável pela gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das suas competências nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

A AdP INTERNACIONAL exerce a sua atividade num ambiente concorrencial nos mercados onde está presente. Na sua maioria, os contratos em execução pela AdP INTERNACIONAL resultaram de concursos internacionais financiados por instituições financiadoras internacionais, nomeadamente, Banco Mundial, Banco Africano Desenvolvimento, Agência Francesa de Desenvolvimento, Banco Europeu de Investimentos, Banco Asiático de Desenvolvimento, União Europeia, entre outros.

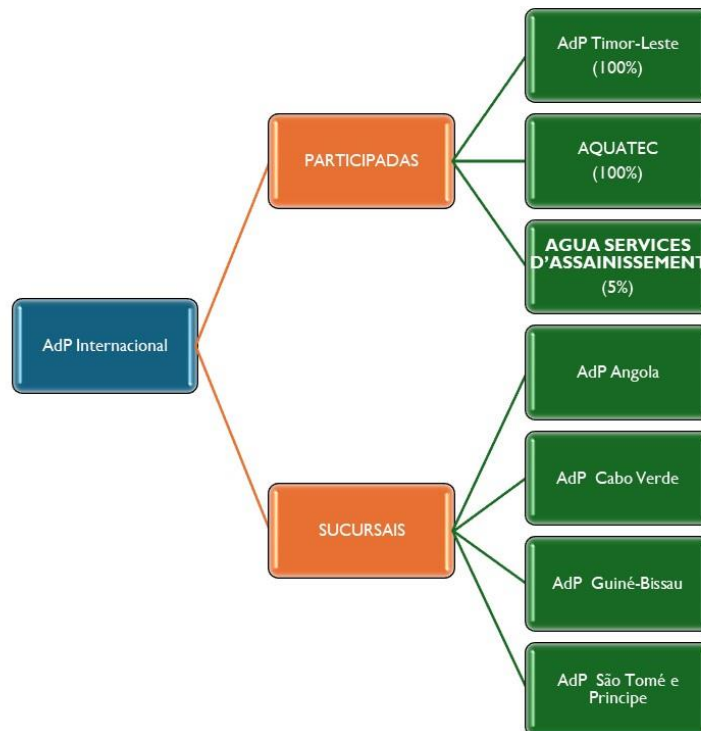
No âmbito das suas intervenções, a AdP INTERNACIONAL tem vindo também a assumir um papel de relevo no domínio da execução de projetos de cooperação internacional do Estado Português, uma vez que, na sustentação de algumas iniciativas, está subjacente uma perspetiva de cooperação e responsabilidade social em detrimento de uma lógica exclusivamente comercial. A sustentabilidade económica é, contudo, o eixo fundamental da atividade desenvolvida.

Para concretizar a sua missão, a AdP INTERNACIONAL suporta-se essencialmente nas soluções, produtos e competências disponíveis nas empresas do Grupo e estabelece parcerias com outras entidades nacionais, contribuindo assim para o reforço da presença do setor português da água nos mercados internacionais.

Assim, os serviços nucleares da AdP INTERNACIONAL refletem a experiência e o saber das empresas do Grupo AdP, e estruturam-se nos seguintes tipos de atividades:

 Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento	 Operação e manutenção de infraestruturas	 Planeamento e gestão de investimentos	 Estudos estratégicos	 Formação e capacitação
<ul style="list-style-type: none"> • Contratos de Assistência Técnica • Contratos baseados no desempenho • Contratos de gestão • PPP (ponderados os riscos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Contratos de serviço • BOT (na vertente de prestação de serviços de operação) • Otimização e Valorização de Lamas • Gestão Energética dos Sistemas • Sistemas de Gestão Operacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos de Gestão de Investimentos • Planos Diretores e Estudos de Viabilidade de Projetos de Infraestruturas • Preparação e gestão de processos de <i>Procurement</i> para a execução de Infraestruturas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Planos Estratégicos Nacionais • Políticas e Regulamentação do Setor • Estudos Socioeconómicos e de Género 	<ul style="list-style-type: none"> • Seminários e <i>Workshops</i> • Formação <i>On Job</i> • Cursos Técnicos em Instalações Escola (ETA e ETAR)

Ao longo dos anos, o enfoque da AdP INTERNACIONAL nos países lusófonos e o volume de atividade que se tem desenvolvido, especialmente em Angola, levou à decisão de constituir sucursais em alguns mercados-chave. Atualmente, a AdP INTERNACIONAL está presente localmente em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe, através de sucursais, e participa no capital social de empresas em Moçambique e em Timor-Leste. Em Timor-Leste e em Moçambique, entre 2002 e 2005, e devido a especificidades da atividade da AdP INTERNACIONAL nesses mercados, foram constituídas empresas, detidas a 100% pela AdP INTERNACIONAL, que se mantêm em atividade desde então.

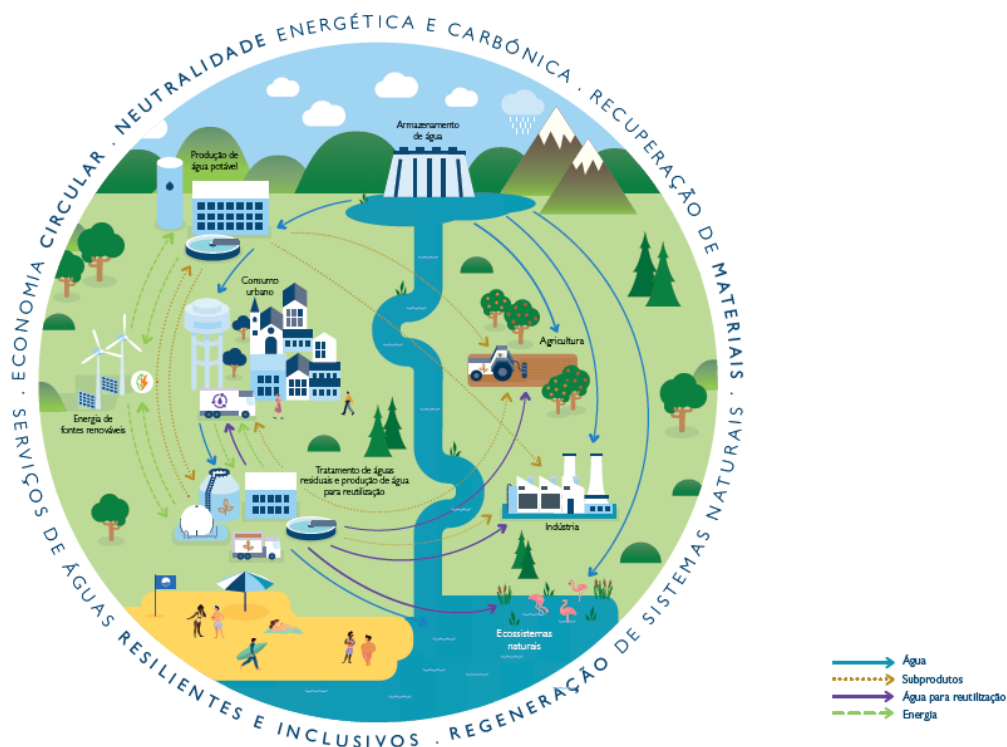


CADEIA DE VALOR

O Grupo Águas de Portugal, através das suas subsidiárias, tem uma presença alargada no território continental português, tendo como atividades principais a gestão integrada do ciclo urbano da água, que compreende todas as fases, desde a captação, o tratamento e a distribuição de água para consumo público, a recolha, o transporte, o tratamento e a rejeição de águas residuais urbanas e industriais, e a produção de Água para Reutilização (ApR).

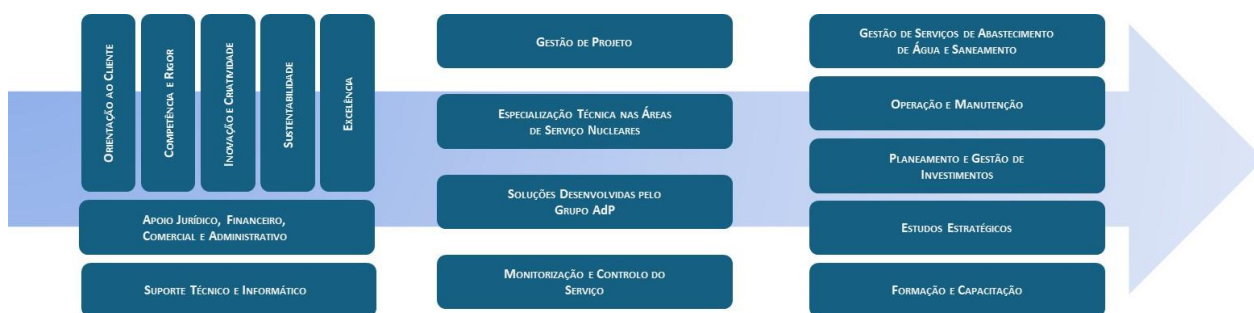
A eficiência hídrica e a eficiência energética, são objetivos estratégicos do Grupo no contexto da gestão da escassez de água e adaptação às alterações climáticas, e da promoção da economia circular, destacando-se a produção de ApR e a valorização de subprodutos resultantes dos processos de tratamento das águas, nomeadamente lamas e nutrientes, e o aproveitamento energético dos ativos e dos recursos endógenos, designadamente do biogás das digestões anaeróbias, bem como a produção de energia de fontes hídrica, eólica e fotovoltaica.

Considerando a missão específica da AdP INTERNACIONAL de desenvolver a sua atividade no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030, a sua cadeia de valor, consubstancia áreas de serviço nucleares e competências distintivas, podendo representar-se da seguinte forma:



A AdP INTERNACIONAL atua na vanguarda do setor da água, guiada por um compromisso centrado no cliente e fundamentada em competência, inovação, sustentabilidade e excelência. Esta abordagem é sustentada por metodologias avançadas de gestão de projetos, especialização técnica em áreas, como serviços nucleares, soluções desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e ferramentas de monitorização e controlo de serviços.

A orientação para o cliente é crucial em todas as etapas da cadeia de valor da consultoria. Ao compreender profundamente as necessidades e desafios dos clientes, a AdP INTERNACIONAL adapta a sua abordagem para garantir o máximo alinhamento com os seus objetivos. As ferramentas de gestão de projetos facilitam a comunicação eficaz, o envolvimento das partes interessadas e a alocação de recursos, garantindo que as expectativas do cliente sejam atendidas e superadas.



Competência e rigor sustentam os processos de pesquisa, análise e desenvolvimento de soluções da consultoria. Com uma equipa de especialistas qualificados, distribuídos por todas as empresas do Grupo Águas de Portugal, a AdP INTERNACIONAL oferece avaliações e estratégias abrangentes, baseadas na experiência do Grupo ao longo de trinta anos.

A especialização técnica em áreas como serviços nucleares amplia a capacidade da consultoria para oferecer soluções inovadoras e tecnicamente sólidas, especialmente em projetos complexos de gestão de recursos hídricos que exigem conhecimentos avançados.

Com base na experiência e nas tecnologias inovadoras do Grupo Águas de Portugal, a AdP INTERNACIONAL é pioneira em novas abordagens aos desafios da gestão da água. Ao promover a criatividade e a inovação, a consultoria identifica oportunidades de ganhos de eficiência, redução de custos e práticas sustentáveis, garantindo sucesso a longo prazo para clientes e partes interessadas, apresentando soluções adaptadas às suas necessidades específicas. Sustentabilidade e excelência são incorporadas em todos os aspetos das operações da AdP AdP INTERNACIONAL, que, por meio de um planeamento cuidadoso e uma gestão criteriosa de investimentos, prioriza soluções que promovem a gestão ambiental, a conservação de recursos e a resiliência da comunidade. As ferramentas de monitorização e controle de serviços permitem o acompanhamento em tempo real do desempenho das atividades das entidades gestoras de água, garantindo a conformidade com os padrões de sustentabilidade e a entrega de resultados de alta qualidade.

Em suma, a cadeia de valor da AdP INTERNACIONAL representa uma abordagem holística da consultoria no setor da água, integrando orientação para o cliente, competência, inovação, sustentabilidade e excelência para fornecer soluções impactantes. Com a utilização estratégica de gestão de projetos, especialização técnica, soluções desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal e ferramentas de monitorização e controlo de serviços, a consultoria

mantém-se na vanguarda da inovação, impulsionando a mudança positiva e o desenvolvimento sustentável no setor da água.

OS NOSSOS STAKEHOLDERS

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que possa afetar e/ou ser afetado pelos resultados estratégicos da empresa e que tenha reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A envolvimento dos *stakeholders* na atividade do Grupo Águas de Portugal passa por um exercício de partilha e transparência da empresa, na relação com a sociedade e, em especial, com as entidades com impacto nas empresas do Grupo ou sejam impactadas por elas.

Considerando a especificidade da AdP INTERNACIONAL de prestar serviços no setor dos serviços de abastecimento de água e de saneamento a nível internacional, foram identificados os seus principais *stakeholders*:



A AdP INTERNACIONAL mantém um adequado relacionamento informativo com os *stakeholders*, atuando como interlocutor entre o Grupo Águas de Portugal e os respetivos *stakeholders*, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A AdP INTERNACIONAL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Estamos empenhados em assegurar o cumprimento dos deveres necessários para manter um relacionamento adequado com nosso amplo universo de *stakeholders*, pelo que não só divulgamos as informações exigidas pelas leis e regulamentos, como também adotamos uma postura proativa em relação à transparência. Estamos comprometidos em fornecer informações relevantes e oportunas não apenas do cumprimento de obrigações legais, mas também para promover a confiança e o engajamento com nossos *stakeholders*.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS

A AdP INTERNACIONAL tem como missão prestar serviços no setor do abastecimento de água e de saneamento, a nível internacional, capitalizando a experiência, o know-how e as soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a projeção internacional do cluster português da água, e implementando iniciativas de cooperação para o desenvolvimento, em linha com os ODS 2030.

A atividade prosseguida pelo Grupo Águas de Portugal enquanto agente empresarial do Estado para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais no domínio do ambiente, respeita o enquadramento fixado nos termos do Artigo 24.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Sector Público Empresarial, e as orientações emanadas através de despachos ministeriais e deliberações dos acionistas, os quais devem ser contemplados nos documentos de estratégia e planeamento vigentes.

Assim, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações tendo em vista a elaboração dos respetivos planos de atividade e orçamento anuais, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos definidos no Artigo 29.º do Decreto n.º 133/2013, de 3 de outubro.

Conforme também resulta do referido regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política sectorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz sectorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar na atividade operacional; e
- d) Definir o nível de serviço público a prestar e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

DEVERES E RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdP INTERNACIONAL terá em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Decreto-Lei nº 133/2013, de 3 de outubro e no Estatuto do Gestor Público, aprovado

pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação o qual, relativamente ao exercício de funções executivas prevê:

- a) Cumprir os objetivos fixados em Assembleia Geral, constantes dos contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos; e
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

No exercício das suas funções, os membros do Conselho de Administração devem ainda promover iniciativas e a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento do setor, designadamente com incidência no Grupo Águas de Portugal.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da AdP INTERNACIONAL estão ainda sujeitos ao disposto no Estatuto do Gestor Público, ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, nomeadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS GERAIS

O Conselho de Administração deverá ainda assegurar que a AdP INTERNACIONAL, sem prejuízo da respetiva autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente dos seus níveis de eficiência, qualidade do serviço prestado, respeito por elevados padrões de qualidade e segurança;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a respetiva comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- d) Adote sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito;

- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e o grau de satisfação dos clientes;
- f) Implemente políticas de inovação científica e de tecnologia consistentes, promovendo e estimulando novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- g) Concretize políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos colaboradores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão; e
- h) Desenvolva iniciativas tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional;
- i) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS ESPECÍFICAS

O Conselho de Administração deverá estabelecer um enquadramento estratégico alinhado com a visão e posicionamento da Empresa, inseridos no quadro estratégico do Grupo Águas de Portugal, bem como assegurar um modelo de governo e organizativo apropriado para garantir a execução de uma agenda de medidas que inclua as que adiante se enunciam (quando aplicável, atendendo ao objeto e atividade da empresa):

1. Contribuir, no aplicável, para o reforço da capacidade de resposta aos grandes desafios ambientais nas operações e atividades em que participa, nomeadamente:
 - 1.1. Aumento da eficiência na utilização de recursos primários;
 - 1.2. Reforço da resiliência no fornecimento de água e redução da vulnerabilidade das infraestruturas críticas, privilegiando a interoperabilidade e o desenvolvimento de novas dinâmicas de reengenharia de sistemas;
 - 1.3. Evolução para uma economia circular e neutra de carbono, em especial quanto à reutilização de águas residuais, valorização de lamas e neutralidade energética;
 - 1.4. Aprofundamento da relação com as comunidades e o território na diversificação e interligação de origens, na fiabilidade dos serviços e no cumprimento dos valores limite para descarga dos efluentes nas redes; e
 - 1.5. Modernização das operações nos territórios, induzida por novas dinâmicas organizacionais e tecnológicas.
2. Contributo para a consolidação e sustentabilidade do setor em linha com o plano estratégico setorial, em especial:
 - 2.1. Contribuir para a coesão territorial e equidade no acesso aos serviços, com reforço da preocupação na sustentabilidade económica e ambiental das atividades;
 - 2.2. Contribuir para a adoção de modelos alternativos para a atuação articulada com os sistemas municipais;
 - 2.3. Contribuir para a integração de sistemas de drenagem de águas pluviais; e
 - 2.4. Contribuir para a integração dos empreendimentos hidráulicos.
3. Sensibilização para a globalidade dos custos incorridos na prestação do serviço, de entre os quais se destacam os custos ambientais, tendo em vista:

- 3.1. O maior reconhecimento por parte dos intervenientes no setor de todos os custos efetivamente incorridos no sentido de assegurar a valorização não só do recurso água, mas sobretudo dos serviços essenciais que lhes são prestados por um conjunto de entidades;
 - 3.2. A adoção de um comportamento responsável e de consumos mais racionais por parte dos utilizadores municipais, das atividades económicas e dos consumidores individuais; e
 - 3.3. No caso de alguns utilizadores não domésticos, a redução da carga poluente drenada para as instalações de tratamento de águas residuais urbanas, obrigando a investimentos adicionais para assegurar a qualidade mínima da água residual que é rejeitada de modo a não impactar nos meios recetores.
4. Na atuação sobre o modelo de governo, a estrutura empresarial, a organização e o funcionamento:
- 4.1. Na governação, promover uma ampla e abrangente representatividade das partes interessadas, salvaguardar princípios, valores e práticas alinhadas com os mais elevados padrões de exigência;
 - 4.2. Na definição de políticas corporativas, a simplificação e agilização de processos corporativos e a incorporação do espectro alargado de conhecimento e sensibilidades, designadamente mediante a criação de uma rede multipolar de competências operacionalizada por estruturas especializadas transversais e a incorporação de experiências vivenciadas junto às realidades territoriais;
 - 4.3. Na dinamização de redes de competências em temas estratégicos, num ambiente descentralizado e colaborativo; e
 - 4.4. Nas políticas de contratação de bens e serviços que, sem prejuízo da racionalidade económica, promovam o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
5. Elevar os níveis de eficiência e consistência, potenciando a natureza empresarial e a capacidade técnica, em especial:
- 5.1. Quanto à atração, retenção, desenvolvimento e sucessão dos quadros, em linha com os desafios do setor e padrões da regulação; e
 - 5.2. No reforço da transição digital, num ambiente de segurança cibernética, alinhado com os objetivos de resiliência, eficiência e ligação às comunidades.
6. Assegurar as boas práticas na gestão do ciclo de vida dos ativos, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos grandes desafios ambientais, através da:
- 6.1. Clarificação da política de gestão de ativos infraestruturais e respetivas prioridades de ação;
 - 6.2. Consolidação e modernização dos sistemas cadastrais e de gestão informação e monitorização;
 - 6.3. Atualização dos processos de planeamento de investimentos;
 - 6.4. Adoção das melhores práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas nos processos de planeamento e gestão de ativos; e
 - 6.5. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
7. Capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo Águas de Portugal e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

OBJETIVO ESTRATÉGICO

De acordo com o titular da função acionista a orientação estratégica específica da AdP INTERNACIONAL para o mandato 2023/2025 será capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo Águas de Portugal e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera.

Considerando esta orientação estratégica específica, e em continuidade com os Princípios, Linhas de Atuação e Ações da AdP INTERNACIONAL, a estratégia aprovada pela função acionista para o mandato 2023/2025 permitirá disponibilizar serviços que contribuirão diretamente para o cumprimento do ODS 6, ou seja, “Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos”, em linha com o Quadro Global de Aceleração do ODS 6.

A AdP INTERNACIONAL continuará a prestar serviços, alinhada com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e respetivas Metas, mas distinguir-se-á pela forma como encara os Indicadores que medem os resultados da sua oferta.



Verifica-se que muitos projetos, não obstante se encontrarem alinhados com os ODS, carecem da apresentação clara dos seus resultados e de como estes impactam, na classificação dos países e regiões, nos indicadores definidos e apresentados pelas Nações Unidas.

Assim, considerando os Indicadores dos ODS, e aprofundando a utilização dos respetivos metadados definidos para esses mesmos indicadores, a AdP INTERNACIONAL, na sua atividade e nos projetos que desenvolverá, apresentará os resultados de acordo com estes Indicadores.

A AdP INTERNACIONAL afirmar-se-á como uma entidade capaz de contribuir para a melhoria da posição dos países ou regiões na classificação do ODS 6 e nos restantes ODS, considerando também o impacto que o aumento do resultado das metas definidas nos indicadores do ODS 6 terá nos restantes 16 ODS.

Em simultâneo com o posicionamento estratégico da AdP INTERNACIONAL de contribuir, com a sua atividade, para acelerar o cumprimento do ODS 6, o estabelecimento de parcerias traduzir-se-á num instrumento fundamental para a concretização dos objetivos, contribuindo, também, para o cumprimento das metas do ODS 17.

Reforçar os meios de implementação e revitalizar a Parceria Global para o Desenvolvimento Sustentável, com o qual se pretende reforçar o apoio internacional para a implementação eficaz e orientada da capacitação em países em desenvolvimento, a fim de apoiar os planos nacionais para implementar todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Deste modo, a atividade da AdP INTERNACIONAL permitirá a Aceleração do ODS 6 através de três dinâmicas conceptuais interligadas: Gestão da Água, Literacia da Água e Diplomacia da Água, cada uma delas incorporada nas orientações e objetivo fixados, e desenvolvidas de modo multifacetado, permitindo consolidar uma coerência na apresentação das soluções oferecidas ao mercado.

ORGANIZAÇÃO

ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS

ESTRUTURA ACIONISTA

A AdP INTERNACIONAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 175.000,00 de euros, integralmente realizado.

A Empresa tem como acionista única a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 100% do seu capital.

Acionista	%	Ações	Valor (Eur)
AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A.	100	35.000	175.000

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da AdP INTERNACIONAL, para o triénio 2023/2025, foram eleitos na Deliberação Social Unânime por Escrito, datada de 4 de maio de 2023.

O Conselho de Administração da AdP INTERNACIONAL atuou, em 2023, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela acionista e pela Tutela Setorial e Financeira.

A Empresa apresenta a seguinte Estrutura Organizacional:



A equipa de sede é uma equipa pluridisciplinar, com uma versatilidade que permite a cada elemento desempenhar diferentes funções, para dar resposta às prioridades que se vão colocando ao longo do ano.

A distribuição de Pelouros entre os membros do Conselho de Administração, é a seguinte:

CARLA CORREIA

- Coordenação Geral da Sociedade
- Sustentabilidade e Responsabilidade Empresarial (representante de gestão de SRE)
- Recursos Humanos

ANTÓNIO VENTURA

- Desenvolvimento de Negócio
- Controlo de Gestão e Coordenação de Projetos e Contratos

ANDREW DONNELLY

- Acompanhamento Técnico na Execução dos Contratos

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executiva | Carla da Conceição Afonso Correia

Vice-Presidente | António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Vogal Executivo | Andrew Donnelly



SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Ana Cristina Rebelo Pereira

Suplente | Cláudia Afonso de Carvalho

FISCAL ÚNICO

Efetivo/ROC | Deloitte, Associados, SROC, S.A | Ana Alexandra Dornelas Pinheiro

Suplente | João Carlos Henriques Gomes Ferreira, ROC

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A AdP INTERNACIONAL promove uma cultura organizacional assente em elevados padrões éticos, reforçando o compromisso com a integridade, a transparência e a conformidade na sua atuação.

A AdP INTERNACIONAL subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade¹ e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente:

- Código de Ética e de Conduta²;
- Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas³;
- Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades⁴;
- Manual de Contratação Pública do Regime Geral⁵ e
- Manual de Compras⁶.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdP INTERNACIONAL dispõe ainda de uma **Linha de Integridade**, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

¹ http://www.adpinternacional.com/downloads/file155_pt.pdf

² http://www.adpinternacional.com/downloads/file205_pt.pdf

³ http://www.adpinternacional.com/pt/governo-societario/informacao-financieira/plano-de-prevencao-de-risco-de-corrupcao-e-infracoes-conexas/downloads/file182_pt.pdf

⁴ http://www.adpinternacional.com/downloads/file208_pt.pdf

⁵ <https://www.adp.pt/governo-societario/Documentos%20Partilhados/%C3%89tica%20e%20Conduta/Manual%20de%20Contrata%C3%A7%C3%A3o%20P%C3%BAblica.pdf>

⁶ <https://www.adp.pt/governo-societario/Documentos%20Partilhados/%C3%89tica%20e%20Conduta/Manual%20de%20Compras.pdf>

AS NOSSAS AMBIÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

A prestação de serviços públicos essenciais coloca-nos numa posição de elevada responsabilidade. A forma como atuamos tem impacto direto na saúde e bem-estar das pessoas, na qualidade ambiental e no desenvolvimento económico dos territórios onde operamos.

Num contexto de alterações climáticas, a crescente pressão sobre os recursos, a degradação dos ecossistemas - acompanhados por riscos acrescidos de poluição – são desafios significativos que assumimos cada vez mais com uma atuação cada vez mais exigente, integrando a sustentabilidade na gestão do negócio e na dimensão de governação.

COMPROMISSO DE INTEGRIDADE

A AdP INTERNACIONAL subscreveu em dezembro de 2021 o Compromisso de Integridade, assumindo a implementação do modelo definido na Política de Integridade e nos instrumentos que lhe estão associados. Este compromisso reforça a capacitação interna e promove uma cultura organizacional assente em padrões éticos elevados.

O nosso referencial ético é coadjuvado por normas de conduta, políticas e procedimentos internos que asseguram a conformidade com os diferentes instrumentos que regulam a nossa atividade e atuação, nomeadamente: Código de Ética e de Conduta; Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas; Regulamento de Denúncias Voluntárias de Irregularidades; Manual de Contratação Pública do Regime Geral; Manual de Compras.

A governação da ética organizacional está cometida a dois órgãos com funções complementares: Conselho de Ética, um órgão consultivo com estatuto de independência, que visa promover os mais elevados padrões éticos no Grupo Águas de Portugal, ao nível da cultura, da conduta e dos comportamentos; a Comissão de Ética, um órgão executivo com estatuto de independência, que visa promover a análise de denúncias, questões e dilemas éticos reportados através dos canais de comunicação, confidenciais e seguros, constituídos para o efeito, particularmente no que ao reporte de irregularidades diz respeito.

A AdP INTERNACIONAL dispõe ainda de uma **Linha de Integridade**, um canal específico de comunicação, dirigido à Comissão de Ética do Grupo Águas de Portugal, cuja função principal é receber das partes interessadas, internas ou externas, todas as comunicações relativas a questões éticas, que possam colocar em causa a integridade do grupo como um todo ou de uma das suas empresas. A linha de integridade agrega todas as comunicações que possam, de alguma forma, violar os princípios e a essência da Política de Integridade.

COMPROMISSO DE SUSTENTABILIDADE

O Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal traduz a sua visão e ambições, orientando a atuação pelos princípios de eficiência, inovação e qualidade de serviço, no quadro de responsabilidade empresarial, ambiental e social estabelecido

As nossas ambições estão alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 das Nações Unidas e refletem a forma como incorporamos a sustentabilidade no propósito do nosso trabalho, na ação climática, na economia circular, na valorização dos territórios, na inovação e na cooperação internacional, sempre com uma forte componente de educação e sensibilização para o valor da água.



AS NOSSAS AMBIÇÕES

No Grupo Águas de Portugal, e igualmente na AdP INTERNACIONAL estruturámos as Ambições de Sustentabilidade em sete prioridades:

1. Trabalhar com Propósito

Valorizamos um ambiente de trabalho que promova o desenvolvimento profissional e pessoal dos colaboradores, a igualdade de oportunidades, a diversidade e inclusão, assegurando condições de segurança e saúde e incentivamos o equilíbrio entre vida profissional e pessoal.

2. Agir pelo Clima

Atuamos no sentido da neutralidade e autossustentabilidade energética, reduzindo emissões de gases com efeito de estufa e aumentando a resiliência dos sistemas perante cenários de alterações climáticas.

3. Economia Circular da Água

Procuramos maximizar a eficiência na gestão do ciclo urbano da água, reduzir desperdícios, valorizar recursos e promover soluções regenerativas.

4. Valorização dos Territórios

Prestamos um serviço público de excelência que reforça a proximidade com as comunidades, protege a biodiversidade e contribui para a saúde pública.

5. Inovação com Impacto

Incentivamos a inovação através de projetos de I&D+i, transformação digital e desenvolvimento de soluções sustentáveis, com impacto e que respondam aos desafios do setor.

6. Cooperação Internacional

Participamos em iniciativas de cooperação para a gestão sustentável da água, partilhando conhecimento e apoiando programas em países em desenvolvimento.

7. Educação para a Sustentabilidade

Promovemos a sensibilização sobre o valor da água e o seu papel no desenvolvimento sustentável, dirigindo-nos às comunidades, escolas e parceiros institucionais.

DE REALÇAR EM 2025:

Em 2025, alinhado com a visão da AdP INTERNACIONAL sobre sustentabilidade do negócio e dos princípios que nos regem, continuámos a desenvolver um trabalho de consolidação dos vários instrumentos de suporte ao nosso posicionamento nesta área, do qual se destaca:

- Destaca-se a prossecução da política de desenvolvimento e melhoria contínua dos processos da AdP INTERNACIONAL, numa lógica de transparência e credibilidade para a qual contribuem fortemente as certificações dos sistemas de Qualidade, Ambiente e Segurança, Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal, Responsabilidade Social e Sistema de Gestão da Segurança da Informação. Em 2025 renovámos as certificações em Qualidade - ISO 9001, Ambiente - ISO 14001, Segurança e Saúde no Trabalho - ISO/45001/OSHAS 18001, Responsabilidade Social - SA8000, e Conciliação entre a Vida Profissional, Familiar e Pessoal - NP 4552:2016 e ISO/IEC 27001:2022 implementado na proteção da informação de suporte ao negócio residente em sistema SAP e do Processo de Gestão de acessos SAP.
- Continuámos o programa corporativo de atribuição de bolsas de estudo com vista a contribuir para o desenvolvimento e aprendizagem das/os filhas/os das/dos trabalhadoras/es sendo este um programa de Responsabilidade Social interna de grande impacto. Em 2025, foram entregues 75 Bolsas de Estudo para o ano letivo 2025/2026 para o ensino superior e para ensino especial destinadas aos descendentes dos agregados familiares dos/as trabalhadores/as do nosso Grupo. Das 75 bolsas atribuídas, 38 são para crianças e jovens com ensino especial e 37 para jovens que frequentam o ensino superior. O programa de atribuição de bolsas de estudo aos filhos de trabalhadores/as do Grupo AdP arrancou no ano letivo de 2013/2014, tendo já sido atribuído um total de 622 bolsas.
- Um dos nossos princípios orientadores é a igualdade e o respeito pela diversidade. Promovemos ativamente o combate à discriminação e olhamos a ética como um valor primordial no âmbito do nosso desempenho. Em 2025 continuámos como parte ativa em diversos projetos de promoção de igualdade de género de inclusão, de combate à pobreza e exclusão social.
- Acolhemos este ano, novamente, uma estagiária participante no projeto de empreendedorismo feminino Girl Move, promovido pela fundação homónima que tem como missão a criação de um movimento de vida, de apoio e capacitação no feminino em Moçambique, através da sua educação e da criação de redes humanas de entreajuda e cooperação entre pares, inter-geracional e internacional. O seu principal objetivo é capacitar jovens, através da educação e da cooperação de forma a combater o abandono escolar precoce, casamentos e gravidezes prematuras e a violência de género, que são problemas que afetam a população

jovem feminina moçambicana e que prejudicam a realização dos direitos humanos básicos e a oportunidade de atingir em pleno o seu potencial humano. Um dos programas desenvolvidos chama-se “Change” e dirige-se a jovens licenciadas entre os 20 e os 30 anos, que podem fazer um “estágio de vida”, com a duração de um ano, com o apoio das entidades parceiras do projeto. Neste âmbito recebemos em 2025 a jovem moçambicana, Alexia Miguel.

- O Grupo AdP e, por conseguinte, a AdP INTERNACIONAL, tem implementada uma política sustentada de Igualdade de Género, temática que tem sido solidificada pela existência de um conjunto de políticas de Recursos Humanos não discriminatórias, o Código de Conduta e Ética e as certificações nas normas de Responsabilidade Social SA 8000 e na norma da Conciliação entre a Vida Pessoal Profissional e Familiar;
- Em 2025 cumprimos o nosso Plano para a igualdade e renovámos o nosso compromisso com o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade;
- No âmbito da saúde e bem-estar, e alinhados com a nossa política no âmbito da Conciliação, mantivemos:
 - (i) o programa de Ginástica, realizado duas vezes por semana para os/as trabalhadores/as, em horário pós-laboral;
 - (ii) a disponibilização, em 2025, de uma aula de ioga por semana; e
 - (iii) uma linha de apoio psicológico e consultas para todos/as os/as trabalhadores/as e famílias;
- No âmbito das atividades promovidas pelo Clube Recreativo AdP, destacam-se as aulas de Pilates, com carácter semanal, e a disponibilização de massagens terapêuticas. O Clube proporciona atividades de lazer, bem-estar e convívio, como é o caso da realização de uma atividade anual, extensível às famílias dos sócios, realizada ao fim de semana, que procura fomentar o espírito de grupo e partilha. Destaca-se, ainda, a celebração do Dia da Mulher, entre outras datas relevantes;
- O ODS 17 apela às parcerias e o Grupo Águas de Portugal e por conseguinte, a AdP INTERNACIONAL tem feito esse caminho tanto na gestão do conhecimento e inovação como da responsabilidade social. Colaboramos com diversas entidades, nomeadamente a Rede Portuguesa do Pacto Global da Nações Unidas, a Aliança para os ODS, o BCSD Portugal, o iGen - Fórum Organizações para a Igualdade, a Carta Portuguesa para a Diversidade, o GRACE, a APDDI Associação Portuguesa para a Diversidade e Inclusão entre outras, todas alinhadas para o desenvolvimento sustentável;
- Atendendo a que o apoio a ações de inclusão social de âmbito nacional faz parte da nossa estratégia de Responsabilidade Social, continuámos em 2025 a ser parceiros do desporto paralímpico, com o apoio ao Comité Paralímpico de Portugal (CPP), estando cientes do impacto e orgulho que esta parceria com o Comité Paralímpico de Portugal tem para todos os/as trabalhadores/as do Grupo AdP;
- Continuámos comprometidos com os 10 Princípios do United Nations Global Compact que o Grupo AdP integra desde 2010 fazendo parte do Board da Rede portuguesa GCNP;
- Desde 2023 que a AdP INTERNACIONAL subscreveu individualmente os princípios do United Nations Global Compact (UNGC), participando, assim, daquela que é considerada a maior iniciativa de responsabilidade empresarial à escala mundial, reafirmando, desta forma, o compromisso de respeitar integralmente os dez princípios consagrados pelas Nações Unidas neste Pacto



Global, que envolvem os Direitos Humanos e do Trabalho, Proteção do Ambiente e Mecanismos Anticorrupção;

- No que respeita à promoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e ao reforço do seu compromisso com as pessoas, com a saúde pública e com o ambiente, entre as diferentes iniciativas promovidas nacional e internacionalmente merece especial sublinhado a adesão do Grupo Águas de Portugal à iniciativa “*Joint Statement on the Right to Sanitation*”, lançada por um conjunto de entidades europeias, com a qual se pretende que a Comissão Europeia introduza disposições legais, na revisão da Diretiva do Tratamento Urbano de Águas Residuais, que garantam o melhor acesso possível a serviços de saneamento para todo o Continente Europeu, em consonância com as disposições de direitos humanos;
- Continuamos comprometidos com United Nations Global Compact Sustainable Ocean Principles em 2025, integrando o Grupo das 150 empresas que, a nível mundial, se comprometem a avaliar o seu impacto no oceano e a integrar a sustentabilidade oceânica na sua estratégia geral. Contribuir para a melhoria substancial da qualidade da água que é devolvida aos meios hídricos é um objetivo que prosseguimos na nossa atividade, especialmente no saneamento;
- Participámos ativamente no Pacto para a Saúde Mental em Ambientes de Trabalho, uma iniciativa promovida pelo Center for Responsible Business & Leadership da CATÓLICA-LISBON, na qual se desafiavam as organizações a assumirem a sua responsabilidade em adotar medidas, de forma a mitigar os problemas colocados pela fragilidade da saúde mental em ambientes de trabalho;
- O Grupo Águas de Portugal foi reconhecido como Embaixador do ODS 6 – Água Potável e Saneamento no âmbito do projeto Zambujal 360º, o primeiro bairro social em Portugal a representar oficialmente os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. O mural dedicado ao ODS 6 foi criado por Pedro das Neves, artista residente no bairro, e destaca a importância da água como elemento central para a sustentabilidade e a inclusão comunitária.
- Em novembro, demos continuidade à nossa participação na coorganização da Semana da Responsabilidade Social, iniciativa anual da APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, com apoio do Global Compact Network Portugal. A Águas de Portugal organizou uma sessão com o tema “Resiliência que une: Água, Pessoas, Futuro”.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE DO GRUPO ADP

A presente matéria é objeto de necessário desenvolvimento no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP. Desde 2008 que o Grupo AdP, publica o seu relatório de sustentabilidade o qual relata de forma consistente e transparente a responsabilidade económica, social e ambiental do Grupo. Integra o balanço consolidado da atividade de todas as empresas do grupo reportando o seu desempenho e evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas protagonizadas pelas empresas participadas cujas operações abrangem o País de norte a sul e do interior ao litoral.

Esta publicação permite um estreitar de relações com todos os seus *stakeholders*. A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade o documento principal de materialização desta política de transparência.

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2025, será desenvolvido em continuidade com as edições anteriores, segue as diretrizes do *GRI - Global Report Initiative* e os referenciais da ERSAR, que será sujeito a verificação por entidade externa, podendo ser consultado, quando disponível, no sítio da *internet* da AdP SGPS, através do *link*: <https://www.adp.pt/sustentabilidade/SitePages/Relat%C3%B3rios-de-Sustentabilidade.aspx> e do SISEE (antigo SiRIEF) (<https://sisee.dgjf.gov.pt>).

O Relatório de Sustentabilidade relativo a 2025, pode ser consultado, no sítio da *internet* da AdP SGPS, através do *link*: <https://www.adp.pt/sustentabilidade/SitePages/Relat%C3%B3rios-de-Sustentabilidade.aspx>.

Refira-se, ainda, que o Grupo AdP divulga anualmente no R&C e no Relatório de Sustentabilidade corporativo a informação relevante de RH desagregada por sexo (bem como nos individuais das empresas). O Relatório de Sustentabilidade corporativo é enviado aos principais *stakeholders* e é disponibilizado no site do Grupo e das empresas, bem como no portal de RH na *intranet* do Grupo AdP.

AS NOSSAS PESSOAS

FAZER A DIFERENÇA NA VIDA DAS PESSOAS E HUMANIZAR A GESTÃO DE PESSOAS

Num setor essencial como o da água, a sustentabilidade operacional do Grupo Águas de Portugal depende diretamente da sustentabilidade humana das suas equipas.

Em 2025, a Direção Corporativa de Pessoas e Cultura consolidou o seu posicionamento enquanto função estratégica, orientada para garantir continuidade de serviço, preservação do conhecimento crítico e preparação das competências necessárias ao futuro do setor.

O foco deixou de estar apenas na gestão administrativa para evoluir para um modelo integrado que articula cultura organizacional, desenvolvimento humano e maturidade dos processos corporativos, reforçando a capacidade de o Grupo Águas de Portugal responder a contextos de maior exigência técnica, regulatória e tecnológica.

Ao longo do ano foram aprofundadas três dimensões estruturantes:

- robustez do modelo de talento;
- consistência das práticas de liderança;
- capacidade de decisão suportada por dados.

Este caminho materializou-se na evolução da experiência dos trabalhadores, no reforço da aprendizagem contínua e na digitalização dos processos de gestão de pessoas, criando bases para uma organização mais previsível, mais transparente e mais preparada para o futuro.

Entre os marcos do ano destaca-se a segunda edição do programa de mentoring, reforçando a transferência intergeracional de conhecimento crítico e a aposta na formação informal, bem como a realização do primeiro encontro transversal das equipas de gestão de pessoas do Grupo Águas de Portugal, promovendo alinhamento e coerência de práticas entre empresas.

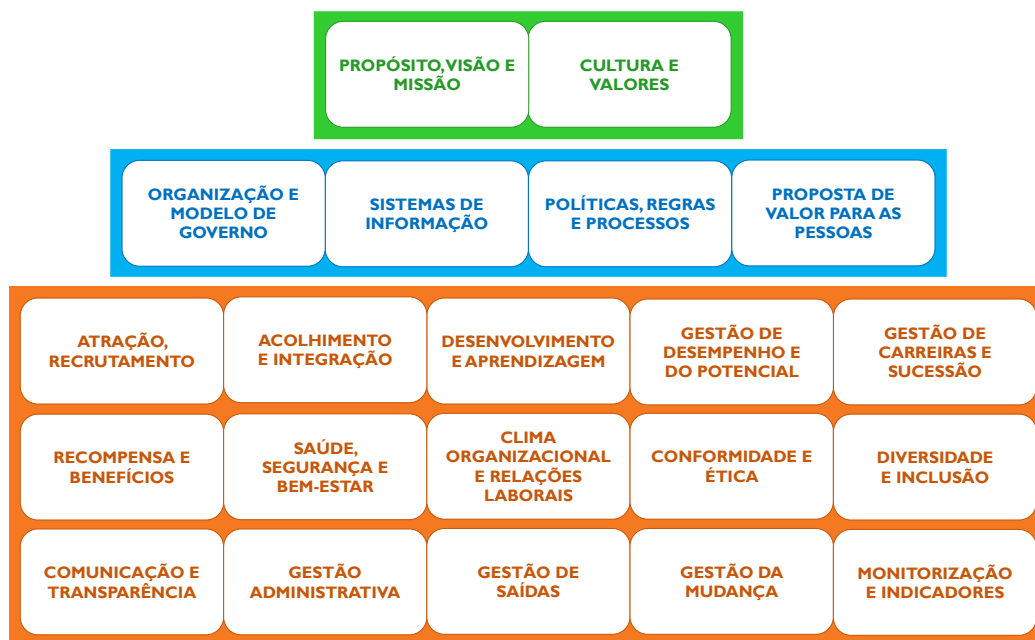
GOVERNAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS

Em 2025 foi publicada a Política de Gestão de Pessoas do Grupo Águas de Portugal, estabelecendo, pela primeira vez, um referencial corporativo comum para todas as empresas que o constituem.

Esta política formaliza o modelo integrado de gestão de pessoas, abrangendo todo o ciclo de vida profissional, da atração à saída, articulando cultura, liderança, processos e sistemas de informação numa arquitetura única de governação.

Mais do que um enquadramento concetual, a política traduz compromissos organizacionais claros em matérias como desenvolvimento, equidade, bem-estar, diversidade, transparência e ética, introduzindo igualmente mecanismos de monitorização através de indicadores de gestão.

Com este passo, a gestão de pessoas passou a assumir natureza estrutural no modelo de governo do Grupo Águas de Portugal, deixando de depender apenas de práticas locais e garantindo consistência, previsibilidade e alinhamento entre empresas, condição essencial para a sustentabilidade operacional e para a resiliência humana.



SUSTENTABILIDADE DO TALENTO E CONTINUIDADE OPERACIONAL

Atendendo ao envelhecimento demográfico do setor e à crescente escassez de perfis técnicos especializados, foi iniciado o Projeto ARTE – Atração e Retenção de Talento Estratégico, orientado para a identificação sistemática de funções-chave e para a definição de respostas estruturadas de atração, desenvolvimento, sucessão e retenção.

Este projeto visa mitigar riscos operacionais futuros e assegurar a preservação do conhecimento técnico essencial à continuidade do serviço público prestado pelo Grupo Águas de Portugal.

ENQUADRAMENTO LABORAL E ESTABILIDADE ORGANIZACIONAL

Em paralelo, iniciou-se o processo de revisão dos Acordos Coletivos de Trabalho, promovendo um novo ciclo de diálogo com os parceiros sociais. O objetivo consiste em garantir um enquadramento laboral equilibrado, sustentável e ajustado à evolução das qualificações, das expectativas profissionais e das necessidades organizacionais, reforçando simultaneamente a estabilidade institucional e a capacidade de adaptação do Grupo Águas de Portugal a contextos futuros.

Adicionalmente, desde 2022 o Grupo Águas de Portugal tem assegurado atualizações salariais de forma recorrente e anual, promovendo previsibilidade remuneratória e alinhamento com a evolução do contexto socioeconómico, o que aconteceu, igualmente, em 2025.

Esta abordagem contribui para a estabilidade das equipas, para a retenção de competências críticas e para a manutenção de um clima laboral equilibrado, fatores particularmente relevantes num setor intensivo em conhecimento técnico e na prestação de um serviço público essencial.

Em síntese, as iniciativas desenvolvidas, em conjunto, traduzem a evolução da gestão de pessoas para um modelo integrado de governação organizacional, suportado por princípios comuns, processos estruturados e decisão baseada em dados.

Num contexto de forte especialização técnica e envelhecimento demográfico do setor, a preservação e transferência de conhecimento assumem particular relevância, tendo as medidas adotadas contribuído para reduzir riscos de descontinuidade operacional.

Desta forma, a dimensão humana consolida-se como um dos pilares da sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para a continuidade operacional, para a confiança dos *stakeholders* e para a prestação consistente de um serviço público essencial com a qualidade que nos orgulha.

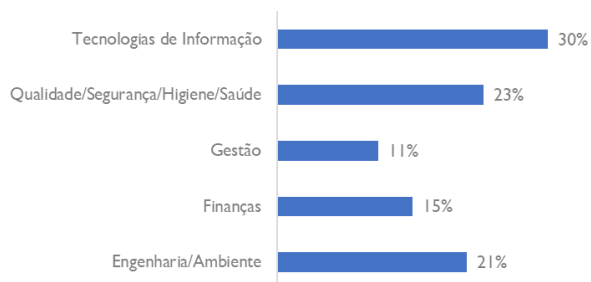
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM

O desenvolvimento de competências foi orientado para necessidades estruturais, privilegiando temas transversais associados à integridade, segurança da informação e responsabilidade organizacional, reforçando a confiança interna e externa na atuação do Grupo Águas de Portugal.

Simultaneamente, foram desenvolvidas iniciativas de preparação para desafios emergentes, nomeadamente literacia digital, equilíbrio entre a vida profissional, familiar e pessoal e literacia financeira, contribuindo para equipas mais resilientes e adaptáveis a contextos de mudança.

A aposta na formação avançada, participação em conferências especializadas e reforço de competências digitais permitiu consolidar simultaneamente capacidades técnicas e comportamentais críticas para a evolução do setor.

Formação por área temática



No ano de 2025 foram disponibilizadas 210 horas de formação a 15 formandos/as da AdP INTERNACIONAL. As áreas temáticas com maior predominância foram a de tecnologias de informação e a de qualidade, ambiente e segurança.

CARATERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA ADP INTERNACIONAL, A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(não inclui Órgãos Sociais)

A 31 de dezembro a AdP INTERNACIONAL – sede e respetivas sucursais contava com 17 colaboradores/as no ativo. Os 3 colaboradores relevados em Projetos encontram-se afetos à AdP Timor (1) e à nova subsidiária da Tunísia, a ÁGUA Services d'Assainissement (2).

AdP Internacional - população ativa a 31/12/2025	2025
AdP Internacional (sede)	
Estrutura	9
Projetos	3
Sucursal: AdP Angola	5
Sucursal: AdP Cabo Verde	0
Sucursal: AdP Guiné Bissau	0
Sucursal: AdP de São Tomé e Príncipe	0
Total da população ativa	17

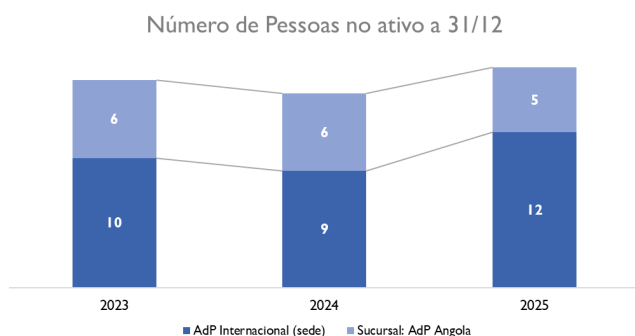
Adicionalmente, nas empresas subsidiárias da AdP INTERNACIONAL, a 31 de dezembro de 2025 existiam 2 pessoas no ativo na AdP Timor (sem contar com 1 trabalhador expatriado já considerado na AdP INTERNACIONAL – componente nacional - projetos). Durante o ano de 2025 saiu o único trabalhador que existia na AQUATEC.

Empresas subsidiárias da AdP Internacional - população ativa a 31/12/2025	
Subsidiária: AQUATEC (Moçambique)	0
Subsidiária: AdP Timor	2
Subsidiária: AGUA Services d'Assainissement	0

A caracterização dos recursos humanos que se fará de seguida respeita apenas à população ativa da AdP INTERNACIONAL – sede e respetivas sucursais, e não inclui os Órgãos Sociais.

CARATERIZAÇÃO DAS PESSOAS DA ADP INTERNACIONAL – SEDE E SUCURSAIS

A população ativa da AdP INTERNACIONAL no fim do ano de 2025 era de 17 pessoas, 12 na sede, das quais 9 na estrutura e 3 afeta a projetos, e 5 na sucursal de Angola. A 31 de dezembro existia 1 pessoa com contrato suspenso, a exercer funções de administração numa empresa do Grupo.

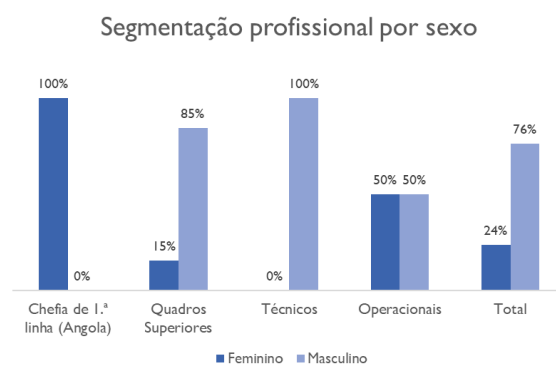
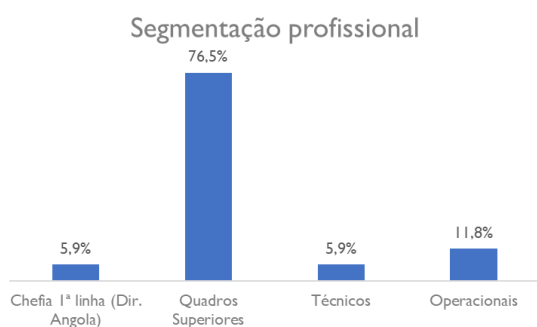
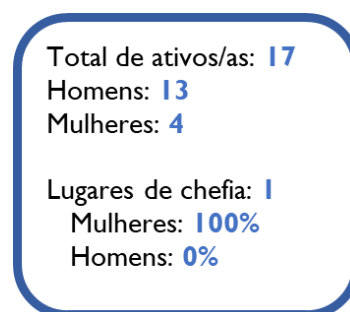


Até 2023, as pessoas em situação de baixa prolongada eram relevadas no grupo de colaboradores/as com contrato suspenso; em 2024 este critério foi descontinuado, passando a relevar-se no grupo dos trabalhadores/as ativos/as. No final de 2025 a AdP INTERNACIONAL não tinha qualquer situação de baixa prolongada

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO ATIVA A 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Na AdP INTERNACIONAL, 76% da população ativa é constituída por homens e 24% por mulheres.

A maior parte das pessoas no ativo são quadros superiores (76,5%), e a chefia de primeira linha é constituída por uma mulher na sucursal de Angola.



Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdP SGPS promoverá, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do seu relatório anual de sustentabilidade. Adicionalmente, no sítio da internet da AdP INTERNACIONAL está publicado o Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens.

A média etária da população ativa é de 50 anos, cerca de 41% tem idades entre os 30 e os 50 anos, e 59% tem mais de 50 anos.

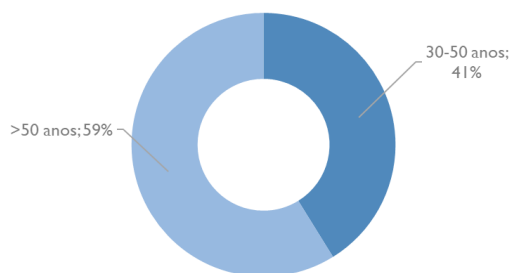
A antiguidade média das pessoas é de 18 anos, verificando-se que 65% tem uma permanência no Grupo superior a 10 anos e 24% está no Grupo há menos de 5 anos.

Idade média: 50 anos
 Sede: **56 anos**
 AdPA: **42 anos**

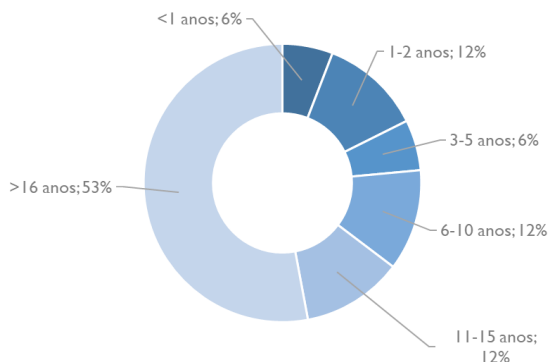
Antiguidade média: 18 anos
 Sede: **21 anos**
 AdPA: **7 anos**

Contrato sem termo: 77%
Ensino Superior: 82%

Distribuição etária

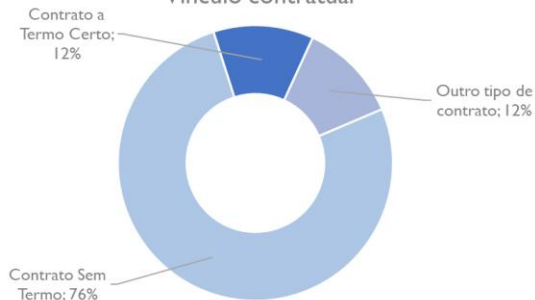


Antiguidade

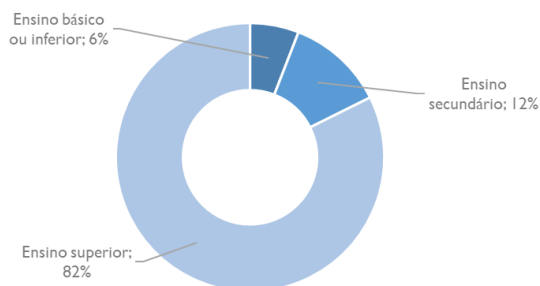


O vínculo contratual sem termo abrange 76% colaboradores/as e 82% das pessoas tem habilitações superiores.

Vínculo contratual



Habilitações Literárias



CARTEIRA DE PARTICIPAÇÕES E SUCURSAIS

PARTICIPAÇÕES



A AdP Timor-Leste foi constituída em 2013 e tem por objeto a realização de atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros fins, de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outras com eventual recurso à instalação e equipamento e acessórios metalomecânicos e

outra maquinaria adequados assim como a execução de análises laboratoriais por via de equipamento e reagentes próprios para o efeito e de conservação, manutenção, exploração e gestão de sistemas de recolha e tratamento de resíduos sólidos e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, bem como em outros sectores das indústrias do ambiente, assim como o exercício das atividades de formação, empreiteira e fornecedora de obras públicas e de obras particulares, nas áreas da construção, engenharia, consultadoria e assistência técnica.

O seu capital social é de USD 5.000,00 (cinco mil dólares norte-americanos), encontrando-se integralmente realizados em dinheiro, correspondendo a uma só quota pertencente à sócia única AdP INTERNACIONAL.



A AQUATEC tem por objeto a prestação de serviços relacionados com sistemas de abastecimento de águas, de saneamento de águas residuais e de recolha e tratamento de resíduos, nomeadamente o fornecimento e instalação de equipamentos, a manutenção e assistência técnica aos sistemas e instalações, a operação e gestão de sistemas de saneamento básico, a execução de obras hidráulicas, públicas e privadas, manutenção e assistência técnica, a importação e comercialização de produtos químicos, peças e acessórios, a formação profissional e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, áreas semelhantes, acessórias ou complementares e noutros sectores da indústria do ambiente.

O capital social, integralmente realizado em numerário é de MZN 2.476.580,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil quinhentos e oitenta meticais) e correspondente à soma de duas quotas, integralmente subscritas e realizadas em dinheiro, distribuídas da seguinte forma:

- Uma quota no valor nominal de MZN 2.466.030,00 (dois milhões quatrocentos e setenta e seis mil quatrocentos e trinta meticais), pertencente à sócia AdP-Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A.; e
- Uma quota no valor nominal de MZN 150,00 (cento e cinquenta meticais) pertencente à sócia AdP VALOR-Serviços Ambientais, S.A.

SUCURSAIS

A expansão da AdP INTERNACIONAL através da criação de sucursais foi a resposta às necessidades crescentes desses mercados.

A sucursal é o prolongamento de uma sociedade (empresa-mãe) e representa os seus interesses no país onde opera.

A sucursal não tem personalidade jurídica própria, mas exerce a atividade da empresa-mãe ou parte da sua atividade.



A presença local da AdP INTERNACIONAL, através de sucursais, nos países africanos de língua portuguesa permitiu adaptar as soluções do Grupo Águas de Portugal às especificidades e desafios de cada país, garantindo maior eficácia na prestação dos seus serviços.

Além disso, a proximidade com os clientes em cada país facilita a comunicação, fortalece os relacionamentos comerciais e aumenta a confiança dos clientes na expertise da empresa.

A criação das seguintes sucursais proporcionou uma vantagem competitiva significativa ao abrir novos mercados e aproveitar oportunidades de negócios emergentes:

RECONHECIMENTO / PRÉMIOS / CERTIFICAÇÕES

VALORIZAÇÃO INTERNACIONAL DO CONHECIMENTO E DA EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Em 2025, a atividade da AdP INTERNACIONAL continuou a ser reconhecida a nível nacional e internacional pela sua contribuição para o desenvolvimento sustentável do setor da água e saneamento. A participação ativa em programas multilaterais, projetos de cooperação técnica e iniciativas de transferência de conhecimento reforçou o posicionamento da empresa como parceiro técnico de referência na modernização e melhoria do desempenho de operadores de água em diferentes geografias.

Este reconhecimento resulta não apenas da execução de projetos em contextos institucionais e operacionais exigentes, mas também da capacidade da AdP INTERNACIONAL para mobilizar conhecimento técnico, experiência operacional e boas práticas desenvolvidas pelo Grupo Águas de Portugal, colocando-as ao serviço da melhoria da eficiência, resiliência e sustentabilidade dos serviços públicos de água.

DISTINÇÃO NOS PT GLOBAL WATER AWARDS

Entre os principais reconhecimentos obtidos em 2025 destaca-se a distinção atribuída à AdP INTERNACIONAL nos **PT Global Water Awards**, no âmbito da **Expo Conferência da Água**, realizada em Lisboa. O prémio foi atribuído ao



projeto “Água em Tempo de Guerra”, desenvolvido no contexto da cooperação internacional com utilities da região de Zaporizhzhya, na Ucrânia, em parceria com a **UN-Habitat (GWOPA)** e outras entidades internacionais. Esta iniciativa tem como objetivo apoiar a continuidade e resiliência dos serviços de abastecimento de água e saneamento num contexto particularmente adverso, marcado pelo conflito armado e pelos impactos nas infraestruturas essenciais.

O projeto baseia-se num modelo de cooperação técnica entre operadores públicos de água, centrado na partilha de conhecimento, na capacitação institucional e no desenvolvimento de planos de melhoria operacional, contribuindo para garantir a continuidade de serviços essenciais a centenas de milhares de pessoas.

A distinção atribuída evidencia o impacto social, institucional e humanitário das iniciativas desenvolvidas pela AdP INTERNACIONAL e reforça o papel da cooperação entre operadores como instrumento eficaz de apoio a sistemas de água em contextos de elevada vulnerabilidade.

RECONHECIMENTO INSTITUCIONAL POR ORGANIZAÇÕES MULTILATERAIS

Para além das distinções formais, a seleção da AdP INTERNACIONAL para participar em diversas iniciativas promovidas por **instituições multilaterais e organizações internacionais** constitui igualmente um reconhecimento relevante da sua capacidade técnica e da experiência acumulada pelo Grupo Águas de Portugal.

Ao longo de 2025, a empresa manteve ou reforçou a sua participação em programas e projetos desenvolvidos em colaboração com entidades como:

- **Banco Mundial**, no âmbito das iniciativas *Utilities of the Future* e *Water in Circular Economy and Resilience (WICER)*;
- **Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB)**, em projetos de cooperação técnica e programas de parcerias entre operadores de água;
- **CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e das Caraíbas**, através de um novo projeto de assistência técnica entre operadores de água de Portugal, Uruguai e Barbados;
- **UN-Habitat / GWOPA**, no âmbito de iniciativas internacionais de cooperação entre operadores públicos de água.

A participação nestas iniciativas reflete o reconhecimento internacional da experiência da AdP INTERNACIONAL em processos de modernização institucional, melhoria do desempenho operacional, reforço da resiliência climática e desenvolvimento de soluções sustentáveis para o setor da água.

CONSOLIDAÇÃO DA REPUTAÇÃO INTERNACIONAL DA ADP INTERNACIONAL

O conjunto de distinções, parcerias e convites para participação em programas internacionais confirma o crescente reconhecimento da AdP INTERNACIONAL como **parceiro técnico credível e de confiança** em projetos de assistência técnica e cooperação institucional.

A experiência acumulada pelo Grupo Águas de Portugal na gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento, aliada à capacidade de adaptação a diferentes contextos geográficos e institucionais, tem permitido à

AdP INTERNACIONAL afirmar-se como um agente relevante na promoção de soluções inovadoras e sustentáveis para o setor.

Este reconhecimento contribui para reforçar a notoriedade internacional da empresa, consolidar relações institucionais com parceiros estratégicos e criar condições favoráveis para o desenvolvimento de novas oportunidades de cooperação e negócio em mercados internacionais.

CONTEXTO MACROECONÓMICO⁷

O ano de 2025 foi um ano de crescimento global resiliente, mas moderado. A economia mundial evitou a recessão, mas as restrições estruturais, a fragmentação do comércio e as incertezas políticas mantiveram o crescimento abaixo do seu potencial de longo prazo.

Desde outubro de 2025, as tensões comerciais têm continuado a diminuir, mas continuam sujeitas a ocasionais conflitos. Uma disputa entre a China e os Estados Unidos envolvendo controlos sobre as exportações de semicondutores e minerais de terras raras foi rapidamente seguida por uma trégua que reduziu as tarifas bilaterais até novembro de 2026 e suspendeu os controlos de exportação. As autoridades americanas retiraram também, para todos os países, as tarifas sobre alguns produtos agrícolas, compensando as tarifas mais elevadas sobre determinados sectores que tinham sido anteriormente anunciadas e que estão agora em vigor.

Global

O crescimento global para os anos 2025 e 2026 estima-se em 3,3% e de 3,2% para 2027.

Este desempenho estável resulta, à primeira vista, do equilíbrio de forças divergentes. Os obstáculos decorrentes da alteração das políticas comerciais são compensados pelos fatores favoráveis provenientes de investimentos emergentes relacionados com a tecnologia, incluindo a inteligência artificial (IA), principalmente na América do Norte e na Ásia, para além do apoio fiscal e monetário, das condições financeiras amplamente favoráveis e da adaptabilidade do setor privado.

A inflação global deverá descer de uma estimativa de 4,1% em 2025 para 3,8% em 2026 e para 3,4% em 2027, prevendo-se um regresso à meta mais gradual nos Estados Unidos do que noutras grandes economias.

Zona do Euro

A zona euro e a União Europeia estão a navegar num panorama internacional cada vez mais complexo. As alterações na dinâmica geopolítica, o rápido avanço tecnológico, os crescentes riscos climáticos, o envelhecimento da população e a baixa produtividade afetam as perspetivas económicas. Estes desenvolvimentos representam desafios significativos, mas também oportunidades transformadoras para a zona euro e para a UE, sublinhando a importância crucial de quadros de política macroeconómica robustos. A zona euro e a UE continuaram a crescer, embora a um ritmo moderado.

As projeções para a atividade na área do euro apontam para crescimentos de 1,4% em 2025, 1,2% em 2026 e 1,4% em 2027.

⁷ Fontes: FMI World Economic Outlook; European Commission Economic Outlook; Boletim Económico do Banco Portugal; Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu; Eurostat e INE.

A inflação na zona euro normalizou em 2025 e prevê-se que fique abaixo da meta de 2% do Banco Central Europeu (BCE) para 2026. Este ambiente favorece estabilidade prolongada das taxas de juro, mas mantém os decisores políticos atentos aos riscos de subida impulsionados pelos salários e relacionados com as despesas fiscais.

O BCE reduziu as taxas de juro várias vezes no início de 2025, baixando a taxa de depósito de 3,00% (final de 2024) para 2,00% em junho de 2025. A partir de junho de 2025, as taxas mantiveram-se inalteradas, uma vez que a inflação regressou perto da meta de 2% e o crescimento manteve-se fraco, mas estável. O BCE não se compromete antecipadamente com uma trajetória de taxas, mas sinaliza que a política monetária está "*num bom momento*".

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2025 e 2026 são os seguintes:

	Estimativa 2026	Estimativa 2025	Ano 2025
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	2,3%	2,0%	2,1%
Taxa crescimento Consumo Privado	2,3%	3,6%	3,0%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	2,1%	2,2%	2,7%
Taxa de desemprego	6,3%	6,2%	6,4%
Euribor 6 meses (fim do ano)	2,0%	2,2%	3,6%
Taxa de juro OT 10 Anos (média do ano)	n.d.	3,08%	2,96%

A atividade económica em Portugal deverá crescer 2,0% em 2025, 2,3% em 2026, 1,7% em 2027 e 1,8% em 2028, e a inflação deverá estabilizar em torno de 2%. O crescimento económico é mais apoiado na procura interna do que na média do período 2020–24.

A economia portuguesa continua a crescer a um ritmo robusto num enquadramento externo marcado por tensões comerciais, incerteza elevada e apreciação do euro. O impacto destes choques tem sido amortecido pelo alívio das condições financeiras, pelo aumento dos fundos da UE e pela orientação expansionista da política orçamental.

O mercado de trabalho permanece resiliente, com o emprego em níveis máximos e uma taxa de desemprego historicamente baixa. No entanto, o menor crescimento da população, associado à redução dos fluxos migratórios, limitará a evolução do emprego e da atividade.

O aumento do rendimento disponível das famílias será mais contido em 2025–28, refletindo-se num abrandamento do consumo privado e numa redução da taxa de poupança, que se manterá ainda assim elevada em termos históricos.

Em termos de finanças públicas, as projeções apontam para um saldo orçamental equilibrado em 2025, seguido de défices de 0,4% do PIB em 2026, 0,9% em 2027 e 1% em 2028. Esta trajetória traduz uma deterioração significativa no período recente, explicada sobretudo pelas medidas de redução de impostos e pelo aumento permanente da despesa. O rácio da dívida pública mantém uma trajetória descendente, passando de 93,6% do PIB em 2024 para cerca de 80% em 2028.

A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa aumenta gradualmente, de 2,3% em 2025 para 2,6% em 2028. Esta evolução reflete a evolução esperada das taxas de juro de longo prazo.

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

O consumo de energia elétrica, enquanto componente fundamental e inseparável da operação das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma das principais rubricas de despesa, representando uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e/ou de saneamento de águas residuais. Trata-se de um fator com peso muito significativo no FSE e com impacto direto tanto nas tarifas aplicadas aos serviços de água e saneamento como no equilíbrio económico-financeiro das concessões e parcerias estabelecidas.

Com base nos dados de consumo (em apuramento a 5 de fevereiro de 2026), os consumos elétricos do Grupo AdP em 2025 foram de 817,95 GWh (+1,3% face a 2024). Destes, 784,18 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), o que corresponde a +1,0% em comparação com 2024, e 33,76 GWh foram provenientes de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+8,6% face a 2024).

Relativamente aos caudais, os dados atuais (ainda não finais) apontam para um aumento de 3,3% no caudal de abastecimento de água e de 6,3% no caudal de água residual.

Os dados de 2025 indicam uma produção de 41,59 GWh/ano (+8,9% face a 2024). O autoconsumo foi de 33,76 GWh (+8,6% face a 2024) e a energia vendida à RESP totalizou 7,83 GWh (+10,4% face a 2024).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2025 foi de 776,36 GWh, o que representa uma variação de +0,9% face a 2024, ano em que o saldo foi de 769,26 GWh. A autossuficiência energética do Grupo AdP em 2025 foi de 5,1%, tendo sido de 4,7% em 2024.

A fatura com a energia elétrica adquirida à RESP, com todos os encargos, (em apuramento e estimada a 5 de fevereiro 2025) deverá atingir em 2025 cerca de 96,27 milhões de euros, que corresponde a +3,38 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior (+3,6%).

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2025 a frota elétrica do Grupo AdP, percorreu mais de 2,5 milhões de km, estimando-se ter sido evitado o consumo de mais de 212 mil litros de combustíveis de origem fóssil, o que representa uma redução de 534 barris de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -42,8% (-77,8 tep) e o consumo elétrico foi de 483 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -477 toneladas (-84,7%).

No ano de 2025 a frota automóvel de motor térmico em utilização no Grupo AdP consumiu cerca de 3,1 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) o que representa uma variação de -5,5% face a 2024 – ano em que foram consumidos 3,3 milhões de litros, o que representa em termos médios de consumo diário 8 169 l/dia em 2025 (em 2024 o consumo médio diário foi de 9 095 l/dia).

Apesar da relevância da frota elétrica atualmente em operação no Grupo AdP, importa salientar que o seu reforço continua previsto para os próximos anos, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 136/2022, de 22 de dezembro, que atribui um apoio do Fundo Ambiental no montante global de 7,52 milhões de euros ao processo de renovação e descarbonização da frota automóvel das empresas do Grupo. Este processo - integrado no Programa de Neutralidade Energética - visa a implementação de uma Frota Verde, totalmente constituída por veículos não poluentes, incluindo viaturas de emissões nulas, contribuindo assim para a eliminação progressiva do consumo de combustíveis fósseis na operação do Grupo.

Embora a eletrificação da frota implique um aumento do consumo de energia elétrica, o impacto associado é substancialmente compensado pelos benefícios ambientais resultantes da redução das emissões de gases com efeito de estufa e da eliminação do consumo de combustíveis de origem fóssil. O efeito líquido é, por isso, claramente positivo, reforçando a transição energética do Grupo AdP e contribuindo para a concretização dos seus compromissos climáticos.

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

O Grupo AdP - Águas de Portugal é o maior consumidor público de energia elétrica. Esta realidade evidencia a dimensão económica, social e ambiental que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua atividade, bem como a sensibilidade do Grupo às tendências e à volatilidade dos mercados energéticos europeus e mundiais, que têm marcado a evolução dos preços grossistas na Europa nos últimos anos.

A natureza volátil destes mercados, agravada pela oscilação dos preços internacionais da energia e pelo impacto das políticas climáticas europeias, torna particularmente complexa a previsão da evolução do custo da eletricidade. Neste contexto, a experiência acumulada pelo Grupo AdP no acompanhamento dos mercados energéticos reforça a necessidade de uma estratégia ancorada em medidas robustas que induzam:

- A redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas,
- A redução dos gastos, otimizando a contratação, ajustando potências e perfis de consumo aos períodos tarifários, eliminando a energia reativa e reforçando a gestão inteligente da energia,
- O aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (potenciando a produção de biogás e a sua valorização energética e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados, e
- A constituição de Comunidades de Energia Renovável do Grupo AdP (CER), com vista a potenciar a partilha do consumo da energia 100% renovável produzida nas empresas do grupo, em detrimento da sua venda à rede elétrica nacional.

A definição desta estratégia está igualmente alinhada com os compromissos internacionais assumidos por Portugal, em particular o objetivo de atingir a neutralidade carbónica até 2050, consagrado no Roteiro para a Neutralidade Carbónica (RNC 2050) e no Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Enquanto maior grupo empresarial público na área do ambiente e operador essencial de serviços críticos, a atuação da AdP deve, assim, contribuir decisivamente para as metas nacionais de neutralidade energética e carbónica, refletindo a sua responsabilidade ambiental e o impacto sistémico da sua operação.

É neste enquadramento que o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, um programa de neutralidade energética alinhado com a década crítica definida pela União Europeia para a redução das emissões de gases com efeito de estufa (2021-2030). O Programa assenta numa estratégia integrada que combina a redução de consumos com um aumento substancial da produção própria de energia 100% renovável, com o objetivo de atingir a neutralidade energética em 2030, posicionando o Grupo como um dos primeiros operadores internacionais do setor da água a adotar um modelo de autossustentabilidade energética

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos. Até novembro de 2025, o investimento acumulado no âmbito do Programa ZERO totalizava 32,77 milhões de euros.

Considerando o impacto do Programa de Neutralidade Energética do Grupo AdP nas metas fixadas pelos diversos instrumentos nacionais aprovados, os investimentos relativos ao Programa ZERO, foram autorizados pelo Despacho n.º 77/SEAENE/2022, de 9 de novembro, do Secretário de Estado Adjunto do Ambiente e da Energia.

O GRUPO ÁGUAS DE PORTUGAL

O SETOR⁸

A água constitui um elemento fundamental em qualquer circunstância, período ou cenário. Este facto é ainda mais reforçado e evidente quando se associa o atual contexto de crise à sustentabilidade em todas as suas dimensões (climática, de recursos ou de biodiversidade).

A par do aumento da população mundial, assiste-se à progressiva e cada vez mais acentuada diminuição das disponibilidades hídricas, muitas vezes associada aos efeitos das alterações climáticas que são perceptíveis, à escala mundial, pela alteração dos padrões de precipitação. Efetivamente, à medida que os impactos das alterações climáticas aumentam e as populações crescem, há a necessidade urgente, dentro e entre países, de criar compromissos e verdadeira união em torno da proteção e conservação deste recurso precioso.

A saúde pública e a prosperidade das comunidades, os seus sistemas alimentares e energéticos, a produtividade económica e a integridade ambiental dependem de um ciclo da água que funcione bem e seja gerido de forma equitativa garantindo qualidade e acesso a todos.

É neste contexto desafiante que urge garantir a conservação de ecossistemas sustentáveis (equilibrados e saudáveis), a par da necessidade básica de acesso a água potável absolutamente essencial para o desenvolvimento socioeconómico.

Também pelo exposto, a água e os serviços que lhe estão inerentes, designadamente o abastecimento e o saneamento, mantêm-se, cada vez mais, no centro do desenvolvimento sustentável e subjacentes a vários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU.

No caso dos serviços mencionados, existe ainda a necessidade de assegurar a resiliência nos sistemas a eventos cada vez mais comuns e extremos, de origem climática ou não climática.

Ao longo das últimas décadas, tem-se vindo a assistir a novas tendências na gestão da água, impulsionadas pelos avanços tecnológicos que visam responder aos desafios referidos. Efetivamente, estão hoje nas agendas das estratégias para o setor: o recurso a novos tipos de origens de água, como a dessalinização ou a água residual tratada; a operação dos sistemas com recursos a fontes de energia renovável, de forma a mitigar as emissões de gases com efeito estufa e, conseqüentemente, a desacelerar as alterações climáticas; ou o incentivo à inovação para uma melhor gestão dos sistemas de águas; e a materialização do paradigma da Economia Circular da Água, mantendo os recursos em circulação o maior tempo possível, e valorizando os subprodutos.

- Não obstante os avanços, subsistem ainda situações insustentáveis e iníquas:
- Três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável;
- Mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de “stress” hídrico;
- Cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano;

⁸ <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unric.org/pt/>

- Mais de 3 mil milhões de pessoas em todo o mundo dependem da água que atravessa as fronteiras nacionais. No entanto, apenas 24 países têm acordos de cooperação para toda a água partilhada⁹.
- 3,4 bilhões de pessoas continuam sem acesso a saneamento básico seguro: infraestruturas envelhecidas, desigualdades e mudanças climáticas põem em risco um direito humano básico¹⁰.

e, mesmo em áreas geográficas mais desenvolvidas constata-se que:

- apesar de existir acessibilidade, existem ainda serviços de gestão de água caracterizados por fraca performance do ponto de vista de eficiência e resiliência;
- subsiste uma capacidade de financiamento das operações desadequada, resultando em baixos níveis de investimento;
- as empresas do setor da água não cobrem os seus custos de operação, sendo escassas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Todos estes desafios são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas em várias geografias do mundo e pelo surgimento de crises internacionais, de que a guerra na Ucrânia ou no Médio Oriente são exemplos.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico que o *World Bank Water Global Practise*, através do Plano Estratégico e na prossecução da meta do ODS6, baseado na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por:

- a transformação de acordos políticos em normas juridicamente vinculativas;
- o garante da distribuição equitativa dos serviços de água e saneamento de forma equitativa;
- a aplicação de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelos empregadores e pelos trabalhadores;
- o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONG) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Paralelamente, também o Relatório Mundial das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos 2025, intitulado "Montanhas e glaciares -Torres de Água"¹¹, emanado aquando da celebração do Dia Mundial da Água, reforçou a preocupação com o declínio da água doce no planeta. O objetivo é conservar e restaurar lagos, rios, pântanos, aquíferos, manguezais e geleiras, que estão sob ameaça crescente das mudanças climáticas, poluição e outros fatores.

A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) também alertou para o aumento da pressão sobre os recursos hídricos, com algumas regiões como Norte de África e Ásia Ocidental em níveis críticos.

A agricultura continua a ser o maior consumidor de água, e o *stress* hídrico agrava-se com o crescimento da procura¹².

⁹ <https://www.sgambiente.gov.pt/agua-para-a-paz-tema-do-dia-mundial-da-agua-2024/>

¹⁰ <https://news.un.org/pt/story/2025/11/1851571>

¹¹ https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000393090_por

¹² <https://news.un.org/pt/story/2025/12/1851827>

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA

Existem, atualmente, um conjunto de conflitos que impactam e agravam, de forma muito acentuada, toda a geografia do globo. A situação é preocupante, continuando a significar e evidenciar um quadro de crise geopolítica e energética, em termos globais.

O conflito na Europa Oriental (conflito Ucrânia / Rússia), que perturba e condiciona o mercado mundial da energia mantém-se. A este, juntou-se a guerra Israel/Hamas/Hezbollah em outubro de 2023, cujos efeitos se estenderam ao longo de 2024 e 2025, agravando a crise energética pelo aumento do preço do petróleo, do gás natural, do preço dos transportes e atrasos nas encomendas.

Por outro lado, verificam-se outros conflitos e tensões que, direta ou indiretamente, continuam a impactar a geopolítica europeia e a segurança energética. As tensões no Mar do Sul da China persistem, com repercussões globais, nomeadamente ao nível das rotas comerciais marítimas estratégicas, essenciais para o fornecimento de energia e bens à Europa. A crise no Sahel permanece um fator de instabilidade, afetando a segurança regional e o acesso a recursos estratégicos, como o urânio, fundamental para a produção de energia nuclear em vários países europeus. O conflito no médio oriente continua a influenciar as dinâmicas geopolíticas e energéticas no Mediterrâneo Oriental, uma região de crescente importância estratégica para a União Europeia. Por outro lado, as disputas no Ártico intensificam-se em 2025, uma vez que o degelo progressivo reforça a competição entre grandes potências — como a Rússia, os Estados Unidos e a China — pelo controlo de novas rotas marítimas e pela exploração de recursos energéticos, incluindo petróleo e gás natural.

Em maio de 2022, como resposta ao conflito Ucrânia/Rússia, a Comissão Europeia tinha aprovado o Plano REPowerEU¹³ que estabelece uma série de medidas para reduzir com celeridade a dependência dos combustíveis fósseis russos e avançar rapidamente com a transição ecológica, aumentando simultaneamente a resiliência do sistema energético à escala da União Europeia. Em paralelo visa a poupança energética, a produção de energia limpa e a diversificação do aprovisionamento energético, assentando em medidas financeiras e jurídicas que permitirão criar novas infraestruturas e o novo sistema energéticos de que a Europa necessita.

No contexto deste plano europeu foram estabelecidas várias medidas de diversificação, poupança e aceleração das metas de energia limpa, entre as quais novos planos nacionais no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) com período de execução até 2026, para apoiar investimentos e reformas em Portugal, no valor de 300 mil milhões de euros, e o estímulo à descarbonização industrial dado por projetos antecipados, no valor de 3 mil milhões de euros no âmbito do Fundo de Inovação (conforme RCM n.º136/2022).

Em abril 2025 foi publicada a atualização final do Plano Nacional Energia e Clima 2021-2030 (PNEC 2030)¹⁴, com objetivos ambiciosos para a transição energética: redução de emissões de gases com efeito de estufa para 55% até 2030, em relação aos níveis de 2005. O PNEC 2030 traça, também, uma meta de 51% para a quota de energias renováveis no consumo final bruto de energia até 2030, acima da meta anterior de 47%.

¹³ https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal/repower-eu-affordable-secure-and-sustainable-energy-europe_pt

¹⁴ Cf. Resolução da Assembleia da República n.º 127/2025, de 10 de abril

Estas iniciativas refletem o compromisso de Portugal em continuar a implementar medidas para mitigar a crise energética, alinhando-se com as diretrizes europeias e promovendo a sustentabilidade energética a longo prazo.

Em abril de 2025, Portugal e a Península Ibérica sofreram um grande apagão causando paragens nos transportes (comboios, metropolitano), falhas nos semáforos e sobrecarga nos hospitais, expondo vulnerabilidades na rede elétrica, forçando mais produção a gás e dificultando metas climáticas. Este evento severo destacou a necessidade de reforçar a infraestrutura energética europeia, com relatórios apontando para falhas em cascata.

Esse evento desencadeou impactos diretos nos sistemas de captação, bombeamento e tratamento de água das entidades gestoras, uma vez que a energia elétrica é necessária para a operação contínua de estações elevatórias e unidades de tratamento e distribuição; paralelamente, houve efeitos indiretos na pressão da rede de abastecimento e na continuidade operacional de sistemas urbanos de saneamento, exigindo esforços logísticos extraordinários para mitigar a perda de níveis de serviço regulamentares e assegurar a proteção da saúde pública.

Adicionalmente, em resposta às vulnerabilidades reveladas pelo apagão, foi apresentado o Plano de Reforço da Segurança do Sistema Elétrico Nacional com um pacote de 31 medidas para reforçar segurança do sistema elétrico nacional, garantindo os objetivos de descarbonização e transição energética.

O Plano de Reforço ora apresentado é norteado por três grandes princípios: (i) robustecimento do sistema elétrico nacional e da capacidade de resposta das infraestruturas críticas; (ii) compromisso com a transição enérgica e a descarbonização; e (iii) colaboração internacional para a integração de mercados e o reforço das interligações¹⁵.

O ABASTECIMENTO DE ÁGUA E O SANEAMENTO EM PORTUGAL¹⁶

Em Portugal, o setor das águas caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as Autarquias locais.

O grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

¹⁵ <https://ambienteonline.pt/noticias/governo-apresenta-plano-de-400-milhoes-para-reforcar-seguranca-do-sistema-eletrico-nacional>

¹⁶ <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série

PANORAMA NACIONAL

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
<ul style="list-style-type: none">▪ 9,5 milhões de habitantes servidos▪ 97% de alojamentos servidos▪ 197 litros: consumo médio diário de água por habitante▪ Tarifa média ponderada: 0,5634 EUR/m³▪ Indicador de Água Segura em Portugal Continental (alta): 99,69%	<ul style="list-style-type: none">▪ 8,5 milhões de habitantes servidos com drenagem▪ 87% de alojamentos servidos▪ 8,5 milhões de habitantes servidos com tratamento▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento▪ 2,02 milhões de m³ de águas residuais recolhidas diariamente▪ Tarifa média ponderada: 0,6028 EUR/m³

Dados: RASARP 2025

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. O elevado investimento necessário, numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno através da suavização das tarifas praticadas ao longo do período de vida útil das infraestruturas. Para além da fase inicial de investimento na infraestruturização dos sistemas, mantém-se a necessidade de realização de níveis muito relevantes de investimento e, neste sentido, a manutenção de longos períodos de recuperação dos mesmos.

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2024 aprovou o Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

O PENSAARP 2030¹⁷ estabeleceu o quadro de desenvolvimento do setor dos serviços de águas (abastecimento de água e saneamento de águas residuais), atualizando o PENSAAR 2020 e introduzindo uma nova componente: a gestão de águas pluviais. Partindo da avaliação da situação atual do setor e tendo presentes, designadamente, os desafios emergentes das alterações climáticas, o PENSAARP 2030 identifica as grandes prioridades estratégicas de investimento e financiamento dos serviços de águas para a presente década.

A março de 2025 foi apresentada a Estratégia Nacional para a gestão da água “Água que Une”¹⁸, a qual preconiza uma gestão integrada da água, assumindo as seguintes orientações:

- Contribuir para uma governança ágil e eficaz da água;
- Diminuir a vulnerabilidade à escassez hídrica;
- Reforçar a sustentabilidade ambiental;
- Promover a coesão territorial Esta Estratégia pretende dar suporte à revisão do Plano Nacional de Água (2026) e à atualização da Estratégia para o Regadio Público 2014-2020 através do Plano Rega (a elaborar).

¹⁷ Comunicado do Conselho de Ministros de 14 de dezembro que aprovou a resolução 23/2024 publicada em DR a 5 de fevereiro de 2024 já alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2024 de 22 de agosto de 2024.

¹⁸ <https://portaldagua.pt/2025/03/12/agua-que-une-estrategia-nacional-para-a-gestao-da-agua/>

No âmbito da implementação da **Estratégia Nacional “Água que Une” (AqU)**, observaram-se avanços em duas vertentes:

- A implementação de medidas que se encontram no âmbito das Entidades Gestoras (EGs) do grupo AdP, como por exemplo a dessalinizadora do Algarve, em execução pelas Águas do Algarve. (nota: cada empresa dar exemplos próprios)
- Em outubro de 2025, foi apresentada a AdP AQUA, uma empresa do grupo Águas de Portugal que terá como missão planear, financiar, construir e gerir aproveitamentos hidráulicos, nomeadamente de fins múltiplos, que promovam a segurança hídrica de Portugal no horizonte 2040, enfrentando os desafios das alterações climáticas, do crescimento demográfico, do desenvolvimento económico e da preservação ambiental através de uma gestão integrada, resiliente e sustentável do recurso água.

O GRUPO ADP EM 2025

O Grupo AdP constituiu e mantém-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

Neste contexto, trabalha em estreita colaboração com os Municípios, não só nas vertentes de clientes, como também na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento de água e saneamento às populações.

As alterações climáticas estão destacadas no conjunto de desafios endereçados no âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP, considerando ambos os planos da ação climática, nomeadamente: i) na adaptação, com destaque para a resiliência dos sistemas, a economia circular e eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e a sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente e ii) na mitigação, visando atingir a neutralidade energética em 2030 e promover a descarbonização do ciclo da água, através de programas envolvendo todas as empresas e atividades do Grupo e integrando a redução dos consumos energéticos, o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável e a redução das emissões de gases com efeito de estufa.

Na Agenda de Inovação do Grupo AdP, e em linha com as Ambições de Sustentabilidade, encontram-se identificadas as seguintes áreas estratégicas: neutralidade energética e carbónica, eficiência e resiliência de operações e sistemas, economia circular, digitalização, simbiose com a comunidade e conhecimento. Neste sentido, em 2025, o Grupo promoveu a inovação em rede no âmbito da segunda edição do Concurso AdP Inovação Proactiva.

Foi publicado em Diário da República o diploma legal que altera o Decreto-Lei n.º 171/2001, de 25 de maio que atribui à Águas de Santo André a concessão da exploração e da gestão do sistema de abastecimento de água (gerindo de forma integrada origens não convencionais, como a água do mar e a água para reutilização), de saneamento e de resíduos sólidos de Santo André, face aos desafios de escassez hídrica e à necessidade de reconfiguração do sistema para promover a sustentabilidade ambiental e a resiliência hídrica das atividades industriais, agrícolas e turísticas da zona de influência da Zona Industrial e Logística de Sines (ZILS

Em 2025, a Estação de Dessalinização do Algarve (EDAMA) avançou significativamente, com a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) a dar luz verde condicionada em novembro 2024, após consulta pública sobre o projeto em Albufeira, que visa captar e tratar água do mar para consumo.

Na dimensão da economia circular, salienta-se a estratégia de Água para Reutilização (ApR), o plano de ação para a integração de materiais reciclados em novas obras do Grupo AdP, as ações ao nível da valorização de biogás e as ações ao nível dos ecoreagentes.

Neste âmbito, em 2025, para além de várias ações de sensibilização, a Águas do Algarve concluiu investimentos em infraestruturas para a ApR na ETAR da Quinta do Lago, a Águas do Tejo Atlântico forneceu Água para Reutilização ao Município de Lisboa para a rega de parques e jardins, expandindo um projeto-piloto.

A norte (AdN), o projeto Regadouro, que se encontra em fase de conclusão, tem como objetivos fundamentais não só o de aumentar o conhecimento sobre a reutilização na rega de água tratada nas infraestruturas de tratamento de águas residuais, como também o de fomentar o aproveitamento dos nutrientes e fertilizantes presentes na mesma. No quadro da promoção da sustentabilidade ambiental e económica das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a gestão da energia constitui uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP, destacando-se o Programa de Neutralidade Energética ZERO, cuja concretização deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No plano internacional, em 2025, o Grupo, através da sua subsidiária AdP INTERNACIONAL, reforça a sua presença internacional com a criação da empresa Société Agua Services d'Assainissement na Tunísia. Este passo decorre da adjudica o, pelo Estado tunisino, do contrato de concessão para a gestão, opera o e manuten o do sistema de recolha e tratamento de efluentes da zona norte da cidade de T nis, por um período de 10 anos.





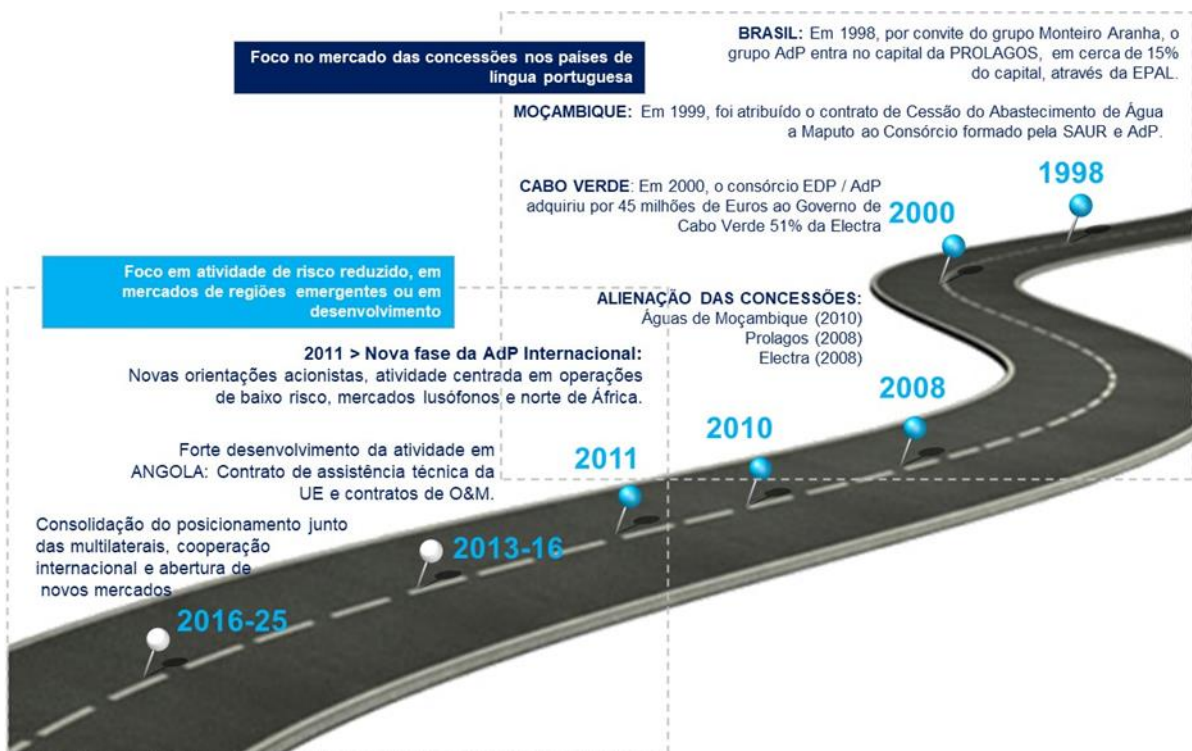
O NEGÓCIO

INTRODUÇÃO

A AdP INTERNACIONAL é responsável pela gestão dos negócios internacionais do Grupo Águas de Portugal, atuando como montra das capacidades do Grupo e veículo de disseminação das competências do Grupo nos mercados internacionais, constituindo-se como alavanca para a sua internacionalização.

Ao prestar os nossos serviços a nível internacional, procuramos capitalizar a vasta experiência, *know-how* e soluções tecnológicas do Grupo Águas de Portugal. Uma das principais vantagens da nossa abordagem é a capacidade de adaptar as soluções existentes no grupo à realidade local e à geografia específica de cada região em que operamos. Os profissionais especializados do grupo utilizam a sua experiência e *expertise* para personalizar e implementar as melhores práticas, adaptando-as às necessidades e características de cada localidade.

Nos últimos anos, a AdP INTERNACIONAL tem vindo a consolidar uma posição nos mercados internacionais, contribuindo para a valorização do Grupo Águas de Portugal fora de Portugal. O percurso de sucesso do Grupo nos últimos 30 anos, associado aos resultados obtidos em Portugal no setor do abastecimento de água e saneamento, permitiu desenvolver *know-how* e competências em áreas críticas da gestão dos serviços de abastecimento de água e saneamento e no ciclo de vida das infraestruturas.



A atividade da AdP INTERNACIONAL tem em conta a dimensão pública e a natureza de serviço público do Grupo Águas de Portugal, que se materializa na área internacional através do enfoque numa política de cooperação concertada com a sua tutela governamental. A dimensão pública também induz a sustentabilidade económica e financeira das operações.

É também relevante o contributo que a AdP INTERNACIONAL pode dar no processo de internacionalização do setor português da água, estimulando consórcios e parcerias estratégicas com outras empresas.

Por forma a capitalizar a nível internacional as competências e capacidades, bem como os produtos e serviços existentes no Grupo AdP e, ainda, competências existentes no setor da água português, contribuindo para criar valor



e afirmar a marca Portugal nas geografias onde opera, as linhas de atuação estratégica da AdP INTERNACIONAL assentam nos Princípios que se apresentam na figura seguinte:

Estes cinco Princípios concretizam-se através das seguintes linhas de atuação:

1 - CAPITALIZAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS CAPACIDADES E DO KNOW-HOW DO GRUPO ADP PARA CRESCER NOS MERCADOS INTERNACIONAIS.

- Centrar o portfólio de serviços da AdP INTERNACIONAL nas competências e know-how do Grupo Águas de Portugal.
- Privilegiar a utilização das capacidades internas do Grupo Águas de Portugal, nos projetos da AdP INTERNACIONAL.

2 - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO E FORTE ALINHAMENTO COM O MINISTÉRIO DO AMBIENTE NA AÇÃO INTERNACIONAL.

- Definir uma dimensão formal para a “cooperação para o desenvolvimento”.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial), na sua agenda internacional, e estabelecer rotinas de comunicação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, nas dimensões comercial e de desenvolvimento de negócio.

3 - CONTRIBUIR PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO SETOR PORTUGUÊS DA ÁGUA.

- Afirmar a AdP INTERNACIONAL como alavanca para a concretização da internacionalização das empresas portuguesas, na sua função de serviço público.
- Reforçar a articulação com o Ministério do Ambiente (tutela setorial) na sua agenda internacional.

4 - FOCALIZAÇÃO NOS MERCADOS PRIORITÁRIOS E DESENVOLVIMENTO DE PARCERIAS ESTRATÉGICAS INTERNACIONAIS.

- Centrar o desenvolvimento de negócio nos mercados prioritários e nos serviços core.

- Avaliar a oportunidade de parcerias estratégicas com atores internacionais para potenciar a posição da AdP INTERNACIONAL em determinados mercados.
- Fortalecer uma cultura de custo/benefício nas atividades de desenvolvimento de negócio.

5 - SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA E FINANCEIRA DAS OPERAÇÕES E MINIMIZAÇÃO DO RISCO DAS OPERAÇÕES.

- Assegurar resultados operacionais positivos.
- Aumentar o volume de negócios, através de projetos de valor acrescentado.
- Otimizar os custos operacionais e direcionar o investimento em desenvolvimento de negócio para iniciativas com elevada relação Custo / Benefício.

As ações subjacentes a estas linhas de atuação assentam no seguinte posicionamento estratégico:



Mercados: Concentrar a atenção e ser proactivo nos mercados prioritários e nos serviços e produtos "core" e estar atento às oportunidades nos mercados secundários.

De modo a ter em consideração as orientações estratégicas e a capitalizar o esforço desenvolvido nos últimos anos, a AdP INTERNACIONAL centrará a sua estratégia comercial nos seguintes círculos:

1. Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Timor-Leste.
2. Países e regiões com interesse estratégico onde Portugal detém vantagens comparativas, designadamente em África e, em particular, no Norte de África e na África Ocidental, assim como na América Latina.
3. Restantes países em função de oportunidades geradas pelos financiadores / investidores internacionais.

Este alinhamento será concretizado de acordo com as oportunidades que venham a ser identificadas.

Produtos: Divulgar produtos e serviços core para os quais a AdP INTERNACIONAL, através do conhecimento e competências do Grupo Águas de Portugal, se posiciona como referência internacional.

Os *serviços core* em que assenta a atividade da AdP INTERNACIONAL incorporam a experiência, conhecimento e competências consolidados ao longo dos 30 anos de atividade do Grupo Águas de Portugal. O portfólio de produtos e serviços da AdP INTERNACIONAL baseia-se nas competências do Grupo e nas soluções tecnológicas desenvolvidas internamente e já implantadas nos mercados nacional e internacional:

1. Gestão de serviços de abastecimento de água e saneamento;
2. Operação e Manutenção de Infraestruturas;
3. Planeamento e gestão de investimentos;
4. Estudos estratégicos; e
5. Formação e capacitação.

Competências: Capitalizar as competências do Grupo AdP, tirando partido da sua Cultura, Experiência e do Conhecimento.

A competitividade da AdP INTERNACIONAL está fortemente relacionada com a sua capacidade de incorporar o conhecimento e competências, bem como a experiência das equipas técnicas das várias empresas do Grupo Águas de Portugal. Se é importante ser competitivo na fase de concurso, é ainda mais importante demonstrar ao cliente, nos contratos ganhos, que a AdP INTERNACIONAL mobiliza equipas de excelência e entrega os resultados pretendidos pelo cliente.

Acresce, ainda, que a forte competição internacional pode, e deve, ser superada através de uma atitude de inovação permanente, partindo dos produtos e soluções desenvolvidos pelo Grupo Águas de Portugal.

Parcerias: Avaliar a oportunidade de parcerias estratégicas com empresas nacionais e internacionais para contribuir para o crescimento da atividade da AdP INTERNACIONAL.

Dada a dimensão do Grupo Águas de Portugal, a concretização das oportunidades nos mercados internacionais, pode ser potenciada através do estabelecimento de parcerias com grandes grupos empresariais nacionais e/ou internacionais.

Nesse sentido, as instituições internacionais de financiamento vocacionadas para o desenvolvimento, investidores internacionais presentes em Portugal e grandes empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, são potenciais entidades a avaliar:



Dada a natureza dos negócios internacionais, desenvolvidos com forte apoio das instituições internacionais de financiamento, a AdP INTERNACIONAL posiciona-se como um parceiro reconhecido por estas, no quadro da sua atuação estratégica, e é dada especial importância à atualização do portfólio de projetos de investimento a financiar por estas instituições, enquanto informação para a tomada de decisão sobre as abordagens aos mercados.

CONTEXTO MACROECONÓMICO

ENQUADRAMENTO GLOBAL

A evolução recente da economia mundial continua marcada por um contexto de elevada incerteza geopolítica e financeira. Apesar de se observar uma trajetória de crescimento moderado, a atividade económica global permanece condicionada por diversos fatores estruturais, designadamente tensões geopolíticas persistentes, volatilidade nos mercados energéticos e ajustamentos nas políticas monetárias das principais economias.

As estimativas apontam para um crescimento económico global em torno de 3,2% em 2024, prevendo-se uma evolução ligeiramente positiva para 2025 e 2026, suportada sobretudo pelo dinamismo das economias emergentes e em desenvolvimento. Em contrapartida, as economias avançadas continuam a registar ritmos de crescimento mais moderados, refletindo os efeitos prolongados das políticas monetárias restritivas adotadas para combater a inflação nos últimos anos.

O processo de desinflação iniciado em 2023 tem prosseguido, embora a um ritmo desigual entre regiões. Em diversos países, a inflação permanece acima dos objetivos definidos pelas autoridades monetárias, refletindo ainda pressões associadas aos preços da energia, à reorganização das cadeias de abastecimento e à evolução dos custos laborais.

CRISE GEOPOLÍTICA E ENERGÉTICA

O contexto económico internacional continua a ser fortemente influenciado por diversos conflitos e tensões geopolíticas que afetam os mercados globais de energia, transporte e matérias-primas.

O conflito entre Rússia e Ucrânia, iniciado em 2022, continua a produzir efeitos relevantes nos mercados energéticos e agrícolas internacionais. Paralelamente, o conflito no Médio Oriente, desencadeado em 2023, contribuiu para aumentar a volatilidade dos preços do petróleo e do gás natural, bem como para agravar os riscos associados às rotas marítimas estratégicas.

A estas situações juntam-se outras áreas de tensão geopolítica, como as disputas no Mar do Sul da China, a instabilidade no Sahel, as tensões no Cáucaso e as disputas emergentes no Ártico, que influenciam as cadeias globais de abastecimento, a segurança energética e o comércio internacional.

Este enquadramento contribuiu para um período prolongado de instabilidade nos preços da energia, afetando os custos de produção, transporte e investimento à escala global. Em resposta a esta situação, várias economias avançadas, nomeadamente na União Europeia, reforçaram políticas de diversificação energética e aceleração da transição energética, procurando reduzir a dependência de combustíveis fósseis importados e aumentar a resiliência dos sistemas energéticos.

IMPACTO NO FINANCIAMENTO INTERNACIONAL AO DESENVOLVIMENTO

O atual contexto macroeconómico tem igualmente impacto relevante no financiamento internacional para o desenvolvimento, nomeadamente no acesso a recursos concessionais e a financiamento multilateral para projetos de infraestruturas.

O aumento das taxas de juro internacionais, o crescimento do endividamento público em muitos países em desenvolvimento e a maior pressão sobre os orçamentos das instituições financeiras multilaterais têm contribuído para um ambiente mais competitivo na mobilização de financiamento externo.

Simultaneamente, a crescente prioridade atribuída a áreas como transição energética, mitigação e adaptação às alterações climáticas, segurança alimentar e resiliência económica tem levado a uma maior concorrência entre setores na alocação de recursos por parte das instituições multilaterais.

Neste contexto, os bancos multilaterais de desenvolvimento, designadamente o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento, o Banco Europeu de Investimento e outras instituições de cooperação internacional, continuam a desempenhar um papel fundamental no financiamento de projetos estruturantes nos países em desenvolvimento, incluindo nos setores da água, saneamento e gestão de recursos hídricos.

PALOP E TIMOR-LESTE

Nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste, persistem desafios significativos no desenvolvimento e expansão das infraestruturas de água e saneamento, associados ao crescimento demográfico e urbano, às vulnerabilidades climáticas e às limitações institucionais e financeiras de muitos operadores de serviços. Em vários destes países, o investimento necessário para garantir o acesso universal a serviços seguros de água e saneamento continua a ser elevado, exigindo a mobilização de financiamento externo, assistência técnica e reforço das capacidades institucionais.

Adicionalmente, muitos destes países enfrentam restrições orçamentais e níveis elevados de endividamento, o que limita a capacidade de financiamento público de grandes projetos de infraestrutura. Neste contexto, os programas de financiamento concessionário, os fundos climáticos internacionais e os mecanismos de cooperação multilateral assumem particular relevância no apoio ao desenvolvimento do setor.

Por outro lado, as alterações climáticas, que se manifestam de forma crescente através de fenómenos extremos como secas prolongadas, cheias ou variabilidade hidrológica, reforçam a necessidade de investimentos em infraestruturas resilientes, gestão integrada dos recursos hídricos e reforço da capacidade institucional dos operadores.

Neste enquadramento, a AdP INTERNACIONAL continua a contribuir para a afirmação do Grupo AdP como uma referência internacional no setor da água e saneamento, colocando ao serviço de países parceiros a experiência e o conhecimento acumulados ao longo de mais de três décadas na gestão integrada de serviços de abastecimento de água e saneamento em Portugal. Através da participação em projetos financiados por instituições financeiras multilaterais, bancos de desenvolvimento e programas de cooperação internacional, a empresa tem vindo a apoiar o desenvolvimento institucional e técnico de entidades gestoras, bem como a preparação e implementação de investimentos estruturantes no setor, com particular incidência nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e em Timor-Leste.

Num contexto internacional marcado por crescentes desafios económicos, ambientais e climáticos, a atuação da AdP INTERNACIONAL reforça a projeção internacional do know-how do Grupo AdP, promovendo soluções sustentáveis, resilientes e alinhadas com as melhores práticas internacionais. Desta forma, o Grupo contribui para o reforço da capacidade dos operadores locais e para a melhoria do acesso das populações a serviços seguros e de qualidade de água e saneamento, em linha com os objetivos da Agenda 2030 das Nações Unidas, em particular com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 – Água Potável e Saneamento para Todos.

Esta atuação é igualmente reforçada pela cooperação com parceiros institucionais portugueses, designadamente no âmbito da cooperação para o desenvolvimento, incluindo entidades como o Camões – Instituto da Cooperação e da

Língua, a União Europeia e outras instituições multilaterais, contribuindo para valorizar a presença de Portugal na promoção de soluções sustentáveis no setor da água e saneamento a nível internacional

ATIVIDADE OPERACIONAL

UM ANO DE EXECUÇÃO INTENSA E FORTE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIO

Em 2025, a atividade operacional da AdP INTERNACIONAL caracterizou-se por uma elevada intensidade de execução, pela consolidação da presença em mercados estratégicos e por um esforço particularmente significativo de desenvolvimento de negócio em diferentes geografias.

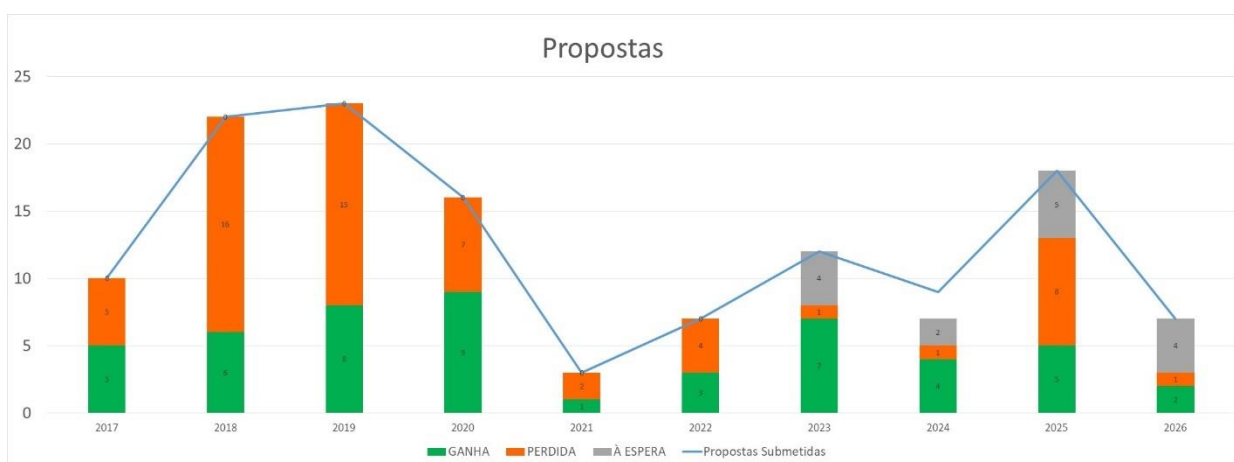
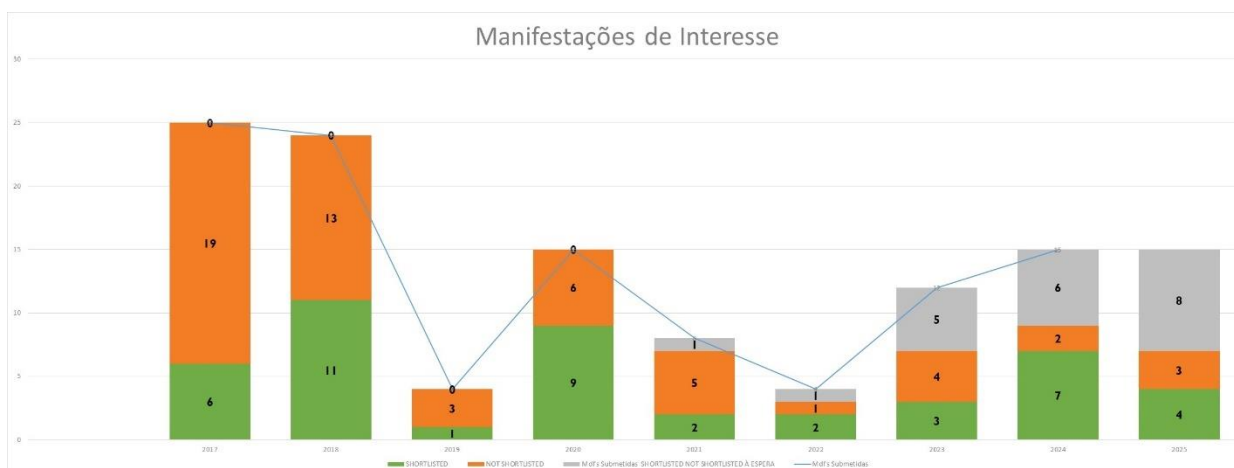
Ao longo do exercício, a empresa assegurou a continuidade e conclusão de projetos relevantes, promoveu extensões contratuais em operações em curso, reforçou a sua colaboração com instituições multilaterais e aprofundou relações institucionais com entidades governamentais e operadores de água em diversos países. Paralelamente, foi desenvolvido um esforço consistente de identificação de oportunidades, preparação de propostas e posicionamento em novos concursos internacionais, contribuindo para a construção de um pipeline de projetos com potencial de concretização nos próximos anos.

A diversidade da carteira de atividade evidencia a capacidade da AdP INTERNACIONAL para intervir em múltiplas dimensões do setor da água e saneamento, incluindo assistência técnica especializada, apoio à reforma institucional, gestão de programas de investimento, capacitação técnica, modernização de utilities e promoção de soluções sustentáveis alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Em mercados de continuidade, como **Angola, Moçambique e Timor-Leste**, a empresa consolidou a sua presença institucional e operacional. Em geografias de expansão ou de maior projeção internacional, como **Índia, Sri Lanka, Ucrânia, Grenada, Uruguai e Barbados**, a AdP INTERNACIONAL reforçou o seu posicionamento como parceiro técnico de referência em projetos de cooperação e assistência técnica no setor da água.

Este esforço de desenvolvimento de negócio é igualmente evidenciado pela evolução registada ao nível das manifestações de interesse e propostas apresentadas. Em 2025, a AdP INTERNACIONAL submeteu cerca de 15 manifestações de interesse, mantendo um nível consistente face aos anos anteriores e evidenciando uma recuperação significativa face ao período de menor atividade registado entre 2019 e 2022. Paralelamente, verifica-se um reforço do pipeline em análise, com 8 manifestações de interesse em fase de avaliação, refletindo um posicionamento ativo em processos internacionais e a capacidade de identificação de novas oportunidades.

No que respeita às propostas, observa-se igualmente uma dinâmica relevante, com cerca de 18 propostas submetidas em 2025, das quais 5 adjudicadas, 8 não adjudicadas e 5 em avaliação. Este volume representa um dos níveis mais elevados dos últimos anos, evidenciando o esforço comercial desenvolvido e a crescente presença da AdP INTERNACIONAL em concursos internacionais. Apesar da taxa de sucesso condicionada por um contexto competitivo exigente, o aumento do número de propostas e do volume em carteira demonstra a capacidade da empresa para reforçar o seu posicionamento no mercado e criar condições para a concretização de novos contratos no curto e médio prazo.



ÁFRICA AUSTRAL

CONSOLIDAÇÃO OPERACIONAL E REFORÇO DO POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL

MOÇAMBIQUE

Em Moçambique, 2025 ficou marcado pela conclusão de dois projetos de assistência técnica prestados à **AURA – Autoridade Reguladora de Águas, IP**, no âmbito de um contrato financiado pelo Fundo Ambiental e enquadrado no Protocolo de Cooperação entre Portugal e Moçambique.

Os trabalhos incidiram na supervisão e avaliação do serviço público de abastecimento de água, com especial enfoque na regulação das sociedades comerciais, bem como na elaboração de quadros regulatórios e do respetivo regime sancionatório. Apesar do contexto social e político desafiante no país, que motivou a prorrogação dos contratos até março de 2025, os projetos foram concluídos com a entrega integral dos resultados previstos.

Durante o ano foram igualmente iniciados trabalhos preparatórios de novos projetos com a **Águas de Moçambique, Instituto Público (AdeM, IP)**, no âmbito do processo de reforma estrutural do subsector de abastecimento de água e saneamento. Estes projetos incluem o desenvolvimento do **Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento para a Província de Manica** e uma **assistência técnica especializada à implementação da reforma**

institucional do setor, contribuindo para o reforço das capacidades institucionais e para a melhoria da governação do setor.

ANGOLA

Angola manteve-se como uma das principais geografias de intervenção da AdP INTERNACIONAL.

No âmbito do **Contrato de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água da Província da Huíla**, a empresa continuou a prestar serviços à Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas, com financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento.

Este contrato baseado em desempenho abrange os municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba e tem apresentado resultados particularmente positivos, apesar das metas exigentes e das condições operacionais desafiantes. Em reconhecimento do desempenho alcançado, foram aprovadas duas extensões contratuais em 2025, prolongando o projeto até **31 de maio de 2026** e elevando o valor contratual global para **7,1 milhões de USD**.

A empresa deu também continuidade ao contrato de consultoria, em consórcio com a **GFA Consulting Group**, destinado à criação e operacionalização da **Unidade de Gestão de Financiamento do Banco Europeu de Investimento (UGFBEI)**. Esta unidade tem apoiado o Ministério da Energia e Águas na gestão do financiamento de **100 milhões de euros** destinado a investimentos no setor da água e saneamento.

Para além da execução contratual, Angola destacou-se igualmente como um mercado particularmente dinâmico em termos de desenvolvimento de negócio. Ao longo de 2025 foram identificadas diversas manifestações de interesse e concursos nas áreas de gestão de sistemas de abastecimento de água, assistência técnica e serviços rurais de água. Simultaneamente, foram desenvolvidos contactos institucionais e propostas de colaboração em áreas de formação e capacitação, incluindo iniciativas com o **Centro de Formação Onga Zanga**, o **Centro de Formação da EPAL em Luanda** e o **Projeto PROÁGUA**, bem como contactos institucionais com o Governo Provincial de Luanda no domínio do saneamento.

CABO VERDE

Em Cabo Verde prosseguiu a implementação de projetos ligados à economia circular e ao planeamento ambiental.

Na Ilha de Santiago, a AdP INTERNACIONAL continuou a acompanhar o **Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz**, orientado para a reutilização de águas residuais tratadas e valorização de recursos para fins agrícolas. O projeto, desenvolvido com a Águas do Tejo Atlântico, permitirá testar soluções inovadoras com potencial de replicação noutras ilhas.

Na Ilha do Fogo, foi dada continuidade ao **Plano Sanitário da Cidade de São Filipe**, que integra componentes de saneamento, gestão de resíduos sólidos e capacitação técnica. Em 2025 foram realizadas ações de formação dirigidas a técnicos e entidades locais nas áreas do ciclo da água, tratamento e reutilização de águas residuais e gestão de resíduos urbanos.

ÁSIA E PACÍFICO

CONSOLIDAÇÃO DA PRESENÇA REGIONAL E PREPARAÇÃO DE NOVOS PROJETOS

TIMOR-LESTE

Em Timor-Leste, 2025 foi marcado por uma atividade comercial particularmente intensa. A presença continuada da AdP Timor-Leste no país e o conhecimento aprofundado do contexto institucional permitiram reforçar o posicionamento da empresa como parceiro técnico local de referência.

Durante o exercício foram submetidas **cinco propostas relevantes**, incluindo dois projetos de execução de sistemas urbanos de água e saneamento em seis capitais de município e três estudos de bacias hidrográficas. Embora estas propostas não tenham resultado em adjudicação durante o ano, refletem um esforço significativo de desenvolvimento de negócio e contribuem para a consolidação da presença da empresa no mercado timorense.

A empresa participou igualmente no **IWA Water and Development Congress & Exhibition**, onde apresentou três comunicações técnicas sobre gestão de recursos hídricos, saneamento e tecnologias digitais aplicadas à resiliência dos sistemas de água.

ÍNDIA

Em 2025 foi concluído o processo de contratualização de um projeto estratégico com o **Banco Asiático de Desenvolvimento**, focado na governação e desempenho dos serviços urbanos de água e saneamento nos estados de Rajasthan e Delhi.

O projeto visa apoiar a preparação de futuras operações de investimento do ADB, através da avaliação institucional, análise de desempenho das utilities e identificação de oportunidades de reforma e melhoria operacional. A execução efetiva terá início em 2026.

SRI LANKA

No Sri Lanka, a AdP INTERNACIONAL iniciou a implementação de um projeto no âmbito do programa **Water Operators' Partnerships for Resilience (WOP4R)**, promovido pelo Banco Asiático de Desenvolvimento.

Neste projeto, a empresa atua como mentora técnica do **National Water Supply and Drainage Board (NWSDB)**, apoiando o reforço das capacidades técnicas e organizacionais da entidade em áreas como redução de água não faturada, eficiência energética, gestão de ativos e economia circular.

Durante o ano realizaram-se missões técnicas ao Sri Lanka e uma visita de técnicos do NWSDB e do ADB a Portugal, incluindo workshops e visitas a infraestruturas do Grupo Águas de Portugal.

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL E NOVOS MERCADOS

UCRÂNIA

A AdP INTERNACIONAL integrou a iniciativa **Water Operators' Partnerships para a Ucrânia**, promovida pela UN-Habitat / GWOPA, com o objetivo de apoiar utilities públicas da região de Zaporizhzhya no reforço da sua capacidade institucional e operacional.

O projeto, com duração de 18 meses, assenta num modelo de mentoria entre operadores públicos e inclui atividades de capacitação técnica, desenvolvimento de planos de melhoria de desempenho e partilha de boas práticas, contribuindo para a resiliência dos serviços de água em contexto de guerra.

CARAÍBAS - GRENADA

Na região das Caraíbas, a AdP INTERNACIONAL deu continuidade ao projeto **G-CREWS**, financiado pela cooperação alemã (GIZ), prestando apoio à GFA na implementação de soluções de reforço da resiliência climática dos serviços de água.

As atividades em 2025 incidiram nas áreas de **Segurança e Saúde** e de **SCADA**, incluindo apoio à preparação de termos de referência e acompanhamento técnico remoto da implementação do sistema.

AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS - NOVO PROJETO CAF

Em dezembro de 2025 foi adjudicado à AdP INTERNACIONAL um novo projeto financiado pela **CAF – Banco de Desenvolvimento da América Latina e das Caraíbas**, envolvendo operadores de água do **Uruguai (OSE)** e de **Barbados (BWA)**.

O projeto, com início previsto para o segundo trimestre de 2026, tem como objetivo implementar um modelo de cooperação técnica entre operadores, centrado na transferência de conhecimento, melhoria da eficiência operacional e reforço da capacidade institucional dos operadores participantes.

Esta adjudicação representa um passo relevante no reforço da presença da empresa na América Latina e Caraíbas e abre novas perspetivas de cooperação futura com operadores e instituições financeiras da região.

TUNÍSIA: ENTRADA NO MERCADO ATRAVÉS DE MODELO DE CONCESSÃO

Em 2025, o Grupo Águas de Portugal, através da AdP INTERNACIONAL, reforçou a sua presença internacional com a constituição da empresa Société Agua Services d'Assainissement, na sequência da adjudicação, pelo Estado tunisino, de um contrato de concessão para a gestão, operação e manutenção do sistema de saneamento da zona norte da cidade de T  nis, por um período de 10 anos. Este contrato, com um valor global superior a 70 milhões de euros, representa a implementação do primeiro modelo de Parceria Público-Privada (PPP) no setor do saneamento na Tunísia.

A concessão abrange a exploração do sistema de saneamento, a reabilitação e modernização da ETAR de Choutrana 2, com capacidade de tratamento de 40.000 m³/dia, bem como a gestão de uma extensa rede de infraestruturas, incluindo mais de 1.200 km de coletores, 52 esta  o  s elevatórias e cerca de 250.000 liga  o  s. O contrato inclui ainda

um programa de investimento a executar nos primeiros três anos, financiado pela ONAS com o apoio do Banco Mundial, visando a melhoria da eficiência operacional e ambiental do sistema, incluindo a introdução de tratamentos avançados.

A criação desta nova empresa, na qual o Grupo Águas de Portugal detém uma participação de 40% (35% AdP SGPS e 5% AdP INTERNACIONAL), constitui um passo estratégico relevante, consolidando o posicionamento da AdP INTERNACIONAL como operador de referência no setor do saneamento e reforçando a sua presença no Norte de África. Este projeto representa igualmente uma oportunidade para a expansão futura na região do Magrebe, capitalizando a experiência acumulada pelo Grupo e as relações institucionais já estabelecidas com entidades tunisinas no âmbito da cooperação bilateral.

SÍNTESE

O exercício de 2025 caracterizou-se por uma execução operacional consistente, pela consolidação da presença em mercados estratégicos e por um esforço comercial particularmente significativo orientado para a captação de novos projetos.

A diversidade geográfica e temática das intervenções demonstra a capacidade da AdP INTERNACIONAL para atuar em diferentes contextos institucionais e técnicos, combinando cooperação internacional, assistência especializada e desenvolvimento de negócio.

Este posicionamento reforça o papel da empresa como parceiro técnico de referência no setor internacional da água e saneamento, contribuindo para a valorização do conhecimento do Grupo Águas de Portugal e para a expansão sustentável da sua presença internacional.

MOÇAMBIQUE

AURA - AUTORIDADE REGULADORA DE ÁGUAS, IP



Em dezembro de 2023 foi assinado um Contrato de Prestação de Serviços entre a AdP INTERNACIONAL e a AURA, com financiamento do Fundo Ambiental, no âmbito do Protocolo de Cooperação celebrado entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, assinado a 4 de novembro de 2021. O contrato teve como objetivo a prestação de assistência técnica à AURA na supervisão e avaliação do serviço público de abastecimento de água, com enfoque na regulação das sociedades comerciais, bem como no apoio à elaboração de quadros regulatórios e do respetivo regime sancionatório.

Os trabalhos foram desenvolvidos no âmbito dos projetos “Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais” e “Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório”, contribuindo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 6, 13 e 17 da Agenda 2030 das Nações Unidas.

Devido às condições sociais e políticas em Moçambique, os contratos foram prorrogados até março de 2025, tendo os projetos sido concluídos em 2025 com a entrega de todos os entregáveis previstos.

ÁGUAS DE MOÇAMBIQUE, INSTITUTO PÚBLICO, IP

No âmbito da Cimeira entre Portugal e Moçambique e do Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Ambiente e Energia da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, em matéria de água e saneamento, o Estado Português irá financiar dois projetos prioritários destinados a apoiar o desenvolvimento e a modernização do setor da água em Moçambique.

Estes projetos enquadram-se no atual processo de reforma estrutural do subsector de abastecimento de água e saneamento em Moçambique, que visa reforçar a eficiência institucional, a sustentabilidade económico-financeira e a qualidade dos serviços prestados à população. Esta reforma prevê uma nova configuração institucional baseada na separação de funções entre entidades responsáveis pelo financiamento e investimento, gestão patrimonial e operação dos sistemas, incluindo a criação da Águas de Moçambique, Instituto Público (AdeM, IP) e de Sociedades Empresariais de Abastecimento de Água e Saneamento (SEAAS) de âmbito provincial.

Neste contexto, os projetos financiados incidem no Plano Diretor de Abastecimento de Água e Saneamento para a Província de Manica e na Assistência Técnica Especializada no âmbito da Reforma do Subsector de Abastecimento de Água e Saneamento, contribuindo para o reforço da capacidade institucional, o desenvolvimento de instrumentos de governação e a implementação do novo modelo organizacional do setor.

Para o desenvolvimento destas iniciativas, a AdP INTERNACIONAL já iniciou reuniões e trabalhos preparatórios com a Águas de Moçambique (AdeM, IP), entidade beneficiária dos projetos, com vista à definição das atividades a desenvolver, à recolha de informação de base e à preparação das primeiras fases de implementação.

CONTRATO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À PROVÍNCIA DA HUÍLA (CSAGOM)

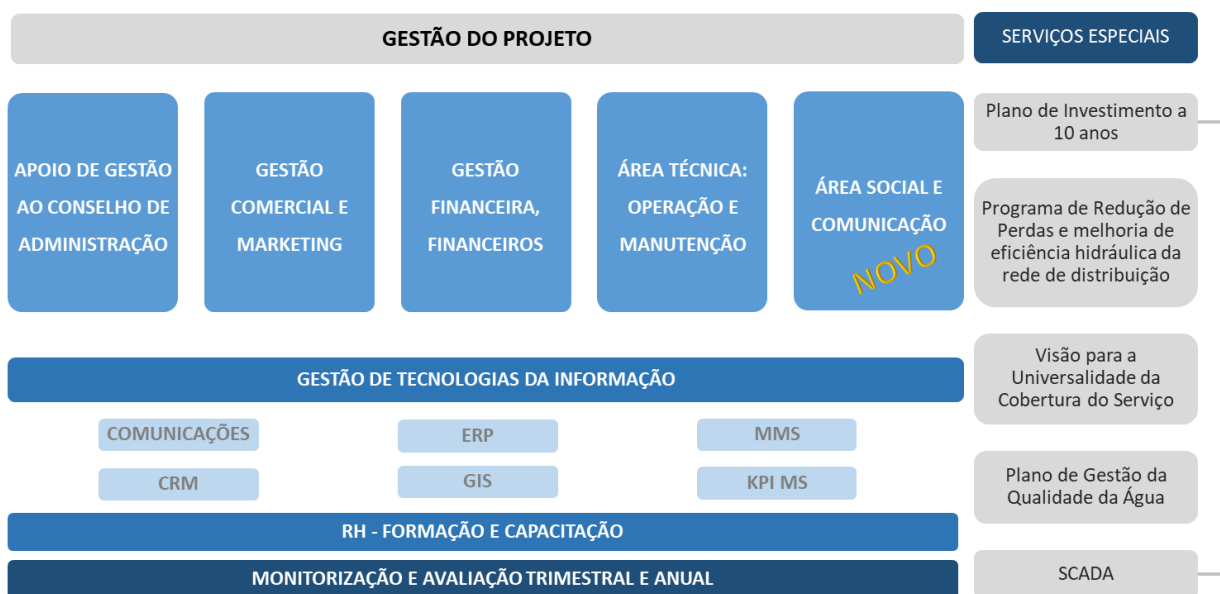
No âmbito do Projeto de Assistência Técnica à EPASHuíla – *Performance Based Contract*, a AdP INTERNACIONAL presta serviços à Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola, com financiamento do Banco Mundial e da Agência Francesa de Desenvolvimento.



O projeto teve início a 1 de junho de 2021, com duração contratual inicial até 31 de maio de 2025, tendo como Cliente Final a EPASHuíla – Empresa Pública de Água e Saneamento da Huíla, e abrangendo os municípios de Lubango, Chibia, Cacula, Quipungo, Matala e Jamba, na Província da Huíla. Trata-se de um contrato baseado no desempenho, com metas trimestrais e anuais monitorizadas por auditores independentes (IVA). Os resultados obtidos nas avaliações realizadas demonstram um excelente desempenho, tendo em consideração metas particularmente exigentes e as dificuldades associadas ao contexto em que o projeto se insere.

Face aos resultados alcançados, foram aprovadas duas extensões contratuais — de 1 de junho a 31 de agosto de 2025 e, atualmente em curso, de 1 de setembro de 2025 até 31 de maio de 2026 — passando o valor contratual global a ascender a 7.146.708 USD.

As principais áreas de intervenção abrangidas neste contrato são as exemplificadas no esquema seguinte:



UNIDADE DE GESTÃO DE FINANCIAMENTO DO BEI

A AdP INTERNACIONAL, em consórcio com a GFA Consulting Group, celebrou em 2021 com a Direção Nacional de Águas do Ministério da Energia e Águas de Angola um contrato de consultoria para a prestação de serviços de Project Management Consulting (PMC), com o objetivo de apoiar a implementação do financiamento do Banco Europeu de



Investimento (BEI) destinado ao desenvolvimento de infraestruturas de água e saneamento no país. A intervenção incluiu a criação e operacionalização da Unidade de Gestão de Financiamento do BEI (UGFBEI), responsável por apoiar a gestão do envelope financeiro de cerca de 100 milhões de euros, associado ao Segundo Projeto de Desenvolvimento Institucional do Sector da Água (PDISA-2).

Ao longo da execução do projeto, a equipa técnica da AdP INTERNACIONAL assegurou apoio especializado ao Ministério da Energia e Águas nas áreas de procurement, gestão financeira, gestão de contratos e acompanhamento ambiental e social, contribuindo para o cumprimento dos indicadores estabelecidos para a implementação do programa. Entre as principais realizações destacou-se a preparação e lançamento de 12 processos de contratação pública, essenciais para viabilizar os investimentos previstos no setor da água e saneamento em Angola.

Na sequência de uma extensão contratual concedida entre dezembro de 2024 e maio de 2025, foram concluídas as atividades de procurement associadas aos contratos de consultoria, execução de obras e fiscalização previstos no projeto. Durante este período foram igualmente desenvolvidas atividades de planeamento e controlo financeiro, incluindo o fecho de contas anual e do contrato, a realização de auditorias e a revisão do planeamento das ações subsequentes. A conclusão destas atividades permitiu assegurar o encerramento estruturado do contrato e consolidar o contributo da AdP INTERNACIONAL para o reforço da capacidade institucional do setor da água em Angola.

OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO IDENTIFICADAS EM 2025

Em Angola, e em particular no último semestre de 2025, começaram a surgir diversas oportunidades, materializadas através de pedidos de Manifestações de Interesse (Mdl) e Concursos, destacando-se os seguintes:

Manifestações de Interesse (Mdl):

- (58CS2/GABHIC/UCP/R/24) - Assistência Técnica GABHIC / RECLIMA
- Technical Assistance for Improved Rural Water Services in Cubango Municipalities

Concursos

- 51NC1/ZAIRE/R/24 – Management, Operations and Maintenance Services for Zaire Province Water Supply Systems
- 52BNC1/KWANZASUL/R/24 – Management, Operations and Maintenance Services for Kwanza Sul Province Water Supply Systems
- 53NC1/CUANDOCUBANGO/R/24 – Management, Operations and Maintenance Services for Cuando Cubango Province Water Supply Systems

POSSÍVEIS PARCEIRAS PARA FORMAÇÕES

CENTRO DE FORMAÇÃO ONGA ZANGA

A AdP Angola foi convidada a visitar o Centro de Formação de Onga Zanga, tendo sido igualmente convidada, na qualidade de parceiro estratégico, a apresentar uma proposta de formação dirigida às primeiras equipas de laboratório, em particular quadros e técnicos de laboratórios de água para consumo humano.

Os principais objetivos destas ações de formação passam por desenvolver e aprofundar os conhecimentos dos formandos relativamente aos principais riscos associados ao trabalho em laboratório, promovendo simultaneamente a adoção de comportamentos seguros e o cumprimento das boas práticas laboratoriais. Pretende-se ainda capacitar os formandos para a correta utilização de equipamentos de proteção individual e coletiva, bem como assegurar a aplicação de procedimentos de trabalho seguros, com especial enfoque na manipulação de substâncias perigosas, na gestão adequada de resíduos e na resposta a situações de emergência.

As ações de formação incluem conteúdos relacionados com a introdução à segurança laboratorial, identificação e caracterização dos diferentes tipos de riscos existentes em laboratório, utilização adequada de equipamentos de proteção, regras de conduta e procedimentos de segurança, bem como a organização e sinalização dos espaços laboratoriais. Serão igualmente abordados temas como planos de emergência e primeiros socorros, além da promoção de boas práticas e do desenvolvimento de uma cultura de segurança no ambiente de trabalho. A proposta para a realização destas ações de formação foi apresentada, encontrando-se atualmente a aguardar resposta.

CENTRO DE FORMAÇÃO DA EPAL, EP

A AdP Angola foi convidada a visitar o novo **Centro de Formação da EPAL, E.P.**, em Luanda, tendo sido solicitada a apresentação de uma proposta para a elaboração de um **Plano Estratégico** destinado a apoiar a entidade na estruturação e desenvolvimento da sua academia de formação. Este trabalho tem como objetivo a definição de dois instrumentos fundamentais para o funcionamento e sustentabilidade da iniciativa: por um lado, um **Plano**



Estratégico, que estabeleça a visão, o modelo de funcionamento e as prioridades da Academia; e, por outro, um **Plano de Negócios**, que permita assegurar a sua viabilidade económica e financeira a médio e longo prazo.

Em 2025, o Plano Estratégico desenvolvido no âmbito desta colaboração foi apresentado ao **Secretário de Estado e à Administração da EPAL de Luanda**, constituindo um passo relevante para a consolidação do projeto e para o reforço das capacidades de formação e desenvolvimento técnico no setor da água em Angola.

PROJECTO PROÁGUA – FORMAÇÃO TÉCNICA E CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

A AdP Angola desenvolveu contactos com vista à criação de uma possível parceria na área da formação, no âmbito do Projeto PROÁGUA. Neste contexto, foi solicitado o apoio da EPAL, através da Academia das Águas Livres e dos seus formadores, para a realização de um conjunto de ações de formação destinadas ao reforço das competências técnicas dos profissionais do setor da água.

As formações propostas incidem em áreas operacionais e técnicas relevantes, nomeadamente tratamento de água para consumo humano, reparação de fugas e trabalhos de escavação, saúde, higiene e segurança no trabalho, formação de formadores – reciclagem e gestão de reclamações e relacionamento com o público. Estas iniciativas têm como principal objetivo contribuir para o desenvolvimento e atualização de competências técnicas, promovendo simultaneamente a melhoria da qualidade dos serviços prestados.

As ações de formação destinam-se essencialmente a quadros técnicos da EPAL, E.P., procurando reforçar as capacidades institucionais e operacionais da entidade no domínio da gestão e operação dos sistemas de abastecimento de água.

CONTACTOS INSTITUCIONAIS E OPORTUNIDADES EMERGENTES NO SECTOR DO SANEAMENTO

Na área do saneamento, a AdP Angola tem vindo a promover contactos com o Governo Provincial de Luanda, nomeadamente com o departamento responsável pela pasta do saneamento na província.

Em Julho, foi solicitada uma audiência ao Vice-Governador para a Área Técnica, com o objectivo de apresentar a empresa e o percurso da AdP no domínio do saneamento, bem como a sua experiência e capacidade de apoio a futuros projectos neste sector, considerado prioritário.

PROJETO PILOTO DE ECONOMIA CIRCULAR NO CICLO URBANO DA ÁGUA NA ETAR DE SANTA CRUZ - REUTILIZAÇÃO DE ÁGUA E VALORIZAÇÃO DE RECURSOS PARA FINS AGRÍCOLAS

Na Ilha de Santiago, técnicos da AdP INTERNACIONAL e da Águas do Tejo Atlântico iniciaram em 2022 um projeto piloto que será de grande relevância para contribuir para o aumento de disponibilidades de água no setor agrícola na Ilha de Santiago.

A intervenção engloba o desenvolvimento de um Plano de Ação tendo em vista a Reutilização de Águas Residuais Tratadas e Valorização de Recursos, para a ETAR de Santa Cruz que terá como objetivo identificar e implementar as intervenções necessárias para complementar o esquema de tratamento existente de modo a assegurar a viabilidade de produção de Água para Reutilização (ApR) na agricultura, em conformidade com as normas de qualidade exigidas, bem como da valorização agrícola dos subprodutos (lamas) geradas na ETAR. A sua natureza do projeto piloto permitirá também delinear e testar um modelo que poderá ser replicado noutras ilhas.

Em 2024 foi desenvolvido o Projeto de Execução do tratamento complementar a implementar, que consiste num sistema de lagunagem, tendo em vista a redução da carga bacteriológica do efluente.

Em 2026 a ANAS lançará o concurso público para a empreitada (obras de construção civil e aquisição e instalação de equipamentos eletromecânicos), prevendo-se a conclusão da obra no final do primeiro trimestre de 2027.

ELABORAÇÃO DO PLANO SANITÁRIO DA CIDADE DE S. FILIPE

Na Ilha do Fogo, a AdP INTERNACIONAL deu continuidade, em 2025, a um projeto transversal na área do ambiente procurando dar resposta a algumas das necessidades prioritárias para a população nesta vertente.

A intervenção engloba as seguintes tarefas:



- Na vertente do saneamento visa-se a implementação de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais para o município de S. Filipe que contribuirá para assegurar a proteção dos recursos hídricos e os ecossistemas mais frágeis, permitindo uma maior resiliência ao impacto das alterações climáticas;

- Na vertente dos resíduos sólidos visa-se a implementação de um conjunto de medidas (selagem da lixeira existente e recolha seletiva de resíduos) para a ilha do Fogo, que irão promover a recuperação de áreas degradadas; e
- Pretende-se ainda desenvolver um conjunto de ações de capacitação de quadros técnicos, incluindo quadros da administração central, local e ainda da sociedade civil, com o propósito de os capacitar nas temáticas de gestão de água e de águas residuais, gestão de resíduos sólidos, ambiente, socioeconómica, entre outras. Estas ações inserem-se numa estratégia de sensibilização ambiental às populações com vista a promoção da alteração a médio e longo prazo de comportamentos ambientais.

Assim em 2025 foram desenvolvidas as seguintes ações:

- Ação de formação sobre o “Ciclo da Água e sua Utilização | Poluição da Água | Tratamento de Águas Residuais e sua Reutilização”
- Ação de formação sobre “Gestão dos Resíduos Urbanos”

TIMOR-LESTE



PARCERIAS ESTRATÉGICAS E DIVERSIFICAÇÃO DO PORTFOLIO DE ATIVIDADE

Em 2024, a AdP Timor-Leste consolidou um modelo de atuação operacional em Timor Leste resultado do esforço comercial capitalizando a presença continuada no terreno, o conhecimento profundo do contexto em Timor Leste e a construção consistente de relações de confiança com entidades públicas, privadas e parceiros internacionais têm sido determinantes para posicionar a AdP Timor-Leste como parceiro técnico e operacional de referência.

No decurso de 2025, esta base colaborativa traduziu-se numa atividade comercial particularmente intensa, com destaque para a submissão de propostas no setor da água. Foram apresentadas duas propostas para a elaboração de projetos de execução de sistemas de abastecimento de água e saneamento urbano, abrangendo seis capitais de município, organizadas em dois blocos territoriais (3+3), nomeadamente Aileu, Gleno e Liquiçá, bem como Ainaro, Suai e Maliana, dando continuidade direta a planos diretores previamente desenvolvidos, no âmbito dos procedimentos RFP/054/MOP-2025 e RFP/055/MOP-2025. Em paralelo, foram igualmente submetidas três propostas para estudos de bacias hidrográficas, orientados para a valorização do potencial agroprodutivo e para o reforço da segurança hídrica em contextos rurais, incluindo os estudos de viabilidade para as bacias de Dacidare e Lacro (RFP/001/NDCC/GEF/V-2025), da Ribeira de Belulic, no Município de Ainaro (RFP/041/MPIE-2025), e da Ribeira de Caraulun, no Município de Manufahi (RFP/042/MPIE-2025). Complementarmente, a AdP Timor-Leste participou ainda em diversos pequenos estudos de avaliação e estruturação de bacias hidrográficas de menor escala, focados em zonas rurais e periurbanas, com forte componente de desenvolvimento local.

Embora estas propostas não tenham resultado em adjudicação durante o exercício, o volume, diversidade e consistência da atividade desenvolvida refletem uma postura comercial claramente reforçada.

Paralelamente, e assente numa estratégia deliberada de diversificação do portefólio, a AdP Timor-Leste alargou a sua intervenção a domínios fora do setor estrito da água e saneamento. Neste contexto, foram preparadas e

submetidas, já em janeiro de 2026, propostas para apoio ao desenvolvimento de estudos estratégicos de planeamento urbano, bem como para a gestão de programas orientados para a melhoria da subsistência rural.



Nestes processos, o posicionamento da AdP Timor-Leste assumiu-se de forma clara como parceiro local, assegurando apoio técnico, institucional e operacional a consórcios liderados por entidades internacionais.

Este enquadramento reforça o papel da AdP Timor-Leste como porta de entrada e parceiro de confiança para multinacionais interessadas em operar no país, capitalizando o conhecimento profundo nacional, a experiência acumulada no relacionamento institucional e um trabalho comercial contínuo e estruturado. Esta evolução representa um passo relevante na afirmação da empresa enquanto plataforma local para projetos multidisciplinares, contribuindo para a sustentabilidade futura da operação e para o reforço da presença internacional do Grupo AdP na região.

PARTICIPAÇÃO NO IWA - WATER AND DEVELOPMENT CONGRESS & EXHIBITION 2025

No âmbito da sua atividade institucional, a AdP Timor-Leste participou no IWA – Water and Development Congress & Exhibition 2025 (WDCE), tendo apresentado três comunicações no evento.

O WDCE é um congresso internacional de referência, orientado para os desafios e oportunidades do setor da água e do saneamento em países em desenvolvimento, e registou nesta edição a maior participação desde a sua génese, refletindo a crescente preocupação global com a equidade no acesso a serviços essenciais e com o progresso — ainda insuficiente — no cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 6 (ODS 6).

Durante o congresso, ficou patente a diversidade de abordagens e modelos de gestão do setor. Destacaram-se, em particular, o forte investimento público em infraestruturas de água na Malásia e as dinâmicas de privatização do setor na área metropolitana de Manila (Filipinas).

É neste enquadramento que a AdP Timor-Leste apresentou três comunicações técnicas, refletindo trabalho desenvolvido em Timor-Leste e a sua relevância para Small Island Developing States (SIDS). As comunicações abordaram, de forma complementar:

- a gestão sustentável dos recursos hídricos;
- a relação entre saneamento e saúde pública;

- e o papel das tecnologias digitais na resiliência dos sistemas de abastecimento de água.

A participação da AdP Timor-Leste neste congresso constituiu, assim, uma oportunidade relevante para a partilha de experiências, a validação técnica do trabalho desenvolvido no país e o reforço do posicionamento da empresa no debate internacional sobre água, saneamento e resiliência climática em países em desenvolvimento.

COOPERAÇÃO BILATERAL: TIMOR-LESTE E PORTUGAL

Com a assinatura, em 14 de outubro de 2024, do Programa Estratégico de Cooperação Timor-Leste – Portugal (2024–2028) e do Acordo de Cooperação na Área das Infraestruturas, a AdP Timor-Leste passou a dispor de um enquadramento político e técnico particularmente favorável ao reforço da sua capacidade de atuação no país, em articulação com os instrumentos da Cooperação Portuguesa.

Neste contexto, e dando continuidade ao trabalho iniciado em 2024, registaram-se progressos relevantes na estruturação de um modelo de assistência técnica com a Bee Timor-Leste, E.P. (BTL). Em concreto, houve um envolvimento explícito da BTL no desenho desta abordagem e, na sequência desse processo, a BTL formalizou um pedido ao Ministério das Obras Públicas, o qual foi aceite, permitindo avançar para o encaminhamento do pedido de assistência técnica ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, com vista à articulação com o Instituto Camões no âmbito da Cooperação Portuguesa.

Este esforço visa criar as bases para o desenvolvimento e implementação de projetos de cooperação específicos no setor da água e saneamento, com foco em:

- (i) reforço das capacidades técnicas e institucionais da BTL;
- (ii) promoção de troca de experiências e boas práticas; e
- (iii) identificação e implementação de soluções inovadoras, ajustadas ao contexto local, para a melhoria do abastecimento de água e do saneamento em Timor-Leste.

Ao consolidar esta base colaborativa, a AdP Timor-Leste reafirma o seu compromisso em contribuir para a sustentabilidade do setor, valorizando a experiência acumulada do Grupo Águas de Portugal como referência técnica para soluções viáveis e adaptadas à realidade timorense

GESTÃO DO PROGRAMA E FISCALIZAÇÃO DE CONSTRUÇÃO (PMC – PROJECT MANGEMENT CONSULTING)

No âmbito do contrato de consultoria para a Gestão do Programa e Fiscalização de Construção (PMC – Project Management Consulting), na qual a AdP Timor-Leste apresentou-se como subcontratada da Stantec tendo sido submetida uma proposta que se revelou a mais técnica e economicamente vantajosa.

Apesar de o processo ter evoluído até uma fase praticamente conclusiva — com adjudicação realizada e faltando apenas a assinatura contratual —, não se registaram desenvolvimentos adicionais durante o período mais recente.

Em paralelo, os sinais institucionais disponíveis apontam para um cenário de cancelamento do Compacto, o que representa um risco material para a iniciação do contrato. Este contexto constitui um duro revés para a AdP Timor-

Leste, atendendo ao investimento técnico e comercial mobilizado e à relevância estratégica desta intervenção para a consolidação da operação em Timor Leste.

Ainda assim, o eventual cancelamento do Compacto poderá abrir espaço para uma reconfiguração do enquadramento do projeto num modelo compatível com a infraestruturação preconizada para o setor da água. Esta possibilidade, a concretizar-se, contribuirá para continuar o desenvolvimento da componente de saneamento, reduzir riscos de descontinuidade técnica e manter condições para uma futura implementação faseada e financeiramente viável.

A ADP INTERNACIONAL NA AMÉRICA CENTRAL



GRENADA

Em 2025, a AdP INTERNACIONAL deu continuidade ao projeto de consultoria G-CREWS, em Grenada, nas Caraíbas, o qual prevê o apoio à GFA no âmbito da gestão de recursos hídricos e dos serviços de água, com vista ao reforço da resiliência face às alterações climáticas. Trata-se de um projeto financiado pela agência de cooperação alemã (GIZ). A AdP INTERNACIONAL tem a seu cargo o desenvolvimento das componentes de Segurança e Saúde e de SCADA da NAWASA (National Water and Sewerage Authority, Grenada), destacando-se as seguintes atividades principais:

- No âmbito da vertente de Segurança e Saúde (OHS), a perita da AdP apoiou a preparação dos Termos de Referência (TdR) para a contratação de um perito em Segurança e Saúde para a NAWASA.
- Continuação do apoio remoto do perito de SCADA da AdP, Osvaldo Araújo, no acompanhamento e apoio à implementação do sistema SCADA na NAWASA, nomeadamente através da resposta a questões e dúvidas colocadas pela entidade durante o processo. Recorde-se que foi o perito da AdP que, ao longo de 2023, desenvolveu as especificações técnicas e o desenho do sistema SCADA, cabendo à NAWASA a condução do respetivo processo de contratação da empresa fornecedora.



A ADP INTERNACIONAL NA ÁSIA



INDIA

PROJETO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA - GOVERNAÇÃO E DESEMPENHO DE SERVIÇOS URBANOS DE ÁGUA E SANEAMENTO

Em 2025, a AdP INTERNACIONAL consolidou um projeto estratégico de assistência técnica com o Asian Development Bank (ADB), focado no reforço da governação, desempenho e sustentabilidade dos serviços urbanos de água e saneamento nos estados de Rajasthan e Delhi, na Índia. O projeto enquadra-se no apoio à preparação de futuras operações de investimento do ADB, num contexto de elevada prioridade institucional e operacional.

O objetivo do projeto é realizar uma avaliação institucional e estratégica preliminar, orientada para o pré-investimento, incidindo sobre políticas, instituições e regulação (PIR), modelos de governação, desempenho operacional e comercial das utilities, incluindo a análise de Non-Revenue Water (NRW), bem como a identificação de riscos e constrangimentos à implementação de investimentos de grande escala.

Os principais entregáveis incluem relatórios de avaliação institucional e de desempenho, diagnósticos dos enquadramentos legais e organizacionais, análise de dados operacionais e comerciais, identificação de riscos e gargalos críticos, e uma shortlist de opções preliminares de reforma institucional, com indicação de esforço, dependências e sequenciação. Os resultados destinam-se a apoiar diretamente o desenho e a programação de futuros projetos financiados pelo ADB.

A metodologia combina análise documental, recolha estruturada de informação, missões de campo, interação com stakeholders e sessões de validação com o ADB e entidades nacionais e estaduais, privilegiando uma abordagem prática e orientada para a decisão.

Em termos de calendarização, ao longo de 2025 foi concluído o processo de contratualização, incluindo as negociações com o ADB. A execução efetiva do contrato terá início no início de 2026, conforme previsto, com desenvolvimento faseado dos trabalhos ao longo desse ano.



SRI LANKA

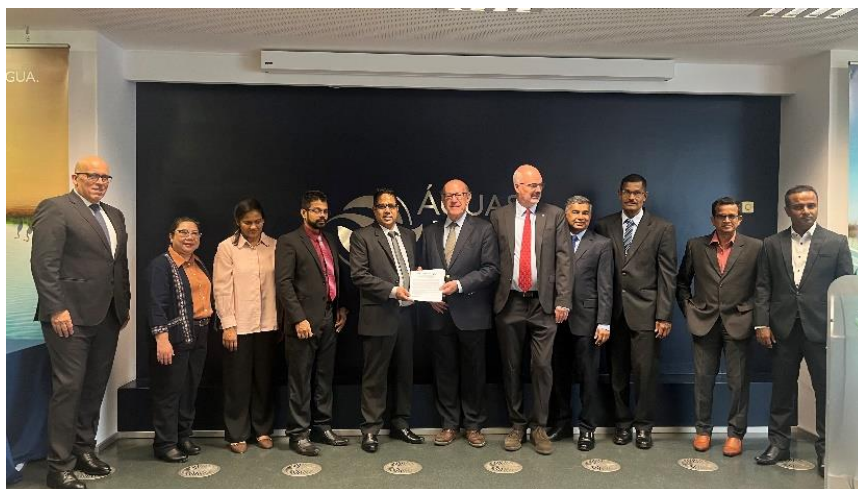
PROJETO WOP4R - PARCERIA ENTRE A ADP INTERNACIONAL E O NWSDB DO SRI LANKA

Em 2025, a Águas de Portugal Internacional (AdPI) reforçou o seu papel na cooperação internacional no setor da água através da sua participação no programa Water Operators' Partnerships for Resilience (WOP4R), promovido pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB). O projeto teve início formal em junho de 2025, com a assinatura de um Memorando de Entendimento (MoU) entre o ADB, a AdPI e o National Water Supply and Drainage Board

(NWSDB) do Sri Lanka, contando com o suporte técnico da Haskoning DHV, e tem conclusão prevista para março de 2026.

No âmbito desta parceria, a AdPI atua como entidade mentora do NWSDB, apoiando o reforço das suas capacidades técnicas, organizacionais e de gestão. A cooperação incide na partilha de boas práticas e no desenvolvimento de soluções ajustadas ao contexto do Sri Lanka, com especial enfoque na gestão de água não faturada (NRW), eficiência energética e economia circular, gestão de lamas e águas residuais, gestão de ativos e eficiência operacional.

O arranque operacional do projeto ficou marcado pela missão da equipa da AdPI ao Sri Lanka, realizada entre 23 e 27 de junho de 2025, que permitiu um contacto direto com a realidade do NWSDB. Durante esta visita foram realizadas reuniões técnicas, sessões de diagnóstico e workshops com as equipas locais, orientados para a identificação de desafios prioritários e oportunidades de melhoria, assegurando o adequado enquadramento das atividades do projeto.



Outro momento central foi a visita recíproca dos técnicos do NWSDB e do ADB a Portugal, entre 20 e 31 de outubro de 2025, organizada e coordenada pela AdPI. Ao longo deste período, a delegação participou em sessões técnicas, workshops temáticos e visitas a infraestruturas de referência do Grupo Águas de Portugal, em Lisboa e no Norte do país, nomeadamente à EPAL, à Águas do Tejo Atlântico e à Águas do Norte.

De acordo com o cronograma aprovado, está ainda prevista uma nova missão da equipa da AdP ao Sri Lanka até ao final do projeto, com o objetivo de acompanhar a implementação das recomendações e apoiar a consolidação das entregas previstas. O projeto prosseguirá até março de 2026, reafirmando o posicionamento da AdPI como parceiro internacional de referência na promoção de serviços de água e saneamento mais sustentáveis, resilientes e eficientes.

A ADP INTERNACIONAL NA UCRÂNIA

INICIATIVA WOP UCRÂNIA – REFORÇO DE CAPACIDADES NO SETOR DA ÁGUA

No âmbito do apoio internacional à Ucrânia, a AdP INTERNACIONAL integrou a iniciativa “Water Operators’ Partnerships (WOPs)” a convite da UN-Habitat, agência responsável pelo programa GWOPA (Global Water Operators

Partnership Agreement) financiado pelas Nações Unidas, que apoia os serviços de água e saneamento no contexto do ODS 6.



O objetivo é reforçar a capacidade institucional e operacional de empresas públicas de água e saneamento da Ucrânia que atravessam o contexto de guerra e apoiar a preparação para a reconstrução pós-conflito.

A iniciativa “WOP Ucrânia” teve início em junho de 2025 e tem por base um processo de mentoria através de parcerias técnicas entre operadores públicos. Durante 18 meses a AdP INTERNACIONAL dará apoio a duas empresas públicas municipais ucranianas da região de Zaporizhzhya — “Zaporizhzhya City Water Utility (Municipal Water and Waste Water Enterprise of Zaporizhzhia “Vodokanal”) e “Zaporizhzhya Oblast Water Utility” (Municipal Enterprise “Oblvodokanal” of Zaporizhzhia Region Council).

O projeto tem por base um processo de mentoria com uma base não lucrativa (nonprofit) no qual a AdP INTERNACIONAL assume o papel de mentor técnico. No contexto do atual conflito está a ser implementado maioritariamente através de assistência remota e será complementada por apoio local em território ucraniano e em missões técnicas de intercâmbio em Portugal e na Ucrânia assim que as as condições de segurança o permitam.



A metodologia criada pela GWOPA é a base das atividades. Esta assenta na transferência de conhecimento entre pares, no desenvolvimento de Planos de Ação de Curto Prazo e na elaboração de Planos de Melhoria de Desempenho e Investimento de Médio Prazo, alinhados com o aquis communautaire, ou seja, os padrões, diretivas e políticas da União Europeia (UE), contribuindo para o processo de preparação de adesão da Ucrânia à UE. As áreas de intervenção técnica são identificadas numa base participativas e incluem governação e gestão, eficiência energética,

desempenho operacional, faturação e recuperação de custos, controlo de perdas de água, gestão de ativos e reforço da resiliência dos serviços e foram identificadas pelos beneficiários, enquanto mentorados do processo.

Ao longo da implementação do projeto em 2026, serão promovidas ações de capacitação técnica, formação especializada, partilha de boas práticas e participação numa Comunidade de Prática internacional com base em plataformas de gestão e partilha de informação criadas no contexto do programa GWOPA, assegurando a monitorização contínua dos resultados entre as diversas parcerias a nível mundial.

A iniciativa evidencia o valor acrescentado da cooperação entre operadores públicos como mecanismo eficaz, sustentável e orientado para resultados, reforçando o contributo da AdP INTERNACIONAL para a promoção do direito humano à água e para a estabilidade dos serviços públicos essenciais em contextos de elevada vulnerabilidade nas áreas geográficas de países em desenvolvimento em que atua.

A AdP INTERNACIONAL pretende contribuir para a manutenção dos serviços essenciais de água em contexto de crise, para o reforço da resiliência institucional das duas utilities ucranianas e para a sua aproximação aos referenciais europeus, posicionando as Parcerias de Operadores de Água (WOP) como um instrumento estratégico de cooperação pública internacional e de preparação da reconstrução sustentável do setor na Ucrânia.

A ADP INTERNACIONAL E AS UTILITIES OF THE FUTURE

CONTRATO-QUADRO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA

No âmbito do projeto financiado pelo Banco Mundial denominado “*Utilities of the Future - UoF*”, a AdP INTERNACIONAL manteve, em 2025, o apoio técnico ao Banco Mundial através de suporte especializados com o objetivo de promover e implementar planos abrangentes e eficazes para transformar e preparar as concessionárias de Água e Saneamento, para novos desafios crescentes e para as mudanças climáticas, sociais e demográficas cada vez mais exigentes.

O conceito subjacente às *UoF* envolve, não apenas a transformação digital e a modernização tecnológica, mas também novos processos de negócios, estruturas organizacionais inovadoras e mudanças culturais.

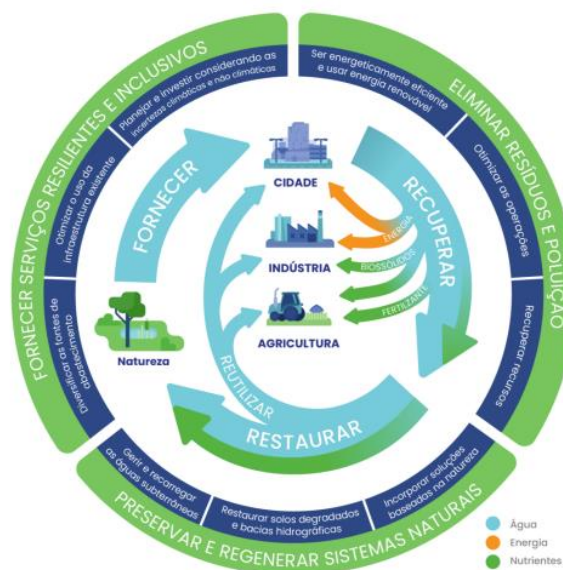
ADP E BANCO MUNDIAL PROMOVEM RESILIÊNCIA E ECONOMIA CIRCULAR NA GESTÃO DA ÁGUA - WICER 3

A Águas de Portugal é um dos parceiros-chave do Banco Mundial no desenvolvimento do programa WICER – Water in Circular Economy and Resilience, uma iniciativa que apoia países e cidades na adoção e implementação de princípios de economia circular e resiliência climática na gestão da água. Esta parceria, estabelecida em 2022, tem vindo a reforçar a cooperação internacional na área do abastecimento de água e do saneamento, promovendo a partilha de conhecimento, a capacitação técnica e a disseminação de soluções sustentáveis no setor.

No âmbito desta colaboração, o Grupo AdP acolheu, entre 26 e 30 de maio de 2025, mais uma edição do Knowledge Exchange and Capacity Building Workshop – “Implementing Circular Economy Principles in the Water Sector”, organizado pelo Banco Mundial em parceria com a Águas de Portugal, que integrou técnicos e especialistas do setor da água provenientes da Bósnia e Herzegovina, Montenegro, Sérvia, Paquistão, Peru e África do Sul. O workshop teve como objetivo apoiar os países participantes no desenho e implementação de políticas e investimentos que integrem princípios circulares, com foco na reutilização de águas residuais tratadas e na valorização de recursos (energia e biossólidos), promovendo simultaneamente a troca de experiências entre diferentes geografias.

WATER IN CIRCULAR ECONOMY AND RESILIENCE (WICER)

Economia Circular e Resiliência no Setor de Água



Uma iniciativa do Banco Mundial
www.worldbank.org/wicer
www.wicer-tool.com



O programa combinou sessões técnicas e momentos de discussão com visitas de campo a infraestruturas e projetos do Grupo AdP, envolvendo as seguintes empresas:

- Águas do Tejo Atlântico (AdTA), com visitas às Fábricas de Água de Frielas, Beirolas, Casalinho (Óbidos) e Alcântara, destacando soluções de reutilização de água, produção de energia, valorização de biossólidos e iniciativas de sensibilização para a aceitação da água para reutilização;
- EPAL – Águas do Vale do Tejo (AdVT), com enfoque na aplicação de princípios de circularidade na gestão do ciclo urbano da água, incluindo eficiência energética, monitorização de emissões e metodologias de redução de perdas de água (NRW);
- SIMARSUL, através da apresentação e visita a soluções baseadas na natureza e abordagens circulares em contexto rural;
- Águas do Algarve, com partilha de experiência sobre soluções baseadas na natureza (NbS) e recuperação ecológica associada ao uso de água tratada;

- AdP Valor, com contributos sobre estratégia de economia circular, enquadramento de políticas públicas e sinergias com o setor agrícola, nomeadamente ao nível de bio-sólidos e reutilização.



Foram ainda abordados temas estruturantes como reformas institucionais e enquadramento regulatório, envolvimento de stakeholders e aceitabilidade social, otimização de infraestruturas existentes, eficiência energética e modelos de financiamento e criação de valor associados à economia circular.

Esta parceria contribui diretamente para as ambições do Grupo AdP de “acelerar a economia circular” e “água além-fronteiras”, enquadradas no seu Compromisso de Sustentabilidade, reforçando o posicionamento internacional do Grupo e a valorização do conhecimento técnico nacional como referência para a transformação sustentável do setor da água.

VISITAS DELEGAÇÕES

PARTICIPAÇÃO NA SPAIN-PORTUGAL WATER LEARNING WEEK (ADB)

A AdP INTERNACIONAL, a EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA e as Águas do Tejo Atlântico participaram na ADB Spain Portugal Water Learning Week, onde receberam uma delegação do Banco Asiático de Desenvolvimento.

No evento apresentaram-se soluções inovadoras e foram partilhadas experiências com especialistas do setor da água e do desenvolvimento urbano. A iniciativa reforçou a cooperação internacional e destacou o contributo do setor da água português para os desafios globais da resiliência climática e sustentabilidade urbana.

O evento foi organizado em parceria com o ICEX, AICEP, GPEARI - Ministério das Finanças e a PPA - Parceria Portuguesa para a Água.



ERBD ANNUAL MEETING 2025

A AdP INTERNACIONAL participou no ERBD Annual Meeting 2025, em Londres, no painel “Lessons Learned and Best Practices in Working with Public Entities – Insights from Portugal”.

Moderado por Joana Gaspar, vogal do conselho de administração da AICEP, o painel contou com a presença de António Ventura, Assunção Cristas e Nuno Miguel Ferraz.

No painel, foram abordados os desafios de colaboração com entidades públicas, tendo por base a experiência e os projetos da AdP INTERNACIONAL.

A discussão do painel reforçou a importância da partilha de experiências e do diálogo para alcançar soluções sólidas e sustentáveis, também a nível internacional.



DELEGAÇÃO DE ALTO NÍVEL DO CAMBODJA

A AdP INTERNACIONAL teve a honra de receber H.E. Vandy Hem, Ministro da Indústria, Ciência, Tecnologia e Inovação do hashtag#Camboja, que liderou uma delegação de alto nível em visita técnica a Portugal, dedicada à transformação institucional e regulatória do setor da água.

A missão, organizada com o apoio do The World Bank, destacou como a criação da Águas de Portugal foi um ponto de viragem na modernização do setor — integrando operadores, reforçando a sustentabilidade financeira e consolidando uma regulação moderna e transparente.

A experiência portuguesa mostra que instituições fortes e visão de longo prazo são essenciais para garantir o futuro da água.



VISITA INSTITUCIONAL E TÉCNICA DE DELEGAÇÃO ANGOLANA A PORTUGAL

No âmbito do reforço da cooperação institucional e da partilha de boas práticas no setor dos serviços de abastecimento de água, a AdP INTERNACIONAL recebeu, no mês de junho, uma delegação de Angola, composta por membros do Conselho de Administração da EPAL – Empresa Pública de Águas de Luanda, respetivos assessores, e pela Presidente do Conselho de Administração da EPASHuíla, empresa onde a AdP INTERNACIONAL se encontra a desenvolver um projeto em curso.

A visita teve como principal objetivo a troca de experiências técnicas, operacionais e de gestão, incidindo sobre diferentes componentes da cadeia de valor do abastecimento de água, desde a captação e tratamento, até à distribuição e gestão comercial.

O programa incluiu, no dia 3 de junho, uma visita técnica à captação de água bruta e à Estação de Tratamento de Água da Asseiceira, infraestrutura de grande capacidade produtiva, permitindo o contacto direto com soluções tecnológicas, modelos de operação e práticas de controlo da qualidade da água.



No dia 4 de junho, a delegação visitou o Centro de Distribuição dos Olivais, incluindo as áreas de manutenção e o centro de comando, com enfoque nos sistemas de controlo operacional, gestão de redes, resposta a incidentes e monitorização do serviço.

Finalmente, no dia 5 de junho, realizou-se uma visita à área comercial, centrada nos processos de atendimento ao cliente, faturação e gestão de reclamações, proporcionando a partilha de práticas associadas à eficiência comercial, à relação com o cliente e à sustentabilidade financeira dos serviços.

Esta iniciativa constituiu um contributo relevante para o fortalecimento institucional das entidades envolvidas, reforçando o papel da AdP INTERNACIONAL como parceiro estratégico na promoção de serviços de água eficientes, sustentáveis e alinhados com padrões internacionais, em particular no contexto da cooperação com Angola.

Novo Mercado 2025 – Tunísia

Entrada no Magrebe

Criação da Sociéte Agua Services
d'Assainissement

Primeira PPP no saneamento na Tunísia

Contrato de concessão para gestão, operação e
manutenção

Cidade de Túnis – Zona Norte

ETAR Choutrana 2 e rede associada

Principais indicadores

+70 milhões de euros

10 anos de concessão

40% participação AdP

40.000 m³/dia capacidade de tratamento

RISCO E CONTROLO

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO E GESTÃO DO RISCO EMPRESARIAL

A AdP INTERNACIONAL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção às temáticas do controlo interno, da gestão do risco, da prevenção da corrupção e infrações conexas, bem como à transparência da informação e à fiabilidade do relato financeiro e não financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a [EMPRESA] se inclui, e por forma a possibilitar o cumprimento das obrigações legais decorrentes do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC) e a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do Controlo Interno (CI) existente nas empresas, em 2025, e concluída a **Fase 2, procedeu-se à consolidação do funcionamento do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo**, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).



A escolha deste modelo assenta na sua flexibilidade, adaptabilidade à estrutura e atividades de negócio das empresas, abrangência e fiabilidade na resposta que proporciona aos desafios internos ou externos existentes. Este modelo possibilita uma correlação direta entre os **objetivos que a organização define**, ao nível das **categorias** (Operação, Reporte e Conformidade), e as **componentes do CI** (Ambiente de Controlo, Avaliação de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), representativas da estrutura funcional da empresa e essenciais para a sua concretização.

- **AMBIENTE DE CONTROLO**

Deve refletir a importância do CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. Contempla um conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização e define o espírito da organização, influenciando a consciência que os trabalhadores têm para o risco. É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- **AVALIAÇÃO DE RISCO**

Visa identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela empresa, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos, de forma consistente e por categorias, aos diferentes níveis da organização - operações, reporte e conformidade - **com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.**

- **ATIVIDADES DE CONTROLO**

Correspondem às atividades recorrentes desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos nos processos de negócio da empresa. As atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração, para mitigar os riscos na concretização dos objetivos, são realizadas.

As atividades de controlo são **realizadas a todos os níveis da organização**, em várias etapas dos processos de negócio e no ambiente tecnológico. Podem ser de **natureza preventiva ou detetiva** e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. **Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.**

- **INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO**

Componente **instituída para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes**, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que **permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e do controlo da atividade e dos riscos da empresa.**

A **informação** é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade, proveniente de fontes internas e/ou externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A **comunicação** é um processo contínuo que permite compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para atingir os objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente.

A **comunicação interna** é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Permite assegurar que os trabalhadores recebem uma mensagem clara por parte da gestão sobre a relevância do controlo interno e a forma responsável, como as atividades de controlo devem ser assumidas.

A **comunicação externa** tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

● **MONITORIZAÇÃO DE ATIVIDADES**

A **Monitorização é executada** com vista a **assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo**, garantindo, nomeadamente, **a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias**. São utilizadas avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, variam em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração, e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são igualmente comunicadas ao Conselho de Administração.

A AdP INTERNACIONAL, após conclusão do mapeamento dos processos de negócio incluídos no SCI, que contemplou a elaboração de i) fluxogramas, os quais possibilitam uma rápida compreensão das atividades desenvolvidas, e ii) Matrizes de Riscos e Controlo (MRC), onde se identificam os eventos de risco e os controlos existentes ou a implementar na sua mitigação, procedeu à atualização do respetivo Manual de Controlo Interno com a inclusão dos documentos agora elaborados.

No âmbito da atividade de controlo interno, será dada continuidade à revisão conjunta, com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, promover a melhoria dos conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados. Será ainda definido e formalizado o modelo de governo do SCI a utilizar nas empresas do Grupo AdP, por forma a responsabilizar e consciencializar os diferentes interlocutores do processo e dotá-los de meios que possibilitem um acompanhamento permanente dos controlos e do seu funcionamento, tornando o CI uma ferramenta útil para a gestão da empresa.

Foi dada continuidade à avaliação das métricas de avaliação do SCI, a qual possibilita aferir o cumprimento das mesmas nas várias componentes do CI e obter uma visão global sobre a preocupação da empresa com a temática do CI.

A avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados da eficácia no funcionamento dos controlos chave decorrentes das auditorias realizadas, possibilitará a recolha de informação que permitirá identificar se as componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, proporcionando um nível de segurança razoável quanto à sua eficácia à Administração da AdP INTERNACIONAL.

Tem vindo a ser efetuada a sensibilização ao CI e pretende-se a realização de formação específica sobre a temática, conforme previsto nas métricas do SCI, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, designadamente pelos responsáveis dos processos de negócio

A existência do SCI, conjugada com um Modelo de Gestão de Risco funcional, permitirá ao Conselho de Administração da AdP INTERNACIONAL reforçar o seu enfoque na monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à sua atividade e resultantes da operação diária da empresa.

Com efeito, a existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco e promove o amadurecimento da cultura de risco da organização, permitindo:

- i) estabelecer uma linguagem comum para a definição e conceito dos riscos;
- ii) assegurar o alinhamento entre os objetivos definidos, os riscos e controlos existentes na empresa;
- iii) reduzir o risco de perda de investimentos e ativos; e
- iv) reforçar a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com leis e regulamentação aplicáveis.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

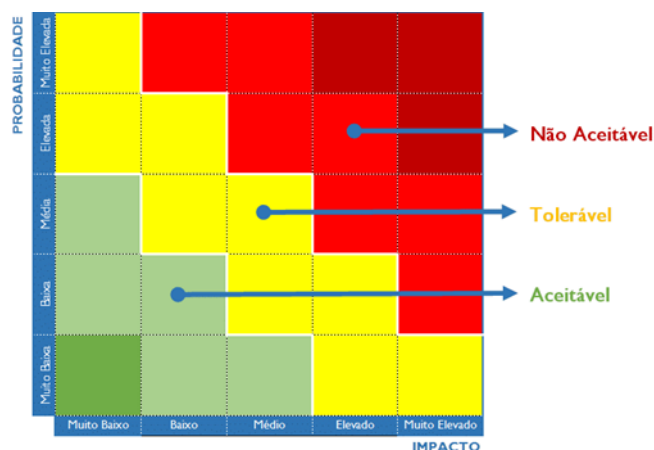
Com vista a assegurar a melhoria contínua, a adaptação às melhores práticas internacionais, uma maior efetividade e continuidade no processo de avaliação e a atualização face à realidade envolvente ao grupo AdP, encontra-se em curso a revisão do Modelo de Gestão do Risco Empresarial vigente. Esta alteração, que já contemplou a atualização da matriz de riscos do Grupo, integra ainda:

- i) a modificação da metodologia de avaliação, que passará a assentar numa análise quantitativa suportada em indicadores, presentemente em fase de identificação e validação quanto à sua aderência; e
- ii) a implementação de um modelo de governo para a gestão do risco, em elaboração no decurso de 2025.

Alinhado com a metodologia COSO, o novo modelo organiza os riscos segundo uma estrutura de classes e categorias, conforme apresentado em baixo:

CLASSES	GOVERNANÇA, RELAÇÃO COM STAKEHOLDERS E CAPITAL HUMANO	SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA	QUALIDADE DE DE SERVIÇO
CATEGORIAS	Relação com Stakeholders	Contexto externo, regulatório e legal	Qualidade
	Modelo de Governo	Ciclo Comercial	Resiliência dos Sistemas
	Capital Humano	Financeiros	Resiliência das Operações
			Eficiência, circularidade e inovação

A avaliação dos riscos é presentemente realizada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspectiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspectiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A área de Gestão do Risco da Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco (AICR) da AdP SGPS tem por missão acompanhar a empresa na identificação dos riscos inerentes ao negócio, na caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto, na avaliação interna do nível de risco a que a empresa está sujeita e no acompanhamento das medidas de mitigação definidas.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, a AICR e respetivas áreas de intervenção têm reforçada a sua independência perante as Administrações das empresas auditadas, estando dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de Gestão do Risco Empresarial, os riscos são tratados e monitorizados pela AdP INTERNACIONAL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. Em alguns riscos, a monitorização e tratamento são complementados por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco (PTR) como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações

corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e os responsáveis por cada uma das referidas ações.

De igual modo, do exercício de avaliação de risco, resulta a identificação de potenciais oportunidades de valor para a empresa, materializadas nos Planos de Implementação de Oportunidades (PIO) que, à semelhança dos PTR, apresentam igualmente ações a desenvolver, prazos de implementação e responsáveis pelas mesmas.

No âmbito do **projeto de revisão do modelo de Gestão de Risco**, atrás indicado, será dada continuidade ao mesmo através do desenvolvimento das seguintes fases/atividades:

- ✓ A aprovação formal da metodologia de avaliação do risco revista no grupo AdP
- ✓ A aprovação formal do modelo de governo associado à Gestão de Risco
- ✓ A aprovação formal do Manual de Gestão do Risco Empresarial
- ✓ A conclusão da identificação dos *Key Risk Indicators* (KRI) a utilizar na avaliação futura dos riscos, bem como a realização dos respetivos testes de cálculo, de modo a tornar a avaliação contínua e mais objetiva
- ✓ A transposição do trabalho realizado na empresa piloto para as restantes empresas do Grupo AdP.
- ✓ A integração do Modelo de Gestão do Risco Empresarial com o Modelo de Controlo Interno

Em 2025 foi realizado novo exercício de avaliação do Risco, conforme previsto no modelo de gestão de risco em vigor, e definidos pela empresa os PTR e os PIO entendidos como críticos para a mitigação das avaliações consideradas em patamar Tolerável ou Não Tolerável.

Apresentam-se abaixo alguns dos principais riscos a que a AdP INTERNACIONAL se encontra exposta, de acordo com a avaliação do risco efetuada em 2025:

Classificação de Risco	
RISCO MUITO ELEVADO	
RISCO ALTO	
RISCO MÉDIO	
Reputação e imagem	Qualidade da informação
Atração e retenção de talento	Segurança da informação
Gestão do conhecimento	Inovação
Contexto externo	Novos negócios
Cambial	
RISCO BAIXO	
Definição de objetivos, funções e responsabilidades	Liquidez
Ética, Conduta e Fraude	Financiamento e Taxa de Juro
Adequação de Recursos Humanos	Supply chain
Saúde e segurança (safety)	
RISCO MUITO BAIXO	
Segurança física (security)	

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

A análise económica e financeira que se apresenta, procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançados pela AdP INTERNACIONAL, no ano de 2025, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Apresenta-se de seguida o quadro de indicadores evolutivos da empresa:

Un: m€

INDICADORES ECONÓMICO FINANCEIROS	2022	2022 Reexpresso	2023	2024	2025	Var 2025 / 2024		Var 2025 / 2023	
						Valor	%	Valor	%
Volume de Negócios	8.138	7.203	5.233	3.812	2.419	(1.394)	-37%	(2.815)	-54%
Cash-Flow Operacional (EBITDA)*	681	(254)	(785)	(715)	(1.244)	(529)	-74%	(458)	-58%
Margem EBITDA	8%	-4%	-15%	-19%	-51%	- 33 pp	-174%	- 36 pp	-243%
Resultado Operacional	441	(494)	(1.545)	(1.019)	(1.423)	(403)	-40%	123	8%
Resultado Financeiro	(82)	(82)	(258)	(190)	(120)	70	37%	138	53%
Resultado Líquido	975	318	(1.293)	(1.088)	(3.232)	(2.144)	-197%	(1.938)	-150%
Investimento	116	116	0	0	0	0	0%	0	0%
Ativo Líquido	8.490	7.442	6.649	5.404	2.794	(2.610)	-48%	(3.855)	-58%
Passivo	7.277	7.277	7.776	6.326	5.860	(466)	-7%	(1.916)	-25%
PMP (dias)	85	85	89	9	22	13	144%	(67)	-75%
PMR (dias)	108	108	122	236	270	34	14%	147	120%
Endividamento	4.315	4.315	4.274	2.746	2.982	236	9%	(1.293)	-30%

* EBITDA = Resultado Operacional + Amortizações+Provisões/Imparidades

A AdP INTERNACIONAL encerrou o seu exercício económico de 2025 com um resultado líquido negativo de 3.232 mil euros.

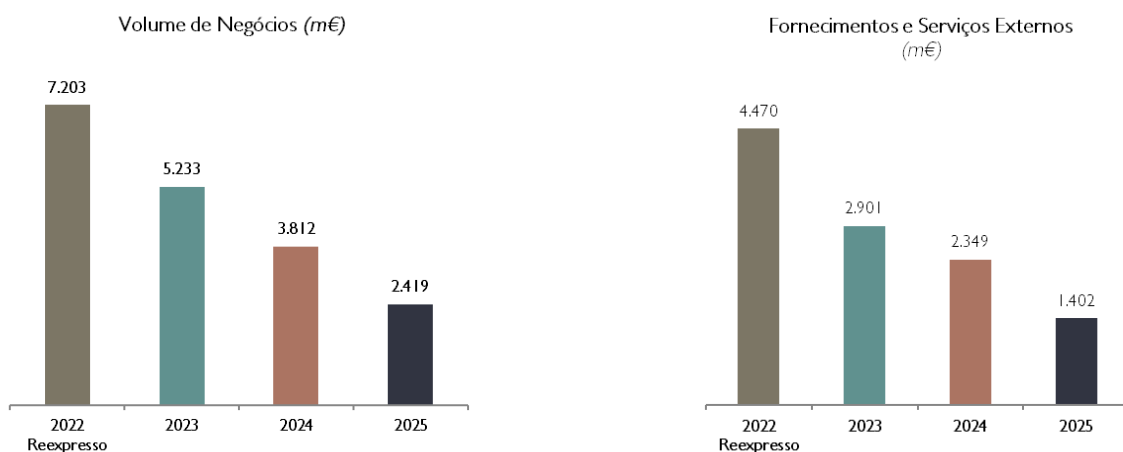
Este resultado está impactado pela anulação dos impostos diferidos ativos, no montante de 1.671 mil euros, conforme indicado na Nota 24.2 do Anexo II - Contas do Exercício.

O cash-flow operacional foi negativo no valor de 1.244 mil euros.

A redução do número de oportunidades colocadas nos mercados internacionais, iniciadas no ano de 2022, a par de uma alteração na tipologia dos contratos, menos assistências técnicas em O&M, contribuíram para um resultado global desfavorável.

No ano de 2025 não se verificou o arranque de projetos com valor expressivo para dar continuidade aos contratos entretanto terminados e que tiveram um contributo significativo, em anos anteriores, para o volume de negócios ao longo da sua execução.

O decréscimo dos Fornecimentos e Serviços Externos face a 2024 (947 mil euros, -40%) foi superior ao decréscimo do Volume de Negócios (1,39 milhões de euros, -37%). A variação dos FSE é diretamente impactada pela atividade da Empresa, nomeadamente pelas taxas de execução dos projetos em curso durante o ano. Por outro lado, a manutenção da mesma estrutura de pessoal impediu uma redução mais significativa dos gastos com FSE.



Neste exercício económico, deu-se continuidade à execução do contrato de Assistência Técnica à empresa de Águas da Huila¹⁹, em Angola, que contribuiu com 1.173 milhões de euros para o volume de negócios.

Os projetos no âmbito dos protocolos estabelecidos com o Fundo Ambiental em Cabo Verde²⁰, contribuíram em conjunto com 50 mil euros.

O projeto de cooperação internacional no setor da água promovido pelo Banco Asiático de Desenvolvimento (ADB) através do programa Water Operators' Partnerships for Resilience (WOP4R)²¹, no Sri Lanka, contribuiu com 6 mil euros.

No âmbito da parceria entre o Grupo Águas de Portugal e o Banco Mundial, em 2025 foi realizada no âmbito do programa WICER – Water in Circular Economy and Resilience, mais uma edição do Knowledge Exchange and Capacity Building Workshop – “Implementing Circular Economy Principles in the Water Sector”, que contribuiu com 33 mil euros.

Ainda no âmbito da cooperação internacional, realizou-se no 4.º trimestre de 2025, uma visita de alto nível de uma delegação governamental do Camboja a Portugal, com o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre o enquadramento regulatório e as reformas estruturais do setor da água e saneamento, iniciativa que contribuiu com 13 mil euros.

O ano de 2025 ficou ainda marcado pela conclusão do contrato de Assistência Técnica em Angola ao projeto do Banco Europeu de Investimento²², que visava a assistência técnica ao MINEA nas áreas de implementação do Projeto no que diz respeito a aquisições, gestão financeira, gestão de contractos, gestão ambiental e social do Projeto, com um contributo para o Volume de Negócios de 929 mil euros.

¹⁹ Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huila - Ref. Contract 78NC1/HUILA/19.

²⁰ Projeto Piloto de Economia Circular no Ciclo Urbano da Água na ETAR de Santa Cruz - Reutilização de Água e Valorização de Recursos para Fins Agrícolas e Projeto Apoio à Implementação do Plano Operacional Intermunicipal de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos de S. Antão.

²¹ Projeto de Cooperação Técnica entre o ADB, a AdP Internacional e a National Water Supply and Drainage Board (NWSDB) do Sri Lanka, no âmbito do programa NatWater Operators' Partnerships for Resilience (WOP4R)

²² Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI – Ref. Contrato 2018/S 107-243015.

Em 2025 os dois projetos²³, assinados em 2024, no âmbito do Protocolo de Cooperação assinado entre o Ministério do Ambiente e da Ação Climática da República Portuguesa e o Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos da República de Moçambique, financiados pelo Fundo Ambiental, de assistência técnica especializada à AURA, foram concluídos e registaram um contributo conjunto de 64 mil euros.

Ainda em 2025 foram terminados mais quatro contratos, o projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento para o Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS)²⁴ na República da Costa do Marfim, com um contributo de 14 mil euros, o projeto de *twinning* na AYSA (Argentina), financiado pelo CAF²⁵ – Confederación Andina de Fomento, que registou um contributo negativo de 34 mil euros, o projeto Cost Recovery Plan,²⁶ em Timor-Leste, com um contributo negativo de 12 mil euros e ainda o projeto Tariff Model Study²⁷ em Moçambique, com um contributo negativo de 22 mil euros.

De salientar ainda o contributo para o Volume de Negócios do contrato de concessão do Lot 1 – Tunis Nord, promovido pela ONAS (Office National de l'Assainissement), com a criação neste ano da Société Agua Services d'Assainissement, num montante de 161 mil euros.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais, no montante de 143 mil euros, foram inferiores aos registados no exercício anterior. Esta evolução resulta do facto de, apesar do acréscimo dos ganhos cambiais, a mais-valia obtida com a alienação de viaturas operacionais afetadas a contratos que terminaram em 2023 ter sido significativamente menor, ascendendo a 7 mil euros, correspondentes à venda de 2 viaturas, face às 9 viaturas alienadas no exercício anterior (50 mil euros).

Os Recursos Humanos da Empresa compõem-se pelos trabalhadores com carácter permanente, Órgãos Sociais mais Estrutura, e pelos trabalhadores afetos temporariamente aos projetos, RH Projeto, com contratos limitados à duração dos respetivos projetos.

Para o desenvolvimento das operações em Angola, a legislação local exige, para a permanência no seu território dos consultores dos projetos em curso, a obtenção do visto de trabalho mediante a celebração de um contrato de trabalho a termo certo com uma empresa com representação em território angolano.

Ainda, para cumprir com a legislação de Angola, nomeadamente a regra da proporção mínima de trabalhadores angolanos face a trabalhadores estrangeiros, a Sucursal de Angola celebra contratos de trabalho, a termo certo, com trabalhadores angolanos até ao término dos respetivos projetos a que estes prestam apoio.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto, prestações de serviço ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

²³ Assistência Técnica Especializada no Âmbito da Regulação das Sociedades Comerciais e projeto de Desenho de Quadros Regulatórios das Sociedades Comerciais e Respetivo Regime Sancionatório.

²⁴ Projeto de Formação e Capacitação em Sistemas de Saneamento para as entidades tuteladas pelo Ministère de l'Assainissement et de la Salubrité (MINASS) e financiado pelo Fundo Ambiental.

²⁵ Projeto de Cooperação Técnica entre o Grupo AdP e a AYSA - Agua y Saneamientos Argentinos S.A. (Argentina).

²⁶ Consultancy services for technical assistance to develop a Cost Recovery Plan for a planned water supply and wastewater treatment system in Dili, Timor-Leste, financed by Millennium Challenge Corporation (MCC)

²⁷ Tariff Model Study (Structure and mechanism of cross subsidies for poor and sustainability of connections fees subsidy) para o Conselho de Regulação da Água (CRA) de Moçambique – RfP n.º CRA/GMWSP/CON-04/16.

Face a 2024 o número total de trabalhadores teve a seguinte variação:

Evolução do Efetivo	2025	2024	Var 2025 / 2024	
			n.º	%
Órgãos Sociais ¹	4	4	0	0%
Pessoal Estrutura	17	15	2	13%
AdPI e AdPA	14	13	1	8%
Expatriado (projeto)	3	2	1	50%
Recursos Humanos ²	21	19	2	11%
Projeto ³	1	11	-10	-91%

¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2025 os OS eram compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

² Não inclui os RH Projeto e os Contratos Suspensos. A 31.12.2025 a Empresatinha 1 contrato suspenso.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

No 3.º trimestre de 2025, um trabalhador do Grupo AdP, afeto ao projeto da Huila, cessou a respetiva cedência, regressando à empresa de origem. Em sentido inverso, no final do exercício, o trabalhador cujo contrato se encontrava suspenso retomou funções, passando a integrar a Estrutura da Empresa.

O número de trabalhadores afetos a projetos (expatriados) registou um aumento de 2 elementos face ao ano anterior, que integraram a sociedade de direito tunisino, *Société Agua Services d'Assainissement*.

Na AdP INTERNACIONAL existiam, em 2025, um trabalhador com o contrato suspenso.

A redução no número de trabalhadores afetos a Projeto (-10) decorre do término do projeto de Assistência Técnica para a Implementação de Projetos (PMC) BEI (-7) e da redução prevista da equipa afeta ao projeto de Serviços de Gestão, Operação e Manutenção dos Sistemas de Abastecimento de Água à Província da Huila (-3).

As diferenças de câmbio desfavoráveis, no montante de 288 mil euros, contribuíram igualmente de forma negativa para o resultado operacional. Este impacto decorre, em particular, dos contratos denominados em dólar norte-americanos, num contexto em que o euro se valorizou face ao dólar ao longo de 2025, refletindo a divergência das políticas monetárias entre os EUA e a área do euro, bem como a evolução do enquadramento económico e da perceção dos investidores relativamente à moeda norte-americana.

Contribuíram igualmente de forma negativa para o resultado operacional as perdas por imparidade, cujo reforço em 31 de dezembro de 2025 incidiu sobre as participações nas subsidiárias AdP Timor-Leste (117 mil euros) e AQUATEC (9 mil euros), bem como sobre saldos de clientes com antiguidade superior a um ano.

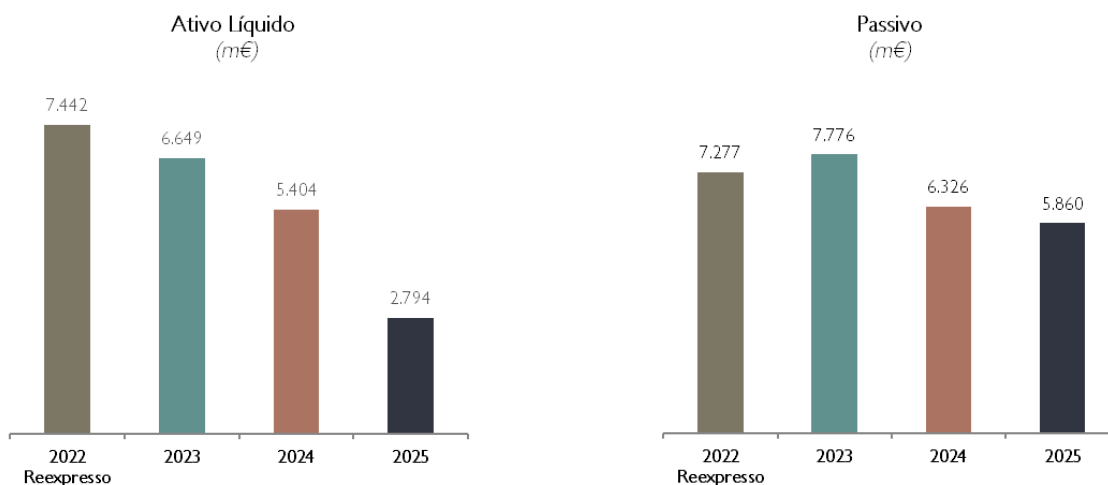
Em 2025 foi, ainda, registada a reversão da provisão constituída em 31 de dezembro de 2024 para fazer face ao disposto no n.º 9, artigo 115.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, relativo aos rendimentos de OT's Angolanas que foram reembolsadas em 2022. As OT's Angolanas foram recebidas como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP INTERNACIONAL em anos anteriores ao Estado Angolano. No âmbito do pedido de dispensa parcial do Princípio de Tesouraria do Estado a provisão foi revertida no montante global de 117 mil euros.

O Resultado Operacional desfavorável contribuiu para o EBITDA negativo de 1.244 mil euros.

Concorre ainda para o resultado de 2025, o resultado financeiro negativo de 120 mil euros, reflexo dos juros suportados (109 mil euros) relativos ao endividamento junto da AdP SGPS, das diferenças de câmbio desfavoráveis (8 mil euros) e das comissões bancárias (10 mil euros).

O resultado encontra-se igualmente influenciado pela atualização do plano de negócios futuro (“*Business Plan 2026-2030*”). Em 2025, a Empresa procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis (1.671 milhões de euros), não obstante a Lei do Orçamento do Estado para 2023 ter alterado o regime de dedutibilidade desses prejuízos, passando a prever a eliminação da limitação temporal à sua utilização.

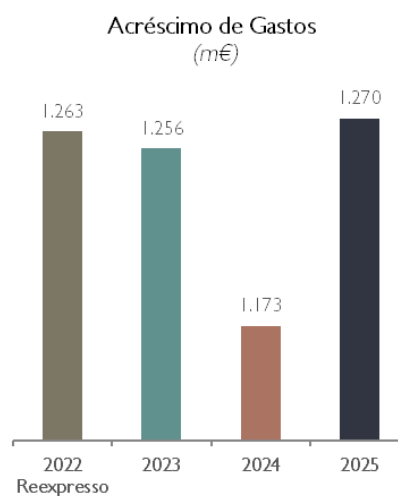
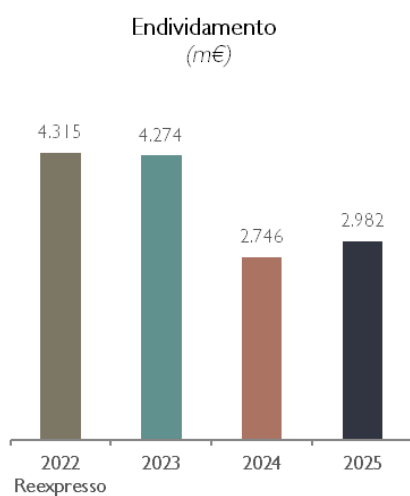
O decréscimo do ativo deve-se por um lado à redução da dívida de clientes pelo decréscimo na atividade operacional e pela anulação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis (1.671 milhões de euros).



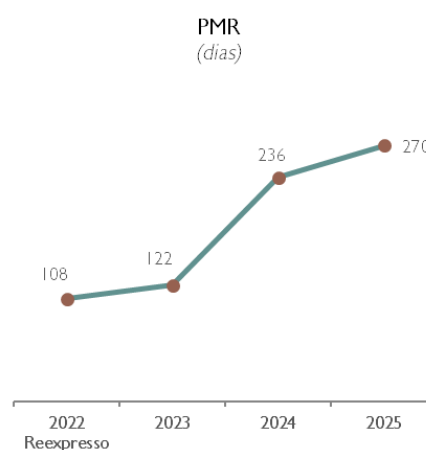
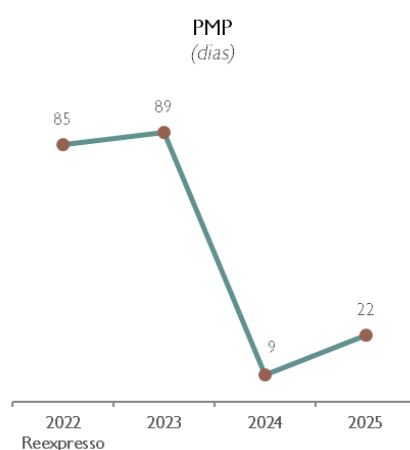
A variação do Passivo decorreu sobretudo do decréscimo das Provisões, resultado da reversão da penalidade aplicada previamente ao projeto do Bengo.

Em 2025 o endividamento da Empresa aumentou face ao ano anterior em 236 mil euros para fazer face por um lado, à redução da atividade operacional e por outro aos atrasos na liquidação de créditos por parte de clientes em Angola. Os passivos contratuais decorrentes de faturação antecipada de serviços registados em 2025 foram inferiores aos do período homólogo em 182 mil euros. De igual modo, a rubrica de outras contas a pagar, designadamente outros credores, apresentou uma redução de 206 mil euros face ao exercício anterior.

Os Acréscimos de Gastos, designadamente o IVA aplicado em Angola às faturas emitidas à AdP INTERNACIONAL pela Sucursal de Angola e o Imposto Industrial incidente sobre as faturas emitidas ao cliente, registaram, face ao ano anterior, decréscimos de 71 mil euros e 57 mil euros, respetivamente. Este efeito foi, contudo, parcialmente compensado pelos acréscimos relativos a férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal (+44 mil euros), pelas perdas cambiais associadas à emissão dessas faturas (+20 mil euros) e pelos serviços prestados por fornecedores ainda não faturados (+143 mil euros).



Em função do relatado, observam-se nos gráficos seguintes a evolução dos prazos médios.



O indicador PMP aumentou 13 dias face a 2024, refletindo a contração da atividade e os atrasos nos recebimentos de clientes. Em linha com esta evolução, o PMR registou igualmente uma subida significativa, acrescendo 34 dias relativamente ao exercício anterior

Mais se refere que o saldo de fornecedores a 31 de dezembro 2025 é de 8.522€ (ver nota 14 do Anexo às Contas). Relativamente ao PMR este está afetado pelo facto da última fatura, emitida no I trimestre de 2025, do projeto do Cunene (311 mil euros) ter ficado retida no processo de contestação à notificação pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais.

A penalidade aplicada ao projeto do Cunene foi revertida pelo cliente e o pagamento da fatura ocorreu no início do ano de 2026.

Por outro lado, as alterações nas condições económicas, nomeadamente em Angola, resultaram numa desaceleração no ciclo de recebimentos, a par de um decréscimo no Volume de Negócios, o que contribuiu para o aumento do PMR em 2025.

DESEMPENHO E EFICIÊNCIA OPERACIONAL

Num ambiente concorrencial e competitivo, de elaboração e apresentação de proposta, de que a AdP INTERNACIONAL depende, propostas eficazes são essenciais para o seu sucesso empresarial.

Como uma proposta não se traduz num simples documento persuasivo, mas envolve um processo meticuloso que combina análise estratégica, compreensão profunda das necessidades do cliente e eficiência operacional, a AdP INTERNACIONAL adota as melhores práticas, para garantir desempenho e eficiência na formulação de propostas:

1. PESQUISA E ANÁLISE ESTRATÉGICA:

- Antes de começar a redigir qualquer proposta, realiza uma pesquisa abrangente sobre o cliente, setor, concorrentes e tendências de mercado.

- Identifica os desafios específicos enfrentados pelo cliente, suas expectativas em relação ao projeto proposto, por forma a adaptar a proposta para atender às necessidades específicas do cliente.

2. PERSONALIZAÇÃO E CUSTOMIZAÇÃO:

- Cada proposta é personalizada para atender às necessidades exclusivas do cliente, evitando a abordagem "*tamanho único serve para todos*".

- Investe na compreensão profunda dos problemas do cliente e apresenta soluções específicas e viáveis, criando uma conexão forte e produtiva.

3. CLAREZA E CONCISÃO:

- Apresenta propostas claras, concisas e diretas ao ponto, evitando jargões desnecessários e linguagem complexa que possa confundir ou alienar o cliente.

- Dá destaque aos benefícios que o cliente receberá ao escolher a sua proposta e como ela atenderá às suas necessidades de forma eficaz.

4. APRESENTAÇÃO VISUAL ATRAENTE:

- Recorre a elementos visuais, como gráficos, tabelas e infográficos, para ajudar a transmitir informações complexas de forma mais clara e impactante.

5. COLABORAÇÃO E REVISÃO:

- Envolve várias partes interessadas internas na formulação da proposta para garantir que todas as perspetivas são consideradas e que a proposta é consistente com a visão e os objetivos da organização.

- Efetua revisões regulares e utiliza o *feedback* construtivo para refinar a proposta e garantir que ela atende aos mais altos padrões de qualidade.

6. FOCO NA EFICIÊNCIA OPERACIONAL:

- Apresenta propostas eficazes e viáveis em termos operacionais, acautelando aspetos como prazos, recursos necessários e orçamento.

- Identifica formas de otimizar processos internos e utilizar recursos de forma eficiente para aumentar a competitividade e adequação da proposta.

7. ACOMPANHAMENTO ATIVO:

- Faz um acompanhamento proativo após o envio da proposta, respondendo a quaisquer dúvidas ou preocupações que possam surgir da parte do cliente.

- Demonstra comprometimento contínuo e disposição para colaborar com o cliente.

Em resumo, a abordagem holística que combina pesquisa estratégica, personalização, clareza, apresentação visual, colaboração interna, eficiência operacional e acompanhamento ativo são as melhores práticas que a AdP INTERNACIONAL adota visando a excelência na **Formulação de Propostas** e o aumento do sucesso num mercado cada vez mais competitivo.

PROCESSO DE ATUALIZAÇÃO DE ORÇAMENTO DE PROJETOS

Responsabilidade do Gestor de Contrato, sempre que existam alterações ao contrato (receitas ou proveitos), ou com uma periodicidade mínima semestral, de proceder conjuntamente com o Controlo de Gestão, e validado pelo Diretor de Projeto (Administrador responsável), à revisão do Orçamento e, posteriormente e em tempo útil, a revisão aprovada pelo Conselho de Administração.

PROCESSO DE GESTÃO DE CONTRATOS

1. Apresentação pelo Gestor do Contrato, com carácter mensal, do ponto de situação da faturação e recebimentos em todos os projetos, e responsabilidade do Gestor de Contrato em garantir um fluxo regular de faturação que não promova um desfasamento temporal entre a execução dos trabalhos contratuais e a sua faturação.
2. Obrigação dos Gestores do Contrato em manterem atualizada mensalmente a imputação de *timesheet* ao projeto.
3. Criação e manutenção por parte do Gestor de Contrato de um registo atualizado de todas as obrigações e seus prazos contratuais, por forma a garantir o não desfasamento dos mesmos, incluindo o registo dos indicadores de performance pelos quais o contrato é avaliado. Este relatório deverá ser submetido ao Conselho de Administração com carácter semestral para apreciação e determinação, quando necessário, de medidas mitigadoras.

No final de 2024 a AdP INTERNACIONAL iniciou o processo tendente à aprovação de uma **Política de Gestão de Riscos na Tomada de Decisão**, que será aprovada e implementada em 2025.

A Gestão de Riscos na Tomada de Decisão é essencial para assegurar a viabilidade e o sucesso de iniciativas realizados pela AdP INTERNACIONAL. Dada a complexidade e dinamismo dos mercados em que atua, bem como a natureza dos contratos e parcerias estabelecidas, a empresa reconhece a necessidade de adotar uma abordagem estruturada para a identificação, avaliação e mitigação de riscos.

Desde a sua criação em 2001, a AdP INTERNACIONAL tem desempenhado um papel estratégico dentro do Grupo Águas de Portugal, divulgando a sua atuação em mercados internacionais e promovendo a disseminação de competências especializadas. A empresa tem se destacado na execução de contratos financiados por entidades multilaterais, como o Banco Mundial e a Comissão Europeia, bem como na implementação de projetos de cooperação internacional.

Considerando este contexto, a adoção de uma **Política formal de Gestão de Riscos na Tomada de Decisão** torna-se fundamental para assegurar que os objetivos estratégicos da AdP INTERNACIONAL sejam alcançados de forma sustentável e alinhada às melhores práticas de governança corporativa.

A Política irá aplicar-se a todas as fases do ciclo de vida dos projetos desenvolvidos ou geridos pela AdP INTERNACIONAL, abrangendo desde a identificação de oportunidades até a implementação e monitorização dos resultados alcançados.

Os principais riscos que irão ser abrangidos pela Política serão:

- Riscos Operacionais
- Riscos Financeiros
- Riscos Geográficos
- Riscos Ambientais
- Riscos Reputacionais

Política de Gestão de Riscos na Tomada de Decisão

Premissas

- A AdP Internacional opera em estrita conformidade com a legislação e regulamentação nacional e do país em que atua.
- O Decreto-Lei nº133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao sector público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas, classifica a AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A., como empresa pública, aplicando-lhe todas as disposições constantes deste diploma, bem como todas as existentes no ordenamento jurídico português aplicáveis a empresas públicas constantes de diversos diplomas legais como, a Lei do Orçamento do Estado, o Decreto-Lei de Execução Orçamental, o Estatuto do Gestor Público, entre outros.
- As premissas desta Política baseiam-se nas melhores práticas de gestão de riscos e na experiência acumulada da organização.

Delimitações

- Esta política não substitui as normas específicas de *compliance*, segurança e sustentabilidade, mas complementa essas diretrizes.
- A sua aplicação é restrita aos riscos diretamente associados à tomada de decisão em projetos estratégicos, não abrangendo os riscos operacionais do dia-a-dia.

Os procedimentos e documentos associados às etapas metodológicas da Política de Gestão de Riscos para a Tomada de Decisão encontram-se mapeados na seguinte estrutura esquemática, permitindo uma visão estruturada de todas as fases abrangidas pelo processo, facilitando uma compreensão abrangente dos fluxos de informação. Este mapeamento permite que todos os envolvidos no processo de gestão de riscos tenham uma perceção clara das etapas e recursos disponíveis para a tomada de decisão de forma eficaz e agregadora.



Etapas Metodológicas

O modelo de Gestão de Riscos para a Tomada de Decisão encontra-se estruturado em cinco etapas metodológicas de forma a assegurar que cada projeto seja analisado de forma sistemática, permitindo uma tomada de decisão informada e fundamentada.

Metodologia



EVENTOS RELEVANTES SUBSEQUENTES

Desde o final de janeiro e no mês de fevereiro de 2026, o território de Portugal continental tem sido sucessivamente afetado por várias depressões meteorológicas – fenómeno comumente designado por “comboio de tempestades” – entre as quais se destacam a Ingrid, o Joseph, a *Kristin*, o Leonardo e a Marta. Estes fenómenos têm provocado episódios de precipitação intensa, ventos fortes e agitação marítima significativa, resultando em cheias, deslizamentos de terras, falhas de energia e de telecomunicações.

Esta sucessão de eventos climáticos extremos provocou danos significativos em praticamente todo o território continental, afetando múltiplos domínios, infraestruturas e equipamentos, com impactos consideráveis na operacionalidade dos sistemas de abastecimento e de saneamento. Em particular, a depressão *Kristin* – já classificada pelo IPMA como a "mais forte de sempre" em Portugal – deixou um rasto de destruição nas infraestruturas, instalações e equipamentos de adução, distribuição de água e drenagem de águas residuais. Os efeitos adversos estenderam-se ainda à interrupção do fornecimento de energia elétrica e de telecomunicações, agravando a complexidade da resposta operacional.

Para assegurar a continuidade do serviço e mitigar os impactos, foram e estão a ser implementadas diversas soluções provisórias com gastos acrescidos que incluem o transporte de água por autotanques, a alimentação elétrica por geradores, reforço no consumo de reagentes para tratamento de águas assim como uma mobilização contínua e extraordinária das equipas, entre outros. Estas medidas visam garantir, dentro do possível, a continuidade da operação dos sistemas de abastecimento de água e dos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais geridas pelo Grupo AdP, apesar das condições excecionais verificadas.

No caso concreto da AdP INTERNACIONAL, e na sequência da estimativa de fecho do exercício de 2025, que aponta para uma situação de capital próprio negativo, a AdP SGPS, enquanto acionista única da AdP INTERNACIONAL, submeteu à tutela financeira uma proposta de realização de operações de natureza societária, em cumprimento do disposto no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

A proposta apresentada previa a realização de um aumento de capital social em 2025 no montante de 7,2 milhões de euros, bem como uma redução de capital em 2026 no montante de 3,8 milhões de euros, destinada à cobertura de prejuízos transitados.

A tutela financeira, através da Entidade do Tesouro e Finanças (ETF), procedeu à análise do referido pedido, tendo, no respetivo relatório, manifestado reservas quanto à solução proposta, enquadrando a situação económico-financeira da empresa e sinalizando a necessidade de ponderação de alternativas de natureza estrutural, designadamente ao nível da reorganização da atividade, incluindo a eventual integração na AdP SGPS. Esta posição foi objeto de concordância pelo Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, conforme despacho n.º 172/2026-SETF.

Na sequência deste enquadramento, encontram-se em curso análises e avaliações sobre as soluções a adotar, não estando, à data de elaboração do presente relatório, concluído o processo de decisão quanto às medidas a implementar.

Neste contexto, e tendo em consideração a situação económico-financeira da empresa e as incertezas associadas à evolução da sua atividade, a continuidade das operações encontra-se dependente da implementação das medidas

que vierem a ser definidas no âmbito deste processo, bem como da capacidade de concretização de novos projetos e da manutenção do apoio da acionista.

PERSPETIVAS FUTURAS

A atividade da AdP INTERNACIONAL continuará a desenvolver-se num contexto internacional exigente, marcado por uma redução do financiamento multilateral e pela conseqüente limitação das oportunidades de negócio, particularmente junto de instituições financeiras internacionais. Este enquadramento tem vindo a condicionar a geração de novos projetos e a dinâmica comercial da empresa, exigindo uma atuação seletiva e prudente na identificação e desenvolvimento de oportunidades.

Não obstante este contexto, a AdP INTERNACIONAL procurará dar continuidade à sua atividade, capitalizando o trabalho desenvolvido ao nível do reforço do pipeline comercial e da presença em diferentes geografias. A empresa manterá o foco na diversificação de mercados, no reforço de parcerias institucionais e na valorização do know-how do Grupo Águas de Portugal, procurando, dentro das limitações existentes, converter oportunidades em projetos concretos.

Paralelamente, continuará a ser dada prioridade à adequação da estrutura de custos e à otimização da organização interna, com vista à melhoria da eficiência operacional e à mitigação dos impactos decorrentes da atual conjuntura de mercado.

Neste enquadramento, e atendendo à evolução da situação económico-financeira da empresa, bem como às orientações da acionista e da tutela, poderão vir a ser consideradas soluções de natureza estrutural, incluindo eventuais medidas de reorganização da atividade. A concretização destas medidas será relevante para o reforço da sustentabilidade futura da empresa e para a manutenção da sua capacidade de prosseguir a atividade em condições adequadas.

Importa igualmente destacar que a AdP INTERNACIONAL dispõe de um ativo intangível relevante, associado à sua reputação e reconhecimento a nível internacional, resultante do trabalho desenvolvido ao longo dos anos na promoção do know-how português no setor da água e saneamento. A empresa tem desempenhado um papel significativo na divulgação e valorização da experiência do Grupo Águas de Portugal, contribuindo para afirmar Portugal como referência técnica neste domínio em diferentes geografias.

Este percurso tem sido possível graças ao empenho, competência e dedicação dos colaboradores do Grupo Águas de Portugal, cujo conhecimento acumulado constitui a base da intervenção da AdP INTERNACIONAL em contextos internacionais. A participação em projetos além-fronteiras tem permitido não só transferir conhecimento, mas também reforçar o reconhecimento externo da qualidade do trabalho desenvolvido pelo Grupo.

Neste contexto, e não obstante os desafios identificados, entende-se que deverão ser ponderadas soluções que permitam assegurar a continuidade da atividade internacional, valorizando os ativos existentes — nomeadamente a marca, a reputação e o capital humano — e potenciando o contributo da AdP INTERNACIONAL para a projeção internacional do setor da água em Portugal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração expressa o seu apreço e reconhecimento a todos os que, direta ou indiretamente, contribuíram para a prossecução dos objetivos da empresa, num ano particularmente exigente, em especial:

- **Ao acionista AdP SGPS**, pelas orientações estratégicas recebidas e pelo acompanhamento próximo da atividade da empresa, num contexto internacional desafiante;
- **À Comissão Executiva da AdP SGPS**, pelo apoio no enquadramento estratégico da atividade internacional e na avaliação das opções de desenvolvimento e reorganização da empresa;
- **Aos Conselhos de Administração e colaboradores das empresas do Grupo Águas de Portugal**, pela disponibilidade e colaboração na partilha de conhecimento e experiência, fundamentais para a concretização dos projetos internacionais e para a afirmação do know-how português no setor da água;
- **Aos colaboradores da AdP INTERNACIONAL**, pela competência, dedicação e resiliência demonstradas ao longo do exercício, num contexto de elevada exigência e incerteza, assegurando a continuidade da atividade e o desenvolvimento de novas oportunidades;
- **Às entidades financiadoras e parceiros institucionais internacionais**, nomeadamente o Banco Mundial, o Banco Asiático de Desenvolvimento, a CAF, a UN-Habitat e outras organizações, pela confiança depositada e pela colaboração nos projetos desenvolvidos;
- **Às entidades governamentais, utilities e parceiros locais nos países de intervenção**, pela cooperação institucional e técnica que permitiu a implementação das iniciativas em diferentes geografias;
- **Ao Fiscal Único**, pelo acompanhamento rigoroso da atividade da Empresa;
- **À Mesa da Assembleia-Geral**, pela colaboração prestada; e
- **Aos fornecedores e parceiros de negócio**, pela competência, disponibilidade e contributo para a execução das atividades da empresa.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A AdP INTERNACIONAL encerrou o exercício económico de 2025 com um resultado líquido negativo de 3.232.000 euros, o qual se encontra impactado, em particular, pela anulação de impostos diferidos ativos no montante de 1.671.000 euros.

Atendendo à situação económico-financeira da empresa, nomeadamente à existência de capitais próprios negativos, encontra-se verificada a situação prevista no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, impondo a adoção de medidas adequadas por forma a assegurar o cumprimento das regras relativas à manutenção do capital.

Neste contexto, importa ainda referir que, durante o exercício de 2025, após ter tomado conhecimento de que a empresa se encontrava numa situação abrangida pelo artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração deu conhecimento desse facto à acionista única, a qual desencadeou um processo de aumento de capital com vista à restituição dos capitais próprios da sociedade.

Neste enquadramento, e tendo igualmente em consideração as orientações da acionista e da tutela financeira, bem como o facto de não ter sido aprovada a proposta de aumento de capital anteriormente submetida, o Conselho de Administração entende que a aplicação do resultado líquido do exercício deverá ser enquadrada nas soluções previstas no referido artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais.

Assim, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido negativo de 3.232.000 euros tenha uma das aplicações previstas no artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, por forma a dar cumprimento às disposições legais aplicáveis em matéria de capitais próprios, ou, à semelhança do que foi aprovado pela acionista em exercícios anteriores, que seja considerada a possibilidade de quinhão pelo acionista único, em montante equivalente, salvaguardando-se, em qualquer caso, as decisões que venham a ser tomadas pela acionista no âmbito das medidas a adotar.

A presente proposta é formulada sem prejuízo das decisões a tomar pela acionista, no quadro das competências que lhe estão legalmente atribuídas e das orientações emitidas pela tutela, designadamente no que respeita à definição das medidas adequadas à regularização da situação de capital da empresa.

Lisboa, 21 de abril de 2026

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente)

António Manuel Vinagreiro Ventura
(Vice-Presidente)

Andrew Donnelly
(Vogal)

ANEXO I - CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA E DISPOSIÇÕES LEGAIS

Para efeitos da demonstração do Cumprimento das Orientações e Disposições Legais, foi seguida a estrutura constante do ofício (Ofício-Circular n.º SAI/2026/904, de 26/01/2026), relativo a “Orientações sobre o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2025”.

1. EXECUÇÃO DO PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

a) Execução do Plano de Atividades e Orçamento para 2025

O Plano de Atividades e Orçamento (‘PAO’) de 2025, foi submetido em 20 de novembro de 2024 no SISEE, e a AdP INTERNACIONAL informada do despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças de 6 de fevereiro de 2025, nos termos do qual “(...) aprova-se a proposta de PAO 2025-2027 da AdP - Águas de Portugal Internacional, Serviços Ambientais, S.A. conforme proposto no ponto 6 infra, sem prejuízo do cumprimento dos demais requisitos legais por parte da empresa e limitando a 1 trabalhador e a um número total de trabalhadores de até 16 (sem órgãos sociais).”

De seguida apresentam-se os principais indicadores do exercício de 2025:

Indicadores	PAO 2025	Executado 2025	Desvio (+/-)	Observações/medidas
Resultado Líquido	-637.144,45 €	-3.231.806,17 €	-2.594.661,72 €	ver alínea i)
EBITDA	-431.990,40 €	-1.243.690,11 €	-811.699,71 €	ver alínea ii)
Resultado Operacional ¹⁾ (EBIT)	-484.945,89 €	-1.296.886,00 €	-811.940,11 €	ver alínea iii)
Volume de Negócios ²⁾	4.241.034,44 €	2.418.501,99 €	-1.822.532,45 €	ver alínea iv)
Gastos Operacionais ³⁾	4.523.745,42 €	3.383.714,98 €	-1.140.030,44 €	ver alínea v)
Gastos Operacionais/Volume de N.	106,67%	139,91%	33,24 p.p.	ver alínea vi)
Endividamento ⁴⁾	3.022.077,00 €	2.981.660,00 €	-40.417,00 €	ver alínea vii)
Dívida Financeira Líquida ⁵⁾ /EBITDA	-615,27%	-202,57%	-412,70 p.p.	ver alínea viii)
Disponibilidades ⁶⁾	364.177,00 €	462.340,00 €	98.163,00 €	ver alínea ix)

Unid: euro

1) Resultado operacional líquido de provisões, imparidades e correções de justo valor.

2) Detalhar e quantificar nas observações sempre que outras parcelas, para além de vendas e serviços prestados, são consideradas no cálculo do Volume de Negócios.

3) CMVMC, FSE e Gastos com Pessoal

4) Passivo remunerado

5) Por dívida financeira líquida entende-se o valor do endividamento deduzido das disponibilidades.

6) Caixa conforme Balanço

- i) No exercício de 2025, não se verificou o arranque dos projetos de montante relevante, nomeadamente no mercado africano, em virtude dos atrasos registados no lançamento dos concursos inicialmente previstos para 2024 e 2025. Contribuíram igualmente de forma negativa para o resultado líquido as perdas por imparidade, cujo reforço em 31 de dezembro de 2025 incidiu sobre as participações nas subsidiárias AdP Timor-Leste (117 mil euros) e AQUATEC (9 mil euros), bem como sobre saldos de clientes com antiguidade superior a um ano (130 mil euros). Adicionalmente, a Empresa procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos associados a prejuízos fiscais reportáveis, o que impactou negativamente o resultado líquido em 1.671 milhões de euros;
- ii) O decréscimo da atividade face ao previsto, conjugado com o agravamento da rubrica de Outros Gastos e Perdas Operacionais – em particular as diferenças de câmbio desfavoráveis associadas aos contratos em curso denominados em dólares norte-americanos –, contribuiu para a deterioração deste indicador. Para

- mitigar o impacto das flutuações cambiais, designadamente do dólar norte-americano, a Empresa irá concentrar esforços na celebração de contratos futuros remunerados em euros (EUR);
- iii) Os atrasos no arranque dos projetos previstos de montante relevante, com a alteração da tipologia contratual (menos assistências técnicas), as diferenças de câmbio desfavoráveis superiores às previstas, nomeadamente nos contratos em curso denominados em dólares norte-americanos, resultaram numa deterioração do EBIT;
 - iv) A redução do Volume de Negócios decorre dos atrasos no arranque de projetos, designadamente no continente africano, compostos por assistências técnicas de montante relevante e com financiamento de entidades multilaterais – classificados de risco reduzido –, cujos concursos não foram lançados por razões maioritariamente conjunturais. Por outro lado, os projetos em curso no continente asiático, nomeadamente em Timor-Leste, sofreram um revés com a nova Administração norte-americana, que determinou o encerramento dos respetivos financiamentos e, conseqüentemente, o termo dos projetos;
 - v) Aos gastos operacionais inferiores ao previsto (-25%) resultam do decréscimo da atividade, nomeadamente nos Fornecimentos e Serviços Externos (-48%). A previsão dos FSE's associados aos projetos está associada à previsão de negócio. Se os mesmos não se verificarem os gastos com FSE's também não se verificarão. A diferença que consta do quadro entre a execução de 2025 e o PAO de 2025 decorre, exatamente, da não execução de cinco projetos previstos em orçamento;
 - vi) A redução dos FSE face ao previsto (-48%) foi superior à redução registada no Volume de Negócios (-43%), no entanto a manutenção da mesma estrutura de pessoal, dimensionada para a execução dos projetos que foram orçamentados, contribuiu para a degradação do indicador GO/VN;
 - vii) O endividamento manteve-se em linha com o previsto, registando uma redução marginal;
 - viii) Apesar do Endividamento Líquido melhorar ligeiramente face ao previsto, o indicador reflete uma deterioração marcada da capacidade operacional, conforme indicado nos pontos anteriores; e
 - ix) As disponibilidades mantiveram-se em linha com o previsto, registando um aumento marginal.

b) Objetivos de gestão

Para os Objetivos de Gestão remete-se para o Ponto 10 a).

c) Perímetro de consolidação

A AdP INTERNACIONAL não integra o perímetro de consolidação da Administração Pública, pelo que não inclui qualquer quadro que evidencie o grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE.

d) Autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025-2027

No que concerne às autorizações concedidas em sede de apreciação e aprovação do PAO 2025-2027 apresenta-se de seguida o quadro resumo:

Autorização Concedida	Despacho Autorizador	Indicar o limite/montante autorizado para 2025
Aumento do montante da rubrica Gastos c/ Pessoal e celebração de dois contratos de Cedência Ocasional.	Despacho n.º 292/2025-SETF	292 mil euros

2. EFICIÊNCIA OPERACIONAL E GASTOS OPERACIONAIS, PREVISTO NO ARTIGO 52.º DA LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025 (LOE 2025) E NO ARTIGO 140.º DO DECRETO-LEI DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL (DLEO 2025)

No quadro seguinte, resumem-se as medidas e os resultados constantes do plano de redução de gastos operacionais, em conformidade com o disposto no artigo 140º do Decreto-Lei n.º 13-A/2025, de 10 de março, e com o modelo disponibilizado pela ETF.

EFICIÊNCIA OPERACIONAL - artigo 140.º do DLEO 2025	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025 (Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
Gastos operacionais (GO)							
(1) CMVMC	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
(2) FSE	1.401.686,72 €	2.675.774,47 €	2.348.502,00 €	-946.815,28	-40,3%	-1.274.087,75	-47,6%
(3) Gastos com o pessoal	1.982.028,26 €	1.847.970,96 €	2.071.828,62 €	-89.800,36	-4,3%	134.057,30	7,3%
(4) Impactos nos gastos decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	48.346,59 €	29.932,14 €	28.134,94 €	20.211,65	71,8%	18.414,45	61,5%
Acordo Rendimentos (Plurianual 2023/2026)	28.594,07 €	29.932,14 €	28.134,94 €	459,13	1,6%	-1.338,06	-4,5%
Impacto da não retenção de 5% remunerações dos OS	19.752,52 €			19.752,52		19.752,52	
.....				0,00	-	0,00	-
(5) Gastos operacionais ajustados (1)+(2)+(3)-(4)	3.335.368,39 €	4.493.813,29 €	4.392.195,68 €	-1.056.827,29	-24,1%	-1.158.444,89	-25,8%
(6) Volume de negócios	2.418.501,99 €	4.241.034,44 €	3.812.214,19 €	-1.393.712,20	-36,6%	-1.822.532,45	-43,0%
Vendas				0,00	-	0,00	-
Prestações de Serviços	2.418.501,99 €	4.241.034,44 €	3.812.214,19 €	-1.393.712,20	-36,6%	-1.822.532,45	-43,0%
Outros Rendimentos que concorrem para o VN (discriminar e fundamentar, se aplicável)				0,00	-	0,00	-
Indemnizações Compensatórias (se aplicável)				0,00	-	0,00	-
(7) Impactos no VN decorrentes de disposições legais (discriminar e fundamentar, se aplicável):	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00	-	0,00	-
Impacto x				0,00	-	0,00	-
Impacto y				0,00	-	0,00	-
.....				0,00	-	0,00	-
(8) Volume de negócios ajustado (6)+(7)	2.418.501,99 €	4.241.034,44 €	3.812.214,19 €	-1.393.712,20	-36,6%	-1.822.532,45	-43,0%
(9) Peso dos Gastos/VN = (5)/(8)	137,9%	106,0%	115,2%	22,70	19,7%	31,95	30,2%

Informação adicional	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025 (Exec.)/2024 (Exec.)		2025 (Exec.)/2025 (Orç.)	
				Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(1) Gastos com o pessoal	1.982.028,26 €	1.847.970,96 €	2.071.828,62 €				
i. (-) Gastos relativos aos órgãos sociais	409.287,98 €	384.621,18 €	411.024,32 €	-1.736,34	-0,4%	24.666,80	6,4%
ii. (-) Efeito do cumprimento de disposições legais (discriminar, se aplicável)				0,00	-	0,00	-
iii. (-) Acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico ^{a)}				0,00	-	0,00	-
iv. (-) Valorizações remuneratórias decorrentes da aplicação de Regulamentos/IRCT	28.546,48 €	39.516,49 €	28.134,94 €	411,54	1,5%	-10.970,01	-27,8%
v. (+) Efeito do Absentismo	-756,00 €	0,00 €	-25.438,67 €	24.682,67	97,0%	-756,00	-
vi. (-) Efeito das indemnizações pagas por rescisão (exceto por mútuo acordo) ^{a)}				0,00	-	0,00	-
(2) Gastos com pessoal sem os impactos i. a vi	1.543.437,80 €	1.423.833,29 €	1.658.108,03 €	-114.670,23	-7%	119.604,52	8,4%
(3) Gastos com deslocações e alojamento	190.869,53 €	240.021,13 €	293.465,78 €	-102.596,25	-35,0%	-49.151,60	-20,5%
(4) Gastos com ajudas de custo	12.562,61 €	14.470,50 €	19.874,37 €	-7.311,76	-36,8%	-1.907,89	-13,2%
(5) Gastos associados à frota automóvel ^{b)}	86.288,69 €	100.498,29 €	198.928,30 €	-112.639,61	-56,6%	-14.209,60	-14,1%
(6) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	39.449,20 €	58.668,03 €	36.155,74 €	3.293,46	9,1%	-19.218,83	-32,8%
(7) Total dos gastos (3) a (6)	329.170,03 €	413.657,95 €	548.424,19 €	-219.254,16	-40,0%	-84.487,92	-20,4%
(8) N.º de Viaturas (operacional)	19	20	24	-5,00	-20,8%	-1,00	-5,0%
Estrutura	11	11	11	0,00	0,0%	0,00	0,0%
Projetos	8	9	13	-5,00	-38,5%	-1,00	-11,1%
(9) N.º de viaturas (não operacional)	0	0	0	0,00	-	0,00	-

a) Devem ser excluídos os gastos relativos aos órgãos sociais, corrigidos dos impactos do cumprimento de disposições legais, de orientações expressas do acionista Estado, em matéria de concretização do acordo tripartido 2025-2028 sobre a valorização salarial e o crescimento económico, celebrado a 1 de outubro de 2024.

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis/ou eletricidade, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

A AdP INTERNACIONAL apresentou, em 2025, um EBITDA negativo de 1,244 milhões de euros, agravando o valor registado em 2024. Esta deterioração resulta da redução do número de oportunidades nos mercados internacionais, dos atrasos no lançamento de concursos internacionais por parte dos financiadores e da alteração da tipologia dos contratos, com menor peso das assistências técnicas em O&M, o que conduziu a um desempenho global desfavorável, traduzido numa diminuição significativa do volume de negócios do sector e, em particular, da AdP INTERNACIONAL.

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos foram inferiores aos registados no período homólogo, registando uma redução superior à contração do Volume de Negócios da Empresa (-40%). Igualmente, a redução face ao previsto no PAO superou a variação negativa do Volume de Negócios orçamentado (-48%).

Os gastos com Pessoal foram inferiores aos registados no período homólogo (-4%), refletindo a redução do número de trabalhadores decorrente do final dos projetos de atividade da Empresa. Da aplicação dos ajustamentos decorrentes do cumprimento das disposições legais, resulta um decréscimo superior face ao período homólogo (-7%).

O acréscimo face ao previsto no PAO dos gastos com pessoal (+7%) resulta fundamentalmente da admissão de dois trabalhadores, aumento do *headcount* e da respetiva despesa autorizado pelo Despacho n.º 292/2025-SETF, que integraram a estrutura da empresa de direito tunisino Societé Agua Services d'Assainissement. Adicionalmente, registou-se o custo não orçamentado decorrente da eliminação da retenção de 5% nas remunerações dos Órgãos Sociais.

Em 2025, na sequência da conclusão dos projetos do Bengo e do Cunene, em Angola, e do projeto EAGB, na Guiné-Bissau, foram alienadas e abatidas à frota duas viaturas. Este desinvestimento, associado ao decréscimo da atividade, contribuiu para a redução dos custos com a frota automóvel em 57%.

Os gastos com estudos, pareceres e consultoria foram superiores aos valores registados no período homólogo, resultado da aquisição de uma licença de inteligência artificial (IA) e da contratação de assessoria jurídica para regularização da situação jurídica da empresa participada em Moçambique.

De destacar a redução de gastos com deslocações e alojamentos e das ajudas de custo decorrente essencialmente da redução da atividade da Empresa.

3. RECURSOS HUMANOS E MASSA SALARIAL (ARTIGOS 138.º E 139.º DO DLEO 2025 | DESPACHO N.º 1103-B/2025, DE 22 DE JANEIRO DE 2025, DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TESOUREIRO E DAS FINANÇAS).

	2025 Exec.	2025 Orç.	2024 Exec.	2025/2024	
				Δ Absol.	Var. %
N.º de membros dos órgãos sociais (OS) ¹	4	4	4	0	0,00%
N.º de membros cargos de direção (CD)	1	1	1	0	0,00%
N.º dos restantes trabalhadores (sem OS e sem CD)	16	16	14	2	14,29%
<i>Estrutura</i>	13	13	13	0	
<i>Projeto</i> ²	3	3	1	2	
TOTAL Headcount	21	21	19	2	10,53%
<i>Projetos</i> ³	1	11	11	-10	-90,91%
N.º Trabalhadores/N.º CD	4,25	4,25	3,75	0,5	13,33%
Gastos com Pessoal/Total (OS+CD+T)	1.982.028,26 €	1.847.970,96 €	2.071.828,62 €	-89.800,36 €	-4,33%
Massa Salarial Global	1.982.028,26 €	1.847.970,96 €	2.071.828,62 €	-89.800,36 €	-4,33%
Massa Salarial sem os efeitos de volume (caso se tenha verificado um aumento ou diminuição líquida do n.º de trabalhadores) ³⁾	1.488.011,33 €	1.847.970,96 €	1.445.930,85 €	42.080,48 €	2,91%
Massa Salarial Comparável Empresa ^{b)}	1.503.217,17 €	1.847.970,96 €	1.853.083,65 €	-349.866,48 €	-18,88%

a) Aferição do Despacho n.º 1103-B/2025, do Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças

b) Para efeitos da comparabilidade entre exercícios, foram apenas considerados os trabalhadores que estão processados nos 12 meses de 2024 e de 2025.

¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2025 os OS são compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.

² Trabalhadores da AdP Internacional ou cedidos de Empresas do Grupo AdP.

³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

Os projetos da AdP INTERNACIONAL tem uma natureza transitória, que consistem na gestão de contratos, gestão comercial e inovação de curta duração (com termo fixado nos respetivos contratos).

Os/as trabalhadores/as afetos/as a estes contratos/projetos são “transitórios” na medida em que o vínculo contratual cessa com o término do contrato ou projeto. Acresce que o número de recursos afetos a cada projeto varia ao longo da vida do projeto.

Em 2025 o total dos Gastos com Pessoal incluem os custos com os trabalhadores da Estrutura da AdP INTERNACIONAL (Sede da AdP INTERNACIONAL e a Sucursal AdP Angola), e os Expatriados da Sede que estão afetos ou estiveram afetos a projetos durante o ano (3) e os custos com os consultores/peritos afetos aos Projetos (1), nomeadamente nos 2 contratos que em 2025 tiveram atividade em Angola.

Os gastos com Pessoal foram inferiores aos registados no período homólogo, refletindo a redução do número de trabalhadores decorrente do final dos projetos de atividade da Empresa.

A massa salarial comparável da Empresa inclui os trabalhadores cujo processamento salarial é realizado na Sucursal de Angola, na moeda local kwanza e na moeda dólar norte-americano, nomeadamente os vencimentos dos Peritos afetos a Projeto, logo sujeitas às flutuações cambiais.

Em 2025, o dólar norte-americano e o kwanza desvalorizaram-se em relação ao euro, atuando como fator mitigante face à contração de receitas.

Em conformidade com o exposto nas Instruções para a elaboração do Relatório e Contas de 2025, apresenta-se o quadro seguinte que expõe o “Movimento de Pessoal em 2025”:

Grupo Profissional	Situação a 31/12/2024	Movimentos de Pessoal em 2025					Situação a 31/12/2025
		Saídas (reformas/outros)	Trabalhadores ausentes por mobilidade/cedência/licença	Contratações para substituição de saídas	Novas contratações*	Entradas ao abrigo do ... (normativo legal, despacho, etc.)**	
	(1)	(2)		(3)	(4)	(5)	(6) = (1)-(2)+(3)+(4)+(5)
Órgãos Sociais (OS) ¹	4						4
Cargos de direção (s/ OS)	1						1
Trabalhadores	14						16
Assessores	3						3
Técnicos Superiores	4				1		5
Técnicos	2						2
Técnicos Operativos	3						3
Projeto ²	2	1				2	3
...							
Total (OS+CD+Trabalhadores)	19	1	0	0	1	2	21
Projetos ³	11	10					1
Trabalhadores com contrato suspenso	2	1					1
Impacto nos gastos com pessoal	-	32.467,11 €	-	0,00 €	10.958,18 €	132.634,06 €	111.125,13 €

* Indicar o Despacho autorizador.
** Especificar
¹ Inclui os Órgãos Sociais que contribuem para a massa salarial. A 31.12.2025 os OS são compostos por 3 Administradores Executivos e o Fiscal Único.
² Trabalhadores da AdP Internacional ou cedidos de Empresas do Grupo AdP.
³ RH temporário, tratando-se de contratos a termo certo, com duração do projeto, para cumprimento da legislação local.

Face à natureza transitória dos Projetos, o número total dos RH da Empresa não inclui os trabalhadores com contrato a termo certo, termo incerto ou estágios, afetos a esses projetos, sem prejuízo dos encargos com os mesmos serem incluídos na totalidade das demonstrações financeiras, tal como as restantes componentes de custo dos projetos.

O número de Recursos Humanos da AdP INTERNACIONAL, composto pelos Órgãos Sociais e trabalhadores da Estrutura, foi igual ao previsto no PAO de 2025 e superior em 2 trabalhadores face ao período homólogo.

O aumento de *headcount*, e da respetiva despesa, face ao previsto em PAO, foi autorizado pelo Despacho n.º 292/2025-SETF.

4. PLANO DE INVESTIMENTOS

Plano de Investimento	PAO 2025	Total	Fontes de financiamento						Desvio (PAO vs Executado)	Observações/ Medidas
		Executado 2025	Autofinanciamento (Receitas próprias)	Orçamento do Estado	Endivid.	Fundos comunitários	PRR	Outras		
Não aplicável		0,00 €							0,00 €	
		0,00 €							0,00 €	
		0,00 €							0,00 €	
Valor total do investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	

A AdP INTERNACIONAL não apresenta nenhum projeto no seu plano de Investimentos, seja de expansão, novo ou de substituição.

5. CONTRATUALIZAÇÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Compensação pelas obrigações de Serviço Público	2025		2024		2023	
	Montante	Observações	Montante	Observações	Montante	Observações
Indemnizações compensatórias / COSP						
Aumentos de capital*						
Empréstimos diretos do Estado*						
TOTAL	0,00 €		0,00 €		0,00 €	

Nota:

* Considerar apenas os aumentos de capital cuja utilização tenha sido para fazer face a défice operacional

6. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO

Fatores de Risco

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco financeiro que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas.

A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

Risco de mercado

Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro do Grupo AdP advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem o Grupo AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem o Grupo ao risco do justo valor

associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros do Grupo AdP.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro¹

	31.12.2025	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(108 539)	(28 450)	28 450

Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2025 e 2024 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais do Grupo Águas de Portugal em energia e combustíveis, representam aproximadamente 30% a 35% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP SGPS negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria do Grupo AdP pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. O Grupo efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades do Grupo AdP por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2025	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	2 986 365	-	-

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do <i>planfond</i> disponível	Valor do <i>plafond</i> usado	Valor do <i>plafond</i> não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	(2 100)	1 900
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	(870)	2 130
	7 000	(2 970)	4 030

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP INTERNACIONAL) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da AdP INTERNACIONAL assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Suprimentos obtidos (Grupo)	13	2 100 000	2 610 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	13	870 000	110 000
Disponibilidades	10	(462 340)	(392 219)
Endividamento líquido		2 507 660	2 327 781
Total do capital próprio		(3 066 316)	(922 192)
Capital		(3 066 316)	(922 192)
Dívida / total do capital		(0,82)	(2,52)

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP INTERNACIONAL. A AdP INTERNACIONAL está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP INTERNACIONAL (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

i. Grandes Clientes Industriais e Outras Entidades

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes institucionais dos países onde opera a AdP INTERNACIONAL (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

31.12.2024

Segmento de negócio Tipologia de clientes Risco	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL (Nota 8)
	Outras entidades	Empresas do Grupo	
	Médio	Baixo	
Exposição bruta	1 842 951	1 838 319	3 681 270
Imparidade	-	(1 004 339)	(1 004 339)
Exposição líquida	1 842 951	833 980	2 676 931

31.12.2025

Segmento de negócio Tipologia de clientes Risco	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL (Nota 8)
	Outras entidades	Empresas do Grupo	
	Médio	Baixo	
Exposição bruta	796 493	2 066 032	2 862 525
Imparidade	(129 823)	(1 130 395)	(1 260 218)
Exposição líquida	666 670	935 637	1 602 307

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP INTERNACIONAL ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à ordem	10	461 369	390 279

Rating	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
A	(a)	221 360	155 358
A-		-	2 112
BBB+		2 252	2 375
não disponível	(b)	237 757	230 434
		461 369	390 279

Nota: notação de rating da [Fitch](#), obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2026.

- Em 31 de dezembro de de 2025 e 2024 inclui depósitos à ordem junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 170.249 Euros e 96.131 Euros, respetivamente.
- Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

Risco de exploração

Risco de catástrofe

As empresas do Grupo Águas de Portugal estão expostas a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos as empresas do Grupo têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

Risco regulatório

A través do Decreto-Lei n.º 77/2024, de 23 de outubro foi restituída à ERSAR a competência da aprovação das tarifas, mantendo-se a sua autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

O quadro seguinte ilustra a evolução da taxa média de financiamento da AdP INTERNACIONAL, incluindo juros efetivamente suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos associados, nos últimos cinco anos

Unid: euro

Ano	2025	2024	2023	2022	2021
Encargos Financeiros (€)	108.538,50 €	183.376,00 €	253.053,03 €	91.506,45 €	67.750,31 €
Taxa Média de Financiamento (%)	3,64%	6,68%	5,92%	2,12%	1,69%

7. LIMITE DE CRESCIMENTO DO ENDIVIDAMENTO NOS TERMOS DEFINIDOS NO N.º 1 DO ARTIGO 53.º DA LOE 2025 – LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025 E NO ARTIGO 141.º DO DLEO 2025 – DECRETO DE LEI DO ORÇAMENTO DO ESTADO PARA 2025

Unid: euro

Ano	2025	2024
Capital estatutário ou social realizado e outros instrumentos de capital próprio	175.000,00 €	175.000,00 €
Financiamento remunerado	2.981.659,87 €	2.745.799,12 €
Novos investimentos com expressão material em 2025	0,00 €	
Varição do Endividamento	8,08%	

$$\frac{(FR_t - FR_{t-1}) + (Capital_t - Capital_{t-1}) - NovosInvestimentos_t}{FR_{t-1} + Capital_{t-1}}$$

Em que:

FR- Financiamento remunerado.

Capital - Capital social e outros instrumentos de capital próprio.

Novos investimentos - os investimentos com expressão material, na parte não participada por fundos europeus a fundo perdido, que não figuram no plano de investimentos do ano anterior e cuja despesa prevista para qualquer

ano seja igual ou superior ao menor dos valores entre € 10 000 000 ou o resultante da aplicação de 10 % do orçamento anual da empresa.

8. PRINCÍPIO DA UNIDADE DE TESOURARIA DO ESTADO (ARTIGO 28.º DO RJSPE, ARTIGO 13.º DA LOE 2025 E ARTIGO 97.º DO DLEO 2024).

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo AdP abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

No financiamento da carteira de projetos, para além das linhas do BEI e de apoios comunitários, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda duas emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 20 anos e, em 2016 a 12 anos, num total de 225 milhões de euros (capital em dívida no montante de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2025).

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade dos bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

O Grupo AdP, para o biénio 2024-2025, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através do Despacho SGC nº 155, de 4 de dezembro de 2024, do IGCP, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas (incluindo empréstimos, operações de leasing e factoring);
- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas através de descobertos bancários, sempre que as transferências internas entre empresas do Grupo Ad através das contas bancárias no IGCP não permitam mitigar as necessidades de umas empresas com os excedentes das outras empresas;
- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;
- Valores recebidos de clientes através da vertente credora dos débitos diretos, através de referências MB e pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser semanalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;
- Contas bancárias em jurisdições fora de Portugal tituladas por sucursais e subsidiárias não residentes em Portugal, que não iniciem por “PT50” e providenciar sempre que da sua atividade subsistam excedentes e tal seja concretizável, pela sua transferência para contas no IGCP;
- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição;
- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa do IGCP não possa satisfazer as necessidades da AdP;
- Custódia de títulos que não sejam de dívida pública;
- Recebimentos em 2024 de verbas no âmbito de processos de injunção contra clientes e no âmbito de subsídios.

No quadro seguinte apresentam-se os saldos trimestrais da AdP INTERNACIONAL:

	Unid: euro			
Banca Comercial*	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
BCP	2.252,00 €	2.252,00 €	2.252,00 €	2.252,00 €
BPI	107.038,85 €	89.339,01 €	46.176,18 €	49.305,38 €
BNU/CGD	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
BBV	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Fomento Angola	841,62 €	841,62 €	826,68 €	826,68 €
BPA Angola	234.914,37 €	229.487,94 €	139.514,51 €	199.820,08 €
OraBank	36.536,33 €	22.624,08 €	22.569,63 €	21.486,43 €
BCA Cabo Verde	9.579,67 €	8.395,78 €	7.637,77 €	6.579,47 €
BKI	796,13 €	54,41 €	903,41 €	283,43 €
CGD	1.872,16 €	1.755,73 €	1.639,30 €	1.522,87 €
BIS	9.403,23 €	9.043,88 €	9.043,88 €	9.043,88 €
Total	403.234,36 €	363.794,45 €	230.563,36 €	291.120,22 €
Juros auferidos (€)**				
Juros entregues (€)				
Data entrega dos Juros***				

* Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** Identificar os juros auferidos de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da Banca Comercial.

*** Identificar a(s) data(s) da entrega dos rendimentos das aplicações financeiras.

IGCP	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre
Disponibilidades	126.734,31 €	151.703,04 €	45.052,99 €	170.248,90 €
Aplicações financeiras				
Total	126.734,31 €	151.703,04 €	45.052,99 €	170.248,90 €

9. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS (PMP) A FORNECEDORES E “ARREARS”

Em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e os atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição.

A evolução do prazo médio de pagamentos a fornecedores foi a seguinte:

PMP	2025	2024	Variação 25/24	
			Valor	%
Prazo (dias)	22	9	13	244,4%

Unid: euro

Dívida Vencida (>90 dias)	PAGAMENTOS EM ATRASO				
	Valor das dívidas vencidas (art. 1º do DL 65-A/2011 conjugado com o n.º 2 do art. 4º do DL 127/2012)				2024
	2025				
	[90-180] dias]180-365] dias	> 365 dias	Total	Total
1 - Aq. de Bens e Serviços	1.138,51	-46,00	-478,07	614,44	9.789,04
2 - Aq. de Capital					
3 - Total dívida vencida >90 dias (1+2)	1.139 €	0 €	0 €	0 €	9.789 €
4 - Situações excluídas (n.º art. 4º DL 127/2012)	0 €	0 €	0 €	0 €	0 €
4.1 - obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória					
4.2 - Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor					
4.3 - montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados					
5 - PAGAMENTOS EM ATRASO (3)-(4)	1.139 €	0 €	0 €	0 €	9.789 €

Nota: **PAGAMENTOS EM ATRASO** são representados pelas contas a pagar que permaneçam nessa situação mais de 90 dias posteriormente à data de vencimento acordada ou especificada na fatura, contrato, ou documentos equivalentes.

Excluem-se deste conceito: as obrigações de pagamento objeto de impugnação judicial até que sobre elas seja proferida decisão final e executória; as situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor, e os montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados, conforme estabelece o n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho.

Pagamentos em atraso nos termos do n.º 1 do artigo 40.º da LOE 2024	Saldo
1 - Pagamentos em atraso 2024 (>90 dias) ¹	4.869,04 €
2 - Pagamentos em atraso 2025 (>90 dias) ¹	614,44 €
3 - Δ Pagamentos em atraso (2-1)	-4.254,60 €
4 - Dotações orçamentais adicionais em 2025 ²	
5 - Saldo (3+4)	

Notas: 1 - Nos termos do artigo 1.º do DL n.º 65-A/2011; 2 - Apenas aplicável às entidades públicas reclassificadas

Para efeitos desta orientação, considera-se “Atraso no pagamento”, o não pagamento de fatura correspondente ao fornecimento dos bens e serviços após o decurso de 90 dias, ou mais, sobre a data convencionada para o pagamento da fatura ou, na sua ausência, sobre a data constante da mesma.

A AdP INTERNACIONAL divulgou durante o exercício de 2025, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do DLEO 2025, no seu sítio na Internet o prazo médio de pagamentos (consultar o link: <http://www.adpinternacional.com/pt/governo-societario/informacao-financieira/pmp/?id=330>)

10. ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO

a) Objetivos de Gestão

O Conselho de Administração da sociedade deu cumprimento ao disposto no nº 13 do artº 3 da Portaria nº. 317-A/2021, de 23 de dezembro, conjugado com o disposto no art.º 18.º do Estatuto do Gestor Público, tendo apresentado uma proposta de objetivos e indicadores de gestão (estratégicos, setoriais e individuais) e respetivas metas a constar dos contratos de gestão, aguardando-se a sua aprovação, nos termos e para os efeitos previstos nos citados normativos.

Sem prejuízo do que antecede, o grau de cumprimento em 2025, dos objetivos propostos, foi o seguinte:

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2025 (CARLA CORREIA)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2025	Grau de Desempenho	Ponderadores (I)	Cálculo
Estratégicos	Eficiência operacional	Variação do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %	pp	0,32	1	20,0%	0,20
	Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios	Variação do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %	%	-369%	1	10,0%	0,10
Setoriais	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	n.º	30/01/2024	3	20,0%	0,60
	Satisfação dos Clientes	Índice de satisfação de clientes	%	3,70%	3	20,0%	0,60
Individuais	Reforço cultura da AdP Internacional e do grupo AdP	Considerando a grande dispersão geográfica da atividade da AdP Internacional e consequentemente dos seus recursos humanos é necessário promover iniciativas que garantam a disseminação de práticas que permitam reforçar a cultura da AdP Internacional e do grupo AdP.	n.º	8	3	30,0%	0,90
Valor Final							2,4

A avaliação teve por base a proposta de indicadores e métricas de avaliação remetidos à ETF, de acordo com a legislação vigente, mas que ainda não se encontram aprovados.

(I) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2025 (ANTÓNIO VENTURA)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2025	Grau de Desempenho	Ponderadores (I)	Cálculo
Estratégicos	Eficiência operacional	Variação do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %	pp	0,32	1	20,0%	0,20
	Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios	Variação do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %	%	-369,00%	1	10,0%	0,10
Setoriais	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	n.º	30/01/2024	3	20,0%	0,60
	Satisfação dos Clientes	Índice de satisfação de clientes	%	3,70%	3	20,0%	0,60
Individuais	Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela AdP	Considerando a especificidade da atividade da AdP Internacional torna essencial a manutenção de um fluxo plurianual e constante de apresentação de propostas e de manifestações de interesse.	n.º	33	3	30,0%	0,90
Valor Final							2,4

A avaliação teve por base a proposta de indicadores e métricas de avaliação remetidos à ETF, de acordo com a legislação vigente, mas que ainda não se encontram aprovados.

(I) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

EXERCÍCIO DE CÁLCULO DOS OBJETIVOS DE GESTÃO DE 2025 (ANDREW DONNELLY)							
Objetivos	Indicadores	Cálculo	Unidade	2025	Grau de Desempenho	Ponderadores (I)	Cálculo
Estratégicos	Eficiência operacional	Variação do Plano de Redução de Custos (PRC) face ao proposto em PAO, em atividade comparada, expresso em %	pp	0,32	1	20,0%	0,20
	Rácio do Resultado Operacional versus o Volume de Negócios	Variação do rácio entre o Resultado Operacional (RO) e o Volume de Negócios (VN) face ao proposto em PAO, com correção de imparidades, provisões e variações de justo valor e em atividade comparada, expresso em %	%	-369,0%	1	10,0%	0,10
Setoriais	Internacionalização	Aumento da atividade internacional do grupo AdP	n.º	30/01/2024	3	20,0%	0,60
	Satisfação dos Clientes	Índice de satisfação de clientes	%	3,70%	3	20,0%	0,60
Individuais	Controle da Execução dos Projetos em Curso	Considerando que os contratos de Assistência Técnica têm, cada vez mais, uma componente de remuneração associada ao desempenho atingido na execução dos contratos torna-se essencial uma gestão próxima para garantir o atingimento desses objetivos	%	77,8%	3	30,0%	0,90
Valor Final							2,4

A avaliação teve por base a proposta de indicadores e métricas de avaliação remetidos à ETF, de acordo com a legislação vigente, mas que ainda não se encontram aprovados.

(1) Quando um indicador não for avaliado, a sua ponderação é repartida de forma proporcional pelos restantes indicadores.

b) Aplicação do disposto nos Artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere a:

- i. À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

- ii. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

A sociedade dá integral cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

- iii. Ao valor de despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

Membro do CA (Nome)	Gastos com Comunicações		
	Plafond Mensal Definido	Valor Anual	Observações
Carla da Conceição Afonso Correia	80,00	197,94	
António Manuel Vinagreiro Ventura	80,00	105,53	
Andrew Donnelly	80,00	219,60	
		523,07 €	

Unid: euro

- iv. Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

Membro do CA (Nome)	Plafond Mensal Combustível e Portagens	Gastos anuais associados a Viaturas		
		Combustível	Portagens	Total
Carla da Conceição Afonso Correia	491,64	881,80	732,49	1.614,29 €
António Manuel Vinagreiro Ventura	442,48	1.255,61	366,08	1.621,69 €
Andrew Donnelly	393,31	1.306,99	479,19	1.786,18 €
				5.022,16 €

Unid: euro

c) Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do RJSPE e do artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdP INTERNACIONAL dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

11. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

O Grupo AdP assegura através da AdP SGPS desde 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

Esta estratégia promove o potencial de captura de valor intrínseco às economias de escala, alavancadas pela centralização de compras de determinadas categorias, como a energia elétrica, combustíveis, comunicações, materiais de laboratório, seguros, reagentes químicos, viaturas, entre outras. Esta abordagem favorece a afetação eficiente e a especialização de recursos, contribuindo também para a obtenção de ganhos financeiros decorrentes da redução de custos.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de categorias centralizadas, tem contribuído para maximizar a capacidade de planeamento transversal alcançando assim um conhecimento mais profundo das necessidades das empresas, identificando assim riscos e oportunidades.

Neste domínio, procuramos disseminar as melhores práticas e a uniformização de procedimentos de contratação pública no seio do grupo AdP, assim como a concertação de metodologias e entendimentos para garantia e coerência das atuações implementadas no domínio da tramitação e execução de contratos.

12. INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

a) Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motocicletas;
- Licenciamento de software e serviços conexos;

- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este modelo jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

b) Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram emitidas recomendações pelos acionistas em sede de aprovação dos documentos de prestação de contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

c) Diligências tomadas com vista a solucionar as situações subjacentes à emissão de reservas na última Certificação Legal das Contas

Não foram emitidas reservas na última Certificação Legas das Contas. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

d) Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas ou da IGF – Autoridade de Auditoria nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

e) Medidas implementadas no âmbito da adaptação progressiva dos sistemas de reporte e dos processos internos conforme Diretiva Comunitária Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD)

A AdP INTERNACIONAL não é uma empresa de interesse público, nem empresa-mãe de grandes grupos, não lhe sendo aplicável o disposto dos artigos 66.º- B ou 508.º- G do Código das Sociedades Comerciais.

Sem prejuízo do que antecede, e no âmbito do Compromisso de Sustentabilidade do Grupo Águas de Portugal, a sociedade AdP INTERNACIONAL deu continuidade ao processo de adaptação progressiva aos requisitos da Diretiva Corporate Sustainability Reporting Directive (CSRD), através do reforço dos sistemas internos e das práticas de reporte de sustentabilidade.

Neste âmbito, destacam-se as seguintes medidas:

- Alinhamento com referenciais de sustentabilidade e integração crescente dos princípios ESG (ambientais, sociais e de governance) na gestão e reporte da empresa;
- Reforço dos processos internos de recolha, tratamento e validação de informação não financeira, garantindo maior fiabilidade e consistência dos dados reportados;

- Adaptação dos sistemas de reporte, com vista à futura conformidade com os requisitos europeus, incluindo maior granularidade e rastreabilidade da informação;
- Articulação com as orientações do Grupo AdP, promovendo coerência metodológica e alinhamento com práticas consolidadas ao nível do grupo;
- Capacitação interna e sensibilização das equipas, assegurando o envolvimento das áreas relevantes no processo de transição para o novo modelo de reporte.

Estas iniciativas enquadram-se numa abordagem gradual e estruturada, permitindo à empresa preparar-se para o cumprimento integral das novas obrigações de reporte de sustentabilidade impostas pela CSRD.

13. QUADRO-SÍNTESE DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES

A AdP INTERNACIONAL deu integral cumprimento às instruções, despachos e legislação diversa, que a seguir se apresentam:

Ponto	Cumprimento das Orientações	Cumprimento	Indicar Pág.
		S/N/N.A.	Relatório Gestão
1	Execução do PAO		
	Metas a atingir constantes no PAO		
	Investimento	N.A.	103
	Resultados	N	103
	Nível de endividamento...	S	103
	Execução do orçamento carregado no SIGO/SOE	N.A.	104
	Autorizações Concedidas	S	104
2	Eficiência operacional e gastos operacionais	N	105
3	Recursos humanos e Massa Salarial		
	Indicação da evolução dos RH	S	106
	Identificação e disponibilização do Despacho autorizador de aumento dos RH (se aplicável)	S	106
	Evolução da massa salarial (sem efeito de volume)	S	106
4	Plano de Investimentos	S	107
5	Contratualização de Serviço Público		
	Indicadores, metas e execução	N.A.	108
	Compensações recebidas	N.A.	108
6	Gestão do Risco Financeiro	S	108
7	Limites de Crescimento do Endividamento	N	112
8	Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado		
	Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	S	112
	Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	S	112
	Juros auferidos e entregues em Receita do Estado	S	112
	Identificação do Despacho autorizador do excecionamento (se aplicável)	S	113
9	PMP a fornecedores e arrears		
	Evolução do PMP	S	114
	Pagamentos em atraso	S	114
10	Estatuto do Gestor Público		
	Objetivos de gestão. ^(a)	S	
	<i>Eficiência Operacional</i>	N	115
	<i>Rácio do Resultado Operacional vs Volume de Negócios</i>	N	115
	<i>Internacionalização</i>	S	115
	<i>Satisfação dos Clientes</i>	S	115
	<i>Reforço cultura da AdP Internacional e do Grupo AdP</i>	S	115
	<i>Manifestações de Interesse e Propostas apresentadas pela Empresa</i>	S	115
	<i>Controle da execução dos Projetos em Curso</i>	S	115
	Não utilização de cartão de crédito	S	117
	Não reembolso de despesas de representação pessoal	S	117
	Valor máximo das despesas associadas a comunicações	S	117
	Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	S	117
	Despesas não documentadas ou confidenciais	S	117
11	Contratação Pública		
	Aplicação das Normas de contratação pública pela empresa	S	117
	Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	S	117
	Contratos submetidos a visto prévio do TC	S	117
12	Informação Complementar		
	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	S	118
	Diligências tomadas sobre ras ecomendações do acionista na última aprovação de contas	S	118
	Diligências tomadas sobre as reservas emitidas na última CLC	S	118
	Auditorias do Tribunal de Contas ^(b)	S	118
	Medidas implementadas para o cumprimento do relato sobre sustentabilidade (CSRD).	S	119
13	Sistematização Informação	S	120

(a) Indicar cada objetivo de gestão da empresa.

(b) Deverão ser indicadas também recomendações resultantes de auditorias transversais ao sector de atividade e/ou SEE.

14. DEMONSTRAÇÃO NÃO FINANCEIRA

A AdP INTERNACIONAL à data de 31 de dezembro de 2025 não excede o número de 500 trabalhadores, pelo que não inclui qualquer quadro da demonstração não financeira.

Apesar de não ser aplicável à empresa, a elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.





AS CONTAS

Índice

1. Informação geral.....	136
2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas	136
3. Novas normas e alteração de políticas	138
4. Políticas de gestão do risco financeiro.....	140

Demonstração da Posição Financeira

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativo fixo tangível	5	17 921	70 876
Ativos sob direito de uso		462	703
Investimentos financeiros em subsidiárias	6	5 002	5 002
Investimentos financeiros em associadas	6	31 276	-
Empréstimos a empresas do Grupo	7	269 556	269 557
Outros ativos financeiros		10 908	10 908
Impostos diferidos ativos	24	-	1 671 402
Total do Ativo não corrente		335 125	2 028 448
Ativo corrente			
Empréstimos a empresas do Grupo	7	176 867	100 267
Clientes	8	1 602 307	2 676 931
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	37 566	29 608
Outros ativos correntes	9	179 639	176 251
Caixa e equivalentes de caixa	10	462 340	392 219
Total do Ativo corrente		2 458 719	3 375 276
Total do Ativo		2 793 844	5 403 724
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	11	175 000	175 000
Reservas	11	175 087	175 087
Resultados transitados	11	(184 597)	(184 597)
Resultado líquido do exercício	11	(3 231 806)	(1 087 682)
Total do Capital próprio		(3 066 316)	(922 192)
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	12	27 000	482 779
Empréstimos de empresas do Grupo	13	-	2 610 000
Passivos da locação		-	242
Total do Passivo não corrente		27 000	3 093 021
Passivo corrente			
Empréstimos de empresas do Grupo	13	2 981 660	135 799
Passivos da locação		476	234
Fornecedores e outros passivos correntes	14	2 851 024	3 096 862
Total do Passivo corrente		5 833 160	3 232 895
Total do Passivo		5 860 160	6 325 916
Total do Passivo e do Capital Próprio		2 793 844	5 403 724

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)

Andrew Donnelly (Vogal)

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Rédito de contratos com clientes	16	2 418 502	3 812 214
Fornecimentos e serviços externos	17	(1 401 687)	(2 348 502)
Gastos com pessoal	18	(1 982 028)	(2 071 829)
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	19	(53 197)	(93 277)
Provisões e reversões do exercício	12	116 091	295 938
Perdas por imparidade e reversões do exercício	12	(241 879)	(506 886)
Outros gastos e perdas operacionais	20	(421 525)	(290 608)
Outros rendimentos e ganhos operacionais	21	143 049	183 727
Resultados operacionais		(1 422 674)	(1 019 223)
Gastos financeiros	22	(127 003)	(195 474)
Rendimentos financeiros	23	6 827	5 350
Resultados financeiros		(120 176)	(190 124)
Resultados antes de impostos		(1 542 850)	(1 209 347)
Imposto sobre o rendimento do exercício	24	(17 554)	(23 534)
Imposto diferido	24	(1 671 402)	145 199
Resultado líquido do exercício		(3 231 806)	(1 087 682)
Resultado por ação (básico e diluído)	11	(92,34)	(31,08)

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)

Andrew Donnelly (Vogal)

Demonstração das Variações do Capital Próprio

	Capital social	Reserva legal	Reserva cambial	Resultados transitados	Resultado líquido	Total
Saldos 31 dezembro 2023	175 000	35 303	139 784	(184 597)	(1 293 322)	(1 127 832)
Quinhua do resultado líquido de 2023	-	-	-	-	1 293 322	1 293 322
Resultado líquido do exercício de 2024	-	-	-	-	(1 087 682)	(1 087 682)
Saldos 31 dezembro 2024	175 000	35 303	139 784	(184 597)	(1 087 682)	(922 192)
Quinhua do resultado líquido de 2024	-	-	-	-	1 087 682	1 087 682
Resultado líquido do exercício de 2025	-	-	-	-	(3 231 806)	(3 231 806)
Saldos 31 dezembro 2025	175 000	35 303	139 784	(184 597)	(3 231 806)	(3 066 316)

O Conselho de Administração

O Contabilista Certificado

Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)

Andrew Donnelly (Vogal)

Demonstração dos fluxos de caixa

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	8	2 489 181	4 733 261
Pagamentos a fornecedores		(1 681 453)	(2 650 011)
Pagamentos ao pessoal		(1 841 590)	(1 986 708)
Fluxo gerado pelas operações		(1 033 862)	96 542
Pagamentos do Imposto sobre o rendimento		(25 356)	(19 079)
Outros recebimentos relativos à atividade operacional		26 329	187 195
Fluxo gerado por outras atividades operacionais		973	168 116
Fluxo de atividades operacionais		(1 032 889)	264 658
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Alienação de ativos fixos tangíveis		3 692	41 913
Juros e rendimentos similares		-	1 530
Fluxo dos recebimentos de atividades de investimento		3 692	43 443
Pagamentos respeitantes a:			
Capital social de empresas associadas	6	(31 276)	-
Empréstimos concedidos a Empresas do Grupo	7	(75 000)	(13 999)
Fluxo dos pagamentos de atividades de investimento		(106 276)	(13 999)
Fluxo das atividades de investimento		(102 584)	29 444
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Cobertura de prejuízos	11	1 087 682	1 293 322
Empréstimos obtidos	13	1 995 000	930 000
Fluxo dos Recebimentos de atividades de financiamento		3 082 682	2 223 322
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	13	(1 745 000)	(2 455 000)
Capital de passivos da locação		(306)	-
Juros e gastos similares		(127 563)	(194 358)
Fluxo dos pagamentos de atividades de financiamento		(1 872 869)	(2 649 358)
Fluxo das atividades de financiamento		1 209 813	(426 036)
Variação de caixa e seus equivalentes		74 340	(131 934)
Caixa e seus equivalentes no início do período	10	392 219	522 166
Variação cambial		(4 219)	1 987
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10	462 340	392 219
Variação de caixa e seus equivalentes		74 340	(131 934)

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia (Presidente)

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura (Vice-Presidente)

Andrew Donnelly (Vogal)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

Notas às demonstrações financeiras

I. Informação geral

I.1. Identificação da Empresa

A AdP – Águas de Portugal Internacional – Serviços Ambientais, S.A. (adiante designada também por Empresa ou AdP Internacional), com sede na Rua Visconde Seabra, n.º 3, 5.º piso, em Lisboa, foi constituída em 25 de janeiro de 2001.

É acionista da AdP Internacional a AdP – Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A. com 100% do Capital Social.

I.2 Atividade económica

A Empresa foi constituída no decurso da aprovação do novo modelo organizativo do Grupo Águas de Portugal, com o propósito de realizar atividades no âmbito da gestão, manutenção e exploração de serviços públicos e outros, nomeadamente de sistemas de captação, tratamento, adução, reserva e distribuição de água para consumo público e outros afins, e de recolha, tratamento, rejeição e reciclagem de efluentes urbanos, industriais e outros, e a consultoria e prestação de serviços nas mesmas áreas, em áreas semelhantes, acessórias ou complementares, e noutros sectores das indústrias do ambiente, no mercado internacional.

A Empresa tem sucursais em Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe.

I.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 27 de março de 2026. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa. É expectativa do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras serão aprovadas em Assembleia Geral sem alterações.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

2.1 Bases de apresentação

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo “*International Accounting Standards Board*” (“IASB”) e Interpretações emitidas pelo “*International Financial Reporting Interpretations Committee*” (“IFRIC”) ou pelo anterior “*Standing Interpretations Committee*” (“SIC”), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2025.

As informações materiais sobre as políticas contabilísticas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdP Internacional foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e suposições que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas

serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

A Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, nomeadamente o apoio financeiro da sócia única, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras. Adicionalmente, ainda que as demonstrações financeiras tivessem sido preparadas em base de liquidação o impacto não seria significativo.

2.2 Conversão cambial

2.2.1 Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da AdP Internacional, estão mensuradas na moeda do ambiente económico em que a entidade opera (moeda funcional). As demonstrações financeiras da AdP Internacional e respetivas notas são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

2.2.2 Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes da liquidação das transações bem como da conversão pela taxa à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados, exceto quando respeitam a uma extensão do investimento numa operação estrangeira, situação em que serão diferidos em capital próprio de acordo com o IAS 21. Os elementos não monetários valorizados ao justo valor são atualizados pela taxa de câmbio à data da determinação do mesmo, sendo o efeito da variação cambial registado conjuntamente com a variação registada no justo valor desses mesmos elementos. As diferenças cambiais apuradas, são assim registadas em resultados do exercício ou em “Outras reservas”, consoante o registo apropriado para o reconhecimento de ganhos ou perdas para o elemento não monetário em causa. A conversão em moeda funcional da AdP Internacional de elementos não monetários valorizados ao custo histórico é obtida pela aplicação da taxa de câmbio à data da transação.

2.2.3 Cotações utilizadas

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de transações expressas em moeda diferente do euro ou para a atualização de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

País	Moeda	31.12.2025		31.12.2024	
		médio	final	médio	final
Angola	Kwanza	1 031,83	1 071,94	949,45	947,48
Cabo Verde	Escudo C.V.	110,27	110,27	110,27	110,27
Moçambique	Meticais	71,58	74,34	68,37	65,73
Giné-Bissau	Franco CFA ocidental	655,96	655,96	655,96	655,96
São Tomé e Príncipe	Dobra São Tomense	24,50	24,50	24,50	24,50
E.U.A.	USD	1,13	1,18	1,08	1,04
Tunísia	TND	3,34	3,37	3,36	3,31

Fonte: Banco de Portugal

2.3 Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdP Internacional são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 6.2 - Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias
- Nota 7.2 - Imparidade para ativos financeiros
- Nota 12.2 - Provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 24.2 - Impostos diferidos

2.4 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da Demonstração da Posição Financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da Demonstração da Posição Financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da Demonstração da Posição Financeira, se materiais são divulgados nas notas às Demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1 Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 apresentada nos comparativos.

3.2 Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2025

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2025, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 21 – Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	Esta emenda publicada pelo IASB em agosto de 2023 define a abordagem para avaliar se uma moeda pode ou não ser trocada por outra moeda. Caso se conclua que a moeda não pode ser trocada por outra, indica como se determina a taxa de câmbio a aplicar e as divulgações adicionais necessárias.	1 de janeiro de 2025

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Empresa.

3.3 Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2026 e que a Empresa não adotou antecipadamente são as seguintes:

- **Já endossadas pela EU**

Descrição	Alteração	Data efetiva
Emenda a IFRS 9 e IFRS 7 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2024 incluem alterações decorrentes dos resultados do processo de revisão de pós-implementação da IFRS 9 efetuado pelo IASB.	1 de janeiro de 2026
Emenda à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos relacionados com eletricidade dependente da natureza	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2024 inclui <i>guidance</i> e divulgações adicionais relacionadas com contratos de fornecimento de eletricidade provenientes de energias renováveis, bem como possibilidade de designar esses contratos como instrumentos de cobertura se cumprirem determinados requisitos.	1 de janeiro de 2026
Melhoramentos anuais das normas internacionais de relato financeiro (volume 11)	Corresponde essencialmente a emendas nas normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7.	1 de janeiro de 2026

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2025, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Não se estima que da futura adoção das referidas emendas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras.

- **Ainda não endossadas pela EU**

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 18 - Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	O objetivo da IFRS 18 é estabelecer requisitos para a apresentação e divulgação de informação nas demonstrações financeiras para ajudar a assegurar que estas proporcionam informação relevante que representa fielmente os ativos, passivos, capital próprio, rendimentos e gastos de uma entidade.	1 de janeiro de 2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Esta norma permite que uma subsidiária elegível possa optar por divulgações reduzidas nas suas demonstrações financeiras preparadas em IFRS.	1 de janeiro de 2027
Alterações à IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	Eliminação da possibilidade da entidade definir o nível de detalhe das divulgações a efetuar.	1 de janeiro de 2027
Alterações ao IAS 21 - Os efeitos das alterações nas taxas de câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária	Especifica os procedimentos de conversão para uma entidade cuja moeda de apresentação seja a de uma economia hiperinflacionária.	1 de janeiro de 2027

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, a Empresa encontra-se em fase de identificação dos impactos para as demonstrações financeiras decorrentes da sua futura adoção.

4. Políticas de gestão do risco financeiro

4.1 Fatores de risco

As atividades da AdP Internacional estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado (risco de taxa de juro, risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro e risco de taxa de câmbio). O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP Internacional e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração.

A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, o risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2 Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdP Internacional advém, essencialmente, da contratação de empréstimos de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdP Internacional ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdP Internacional ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdP Internacional.

Análise de sensibilidade à variação de taxa de juro

	31.12.2025	Taxa média +1%	Taxa média -1%
Juros (gastos) à taxa variável	(108 539)	(28 450)	28 450

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de doze meses.

4.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio da AdP Internacional corresponde essencialmente à operação desenvolvida pela sucursal em Angola. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional da AdP Internacional. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando swaps centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando entenda ser necessário. A AdP Internacional apresenta saldos denominados em moeda estrangeira, expostos ao risco de taxa de câmbio. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é gerida através da contratação de empréstimos na mesma moeda, sem que tal se justifique.

4.3 Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdP Internacional pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdP Internacional efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito junto do acionista que permitem o acesso imediato a fundos.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdP Internacional por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

2025	< 1 ano	1 a 5 anos	> 5 anos
Empréstimos do acionista	2 986 365	-	-

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Risco de liquidez (Milhares euros)	Valor do planfond disponível	Valor do plafond usado	Valor do plafond não usado
Suprimentos (AdP SGPS)	4 000	(2 100)	1 900
Apoios de tesouraria (AdP SGPS)	3 000	(870)	2 130
	7 000	(2 970)	4 030

O objetivo da AdP SGPS (empresa-mãe da AdP Internacional) em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da Demonstração da Posição Financeira, é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco do capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política do Grupo é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP, SGPS, S.A. (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas participadas. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência fiscal e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da AdP Internacional assenta fundamentalmente em duas grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, nos empréstimos do acionista e no capital próprio.

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Suprimentos obtidos (Grupo)	13	2 100 000	2 610 000
Apoios de tesouraria obtidos (Grupo)	13	870 000	110 000
Disponibilidades	10	(462 340)	(392 219)
Endividamento líquido		2 507 660	2 327 781
Total do capital próprio		(3 066 316)	(922 192)
Capital		(3 066 316)	(922 192)
Dívida / total do capital		(0,82)	(2,52)

4.4 Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a AdP Internacional. A AdP Internacional está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

4.4.1 Contraparte de exploração

O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos por serviços prestados a clientes e a suprimentos concedidos. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

A composição da carteira de clientes da Empresa tem 2 naturezas: (i) grandes clientes industriais e outras entidades; e (ii) empresas do Grupo AdP.

i. Grandes Clientes Industriais e Outras Entidades:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que se tratam de clientes institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais ou para-governamentais). Contudo, anualmente são avaliadas as perdas esperadas por imparidade por risco de crédito, numa base individual, tendo em consideração os seguintes fatores: i) o prazo médio de recebimento; ii) a condição

Ativos financeiros bancários	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à ordem	10	461 369	390 279

financeira do cliente; e iii) a evolução macroeconómica.

ii. Empresas do Grupo AdP:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado baixo.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a exposição ao risco de crédito tem o seguinte detalhe:

31.12.2025

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL (Nota 8)
	Outras entidades	Empresas do Grupo	
	Médio	Baixo	
Tipologia de clientes			
Risco			
Exposição bruta	796 493	2 066 032	2 862 525
Imparidade	(129 823)	(1 130 395)	(1 260 218)
Exposição líquida	666 670	935 637	1 602 307

31.12.2024

Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades		TOTAL (Nota 8)
	Outras entidades	Empresas do Grupo	
	Médio	Baixo	
Tipologia de clientes			
Risco			
Exposição bruta	1 842 951	1 838 319	3 681 270
Imparidade	-	(1 004 339)	(1 004 339)
Exposição líquida	1 842 951	833 980	2 676 931

4.4.2 Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdP Internacional ao risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2025 e 2024, sem ter em consideração qualquer colateral

Rating	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
A	(a)	221 360	155 358
A-		-	2 112
BBB+		2 252	2 375
não disponível	(b)	237 757	230 434
		461 369	390 279

detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

Ativos financeiros bancários	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Depósitos à ordem	10	461 369	390 279

Nota: notação de rating da Fitch obtida nos sites das instituições financeiras em janeiro de 2026.

- (a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 inclui depósitos à ordem junto da Agência de Gestão de Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. no montante de 170.249 Euros e 96.131 Euros, respetivamente.
- (b) Corresponde aos depósitos à ordem das sucursais em instituições financeiras nos respetivos países (Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde).

5. Ativos fixos tangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado de forma linear por duodécimos em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados na quantia escriturada do ativo.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração ativo.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são as seguintes:

Naturezas	Vida útil (anos)
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5-10

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela AdP Internacional. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31.12.2025	31.12.2024
Equipamento de transporte	17 140	68 899
Equipamento administrativo	781	1 977
	17 921	70 876

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	31.12.2024			Depreciações do exercício (Nota 19)	Aliações e abates		31.12.2025		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido		Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	401 715	(332 816)	68 899	(51 759)	(43 302)	43 302	358 413	(341 273)	17 140
Equipamento administrativo	133 796	(131 819)	1 977	(1 196)	-	-	133 796	(133 015)	781
	535 511	(464 635)	70 876	(52 955)	(43 302)	43 302	492 209	(474 288)	17 921

	31.12.2023			Depreciações do exercício (Nota 19)	Alienações e abates		31.12.2024		
	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido		Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo bruto	Depreciações acumuladas	Ativo líquido
Equipamento de transporte	596 058	(439 132)	156 926	(88 027)	(194 343)	194 343	401 715	(332 816)	68 899
Equipamento administrativo	133 796	(126 589)	7 207	(5 230)	-	-	133 796	(131 819)	1 977
	729 854	(565 721)	164 133	(93 257)	(194 343)	194 343	535 511	(464 635)	70 876

6. Investimentos financeiros em subsidiárias

6.1 Políticas contabilísticas

A) Subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a AdP Internacional tem controlo. A AdP Internacional controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para a AdP Internacional. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

A AdP Internacional aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos ativos entregues, passivos assumidos ou incorridos para com os anteriores donos e dos instrumentos de capital emitidos pela AdP Internacional. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer ativo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os ativos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição independentemente da existência e interesses que não controlam. Os custos diretamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

As subsidiárias são reconhecidas na Demonstração da Posição Financeira da AdP Internacional na data da obtenção de controlo ou influência significativa, ou de negociação ou da contratação, que é a data em que a AdP Internacional se compromete a adquirir ou alienar o ativo. Na transição as participações financeiras foram reconhecidas de acordo com o custo presumido ou custo considerado, ou seja pelo valor que foi transposto das demonstrações financeiras preparadas de acordo com o anterior normativo naquela data, em alternativa ao custo de aquisição.

No momento inicial, as subsidiárias são reconhecidas pelo custo de aquisição acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis. Estes ativos são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da AdP Internacional ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a AdP Internacional tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a AdP Internacional tenha transferido o controlo sobre os ativos.

O reconhecimento de dividendos é registado em resultados na data em que estes forem declarados.

A Empresa não apresenta demonstrações financeiras consolidadas por as suas demonstrações financeiras e das suas subsidiárias serem integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da acionista da Empresa – AdP SGPS.

Imparidade para investimentos financeiros em subsidiárias

Os investimentos financeiros em subsidiárias são analisados à data de cada Demonstração da Posição Financeira de forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável da

participação financeira é avaliado. Sempre que a quantia escriturada de uma participação financeira excede a quantia recuperável, é reduzida até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício. A quantia recuperável das participações financeiras em subsidiárias e associadas corresponde ao maior entre o valor de uso e o valor de venda. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

B) Associadas

Investimentos em associadas são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as demonstrações financeiras incluem a quota-parte do Empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que a influência significativa começa até à data em que efetivamente termina. As associadas são entidades sobre as quais a Empresa ou o Grupo AdP tem entre 20% e 50% dos direitos de voto, ou sobre as quais a Empresa tenha influência significativa, mas que não possa exercer o seu controlo. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas associadas são eliminados. Os dividendos atribuídos pela participada são considerados reduções do investimento detido.

Quando a quota-parte das perdas de uma associada excede o investimento na associada, o valor contabilístico do investimento financeiro é reduzido a zero, e a Empresa reconhece perdas adicionais no futuro relativas as responsabilidades já assumidas, ou caso tenha efetuado pagamentos por conta da Associada. Qualquer excesso do custo de aquisição de um investimento financeiro sobre a participação da Empresa no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificados à data da aquisição da participação na associada é reconhecido como goodwill, o qual é incluído no valor da participação financeira e a sua recuperação é avaliada anualmente como parte integrante do investimento financeiro. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor do valor líquido dos bens da associada adquirida, a diferença é registada diretamente na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, nomeadamente a geração de resultados líquidos negativos consecutivos por parte das subsidiárias ou associadas. A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor das participações financeiras e, subsidiárias e associadas implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais. Face à intenção da AdP Internacional manter as participações financeiras e de não ter a intenção de venda, para as subsidiárias e associadas que consecutivamente geram resultados líquidos negativos a AdP Internacional assume que a quantia recuperável corresponde ao valor do capital próprio dessas subsidiárias.

6.3 Detalhe e movimento

O detalhe dos investimentos financeiros em subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

31.12.2025 31.12.2024

Subsidiárias:			
AdP Timor		5 002	5 002
Aquatec		-	-
Associadas:			
AdP Tunísia		31 276	-
		36 278	5 002

A informação financeira das subsidiárias e associadas em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

Subsidiária	Sede	% de Capital detido	Moeda	Capital Social	Capital Próprio	Resultado líquido
AdP Timor-Leste, Unipessoal, Lda.	Timor-Leste	100%	USD	5 000	(1 410 876)	(205 655)
Aquatec, Lda.	Maputo - Moçambique	100%	MZN	2 476 580	(69 960 194)	(286 869)
Associada	Sede	% de Capital detido	Moeda	Capital Social	Capital Próprio	Resultado líquido
Societe Agua Services d 'Assainissement (AdP Tunísia) (*)	Tunes - Tunísia	5%	TND	2 200 000	2 200 000	-

(*) Empresa constituída em fevereiro de 2025, em que a acionista AdP SGPS detém diretamente 35% do capital social.

7. Empréstimos a empresas do Grupo

7.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - i. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - ii. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - iii. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de “Ativos financeiros pelo custo amortizado”, quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito, títulos de dívida pública, crédito a clientes e a empresas do Grupo (suprimentos).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdP Internacional determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdP Internacional não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdP Internacional valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da AdP Internacional, a AdP Internacional apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

As receitas e as despesas de instrumentos financeiros pelo custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) As restantes alterações de valor são reconhecidas como receita ou despesa quando o instrumento for desreconhecido do balanço, quando for reclassificado e, no caso de ativos financeiros, quando ocorrerem perdas de imparidade ou ganhos na sua recuperação.

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdP Internacional recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao

anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdP Internacional no curso normal das suas atividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdP Internacional reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela AdP Internacional se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber nas rubricas “Clientes”, “Empréstimos a empresas do Grupo” e “Outros ativos financeiros”, a AdP Internacional aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas. As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas. As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdP Internacional não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdP Internacional decidir alterar o modelo de negócio para a gestão de uma carteira de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

7.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para empréstimos a subsidiárias são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. Os empréstimos a empresas do Grupo, face à sua natureza, o risco de imparidade é reduzido. Contudo, apresentando as subsidiárias capitais próprios negativos, a imparidade

constituída reflete a perspetiva de recuperação futura líquida de passivos a liquidar pela Empresa às subsidiárias, e corresponde essencialmente à exposição da Empresa nas subsidiárias. Neste sentido não foram efetuadas análises de sensibilidade.

7.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de Empréstimos a Empresas do Grupo é como segue:

	NOTA	31.12.2025			31.12.2024		
		Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Suprimentos:							
. AdP Timor		1 888 003	175 000	2 063 003	1 888 003	100 000	1 988 003
. Aquatec		1 216 052	-	1 216 052	1 230 052	-	1 230 052
		3 104 055	175 000	3 279 055	3 118 055	100 000	3 218 055
Juros corridos		-	1 867	1 867	-	267	267
		3 104 055	176 867	3 280 922	3 118 055	100 267	3 218 322
Imparidade	12	(2 834 499)	-	(2 834 499)	(2 848 498)	-	(2 848 498)
		269 556	176 867	446 423	269 557	100 267	369 824

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe da alocação da imparidade por subsidiária é como segue:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
AdP Timor	2 063 003	(1 618 447)	444 556	1 988 003	(1 618 446)	369 557
Aquatec	1 216 052	(1 216 052)	-	1 230 052	(1 230 052)	-
	3 279 055	(2 834 499)	444 556	3 218 055	(2 848 498)	369 557

O movimento ocorrido nos Empréstimos a empresas do Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	31.12.2024			31.12.2023		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	3 118 055	100 000	3 218 055	3 104 055	100 000	3 204 055
Utilização do crédito	-	75 000	75 000	14 000	-	14 000
Reembolso de capital	(14 000)	-	(14 000)	-	-	-
Saldo final	3 104 055	175 000	3 279 055	3 118 055	100 000	3 218 055

8. Clientes

8.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos Clientes, consultar divulgações na nota 7.1.

8.2 Estimativas e julgamentos

As perdas por imparidade para clientes são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. O risco de crédito das operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes. Este risco é em teoria reduzido dadas as características do serviço prestado a empresas institucionais dos países onde opera a AdP Internacional (na maioria das vezes entidades governamentais

ou para-governamentais). No entanto dada a situação económica e financeira, particularmente de Angola, e alguns atrasos efetivos em alguns valores a receber, podem ter implicações diretas no risco de crédito.

8.3 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos Clientes é como segue:

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Empresas do Grupo		1 905 431	1 838 319
Clientes nacionais		6 651	-
Clientes internacionais		787 683	1 842 951
		2 699 765	3 681 270
Ativos contratuais - Estimativa de serviços a faturar	(a)	162 760	-
		2 862 525	3 681 270
Imparidade	12	(1 260 218)	(1 004 339)
		1 602 307	2 676 931

(a) Esta rubrica corresponde ao rédito por prestação de serviços no âmbito de contratos com clientes, que apesar de não ter sido faturado corresponde a *performance obligations* executadas (serviços prestados e ainda não faturados).

Em 31 de dezembro de 2025, o valor de imparidade inclui o montante de 1.130.395 Euros relativo às subsidiárias AdP Timor (713.289 Euros) e Aquatec (417.107 Euros). Em 31 de dezembro de 2024 a imparidade corresponde às subsidiárias AdP Timor - 596.283 Euros e Aquatec - 408.056 Euros.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a antiguidade da dívida de Clientes era a seguinte:

31.12.2025										
Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades									
Tipologia de clientes	Outras entidades				Empresas do Grupo					
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total	
Não vencida	119 181	-	0,0%	119 181	192 656	-	0,0%	192 656	311 837	
Vencida até 180 dias	164 701	-	0,0%	164 701	3 067	-	0,0%	3 067	167 768	
Vencida há mais de 180 dias	512 611	(129 823)	-25,3%	382 788	1 870 309	(1 130 395)	-60,4%	739 914	1 122 702	
	796 493	(129 823)	-16,3%	666 670	2 066 032	(1 130 395)	-54,7%	935 637	1 602 307	

31.12.2024										
Segmento de negócio	Grandes clientes industriais e outras entidades									
Tipologia de clientes	Outras entidades				Empresas do Grupo					
Antiguidade da dívida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição bruta	Imparidade	% Perda	Exposição líquida	Exposição líquida total	
Não vencida	146 366	-	0,0%	146 366	3 917	-	0,0%	3 917	150 283	
Vencida até 180 dias	384 069	-	0,0%	384 069	2 401	-	0,0%	2 401	386 470	
Vencida há mais de 180 dias	1 312 516	-	0,0%	1 312 516	1 832 001	(1 004 339)	-54,8%	827 662	2 140 178	
	1 842 951	-	0,0%	1 842 951	1 838 319	(1 004 339)	-54,6%	833 980	2 676 931	

O movimento ocorrido nos saldos de balanço relacionados com contratos com clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	Contratos com clientes - Saldos balanço					Total
	NOTA	Cientes (sem Empresas do Grupo)	Ativos / (Passivos) (Notas 14 e 16)	Acréscimos de gastos (Nota 14)	Imparidade (sem Empresas do Grupo)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2 190 240	280 182	(265 243)	-	2 205 179
Rédito reconhecido	16	-	3 812 214	-	-	3 812 214
Faturação emitida		4 469 413	(4 469 413)	-	-	-
Recebimentos		(4 733 261)	-	-	-	(4 733 261)
Reforço de imparidade		-	-	-	-	-
Reconhecimento de imposto industrial Angolano	20	(244 595)	-	42 973	-	(201 622)
	20 e					
Reconhecimento de diferenças cambiais	21	161 154	-	64 015	-	225 169
Saldo em 31 de dezembro de 2024		1 842 951	(377 017)	(158 255)	-	1 307 679
Rédito reconhecido	16	-	2 418 502	-	-	2 418 502
Faturação emitida		1 733 695	(1 733 695)	-	-	-
Utilização de provisões		-	(339 688)	-	-	(339 688)
Recebimentos		(2 489 181)	-	-	-	(2 489 181)
Reforço de imparidade		-	-	-	(129 823)	(129 823)
Reconhecimento de imposto industrial Angolano	20	(109 729)	-	56 788	-	(52 941)
	20 e					
Reconhecimento de diferenças cambiais	21	(190 053)	-	(19 732)	-	(209 785)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		787 683	(31 898)	(121 199)	(129 823)	504 763

O movimento ocorrido na imparidade para clientes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi como segue:

	NOTA	Grandes clientes industriais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2023		-	763 070	763 070
Aumento	12	-	241 269	241 269
Saldo em 31 de dezembro de 2024		-	1 004 339	1 004 339
Aumento	12	129 823	126 056	255 879
Saldo em 31 de dezembro de 2025		129 823	1 130 395	1 260 218

9. Outros ativos correntes

9.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos Outros ativos correntes, consultar divulgações na nota 7.1.

9.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos Outros ativos correntes é como segue:

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Outras contas a receber	i)	114 382	110 488
Encargos diferidos	ii)	29 142	25 663
Estado e outros entes públicos	iii)	36 115	40 100
		179 639	176 251

i) Outras contas a receber

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Despesas a redebitar a subsidiárias		10 145	34 424
Outras contas a receber		104 237	76 064
		114 382	110 488

ii) Encargos diferidos

		31.12.2025	31.12.2024
Seguros		23 020	19 759
Pagamento antecipado de serviços		6 122	5 904
		29 142	25 663

iii) Estado e outros entes públicos

		31.12.2025	31.12.2024
Imposto sobre o Valor Acrescentado		32 672	36 657
Outras tributações		3 443	3 443
		36 115	40 100

		31.12.2025	31.12.2024
Numerário		971	1 940
Depósitos à ordem		461 369	390 279
		462 340	392 219

10. Caixa e equivalentes de caixa

10.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários, sem risco significativo de alteração de valor. Os descobertos bancários são apresentados na Demonstração da Posição Financeira, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

10.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa é como segue:

		31.12.2025	31.12.2024
Numerário		971	1 940
Depósitos à ordem		461 369	390 279
		462 340	392 219

11. Capital próprio

11.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

11.2 Capital social

O Capital Social da AdP Internacional, está representado por 35.000 ações no montante de 5 Euros cada, e encontra-se integralmente subscrito e realizado pela AdP, SGPS, seu único acionista.

11.3 Resultado líquido e rendimento integral por ação

Rendimento integral por ação	(92,34)	(31,08)
-------------------------------------	----------------	----------------

O resultado líquido de 2024, correspondente a um prejuízo no montante de 1.087.682 Euros, conforme Deliberação Unânime do Acionista por escrito de 15 de maio de 2025, foi quinhado.

12. Provisões, ativos e passivos contingentes

12.1 Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à

ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdP Internacional divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da Empresa que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A Empresa procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

12.2 Estimativas e julgamentos

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

12.3 Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nas Provisões e Imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	NOTA	31.12.2024	Reforço líquido de reversões	Utilização	31.12.2025
Imparidade:					
. Empréstimos a empresas do Grupo	7.3	2 848 498	(13 999)	-	2 834 499
. Clientes	8.3	1 004 339	255 879	-	1 260 218
. Outros ativos financeiros		-	-	-	-
		3 852 837	241 880	-	4 094 717
Provisões:					
. Processos judiciais		-	-	-	-
. Multas e penalidades	(a)	339 688	-	(339 688)	-
. Outras provisões	(b)	143 091	(116 091)	-	27 000
		482 779	(116 091)	(339 688)	27 000
		4 335 616	125 789	(339 688)	4 121 717

	NOTA	31.12.2023	Reforço	Atualização cambial	Reversão	31.12.2024
Imparidade:						
. Empréstimos a empresas do Grupo	7.3	2 582 881	265 617	-	-	2 848 498
. Clientes	8.3	763 070	241 269	-	-	1 004 339
		3 345 951	506 886	-	-	3 852 837
Provisões:						
. Multas e penalidades	(a)	615 307	-	20 319	(295 938)	339 688
. Outras provisões	(b)	143 091	-	-	-	143 091
		758 398	-	20 319	(295 938)	482 779
		4 104 349	506 886	20 319	(295 938)	4 335 616

(a) No âmbito do fecho dos projetos Bengo e Cunene, em setembro de 2023 a Empresa foi notificada pelo cliente de aplicação de penalidades contratuais no montante global de 679,914 USD. A Administração deliberou recorrer judicialmente destas penalidades sendo a expectativa de sucesso inferior a 50%. Em 2024, decorrente de várias reuniões ocorridas e esclarecimentos prestados pela Empresa o cliente reverteu a penalidade aplicada previamente ao projeto Cunene. Em 2025 a provisão para o projeto Bengo foi utilizada.

(b) Em 31 de dezembro de 2024 a Empresa tinha reconhecida uma provisão no montante global de 116.091 Euros, para fazer face ao disposto no n.º 9, artigo 115.º, do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho, relativo aos rendimentos de OT's Angolanas que foram reembolsadas em 2022. As OT's Angolanas foram recebidas como pagamento de faturas vencidas emitidas pela AdP Internacional em anos anteriores ao Estado Angolano. No âmbito do pedido de dispensa parcial do Princípio de Tesouraria do Estado a provisão foi revertida.

Garantias

Os compromissos financeiros e as responsabilidades da Empresa que não figuram na Demonstração da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024 apresentam-se do seguinte modo:

Instituições financeiras	31.12.2025	31.12.2024
Garantias técnicas	569 764	640 691
Garantias financeiras	-	50 000
	569 764	690 691

13. Empréstimos

13.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros pelo custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros pelo custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos correntes”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdP Internacional apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros pelo custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos do Grupo são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a AdP Internacional liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre carteiras de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre carteiras.

13.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos Empréstimos é como segue:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Empréstimos do acionista AdP						
SGPS:						
. Suprimentos	-	2 100 000	2 100 000	2 610 000	-	2 610 000
. Apoios de tesouraria	-	870 000	870 000	-	110 000	110 000
	-	2 970 000	2 970 000	2 610 000	110 000	2 720 000
Juros corridos	-	11 660	11 660	-	25 799	25 799
	-	2 981 660	2 981 660	2 610 000	135 799	2 745 799

Os suprimentos correspondem a empréstimos com maturidade contratada superior a um ano, e os apoios de tesouraria correspondem a empréstimos reembolsáveis num prazo inferior a um ano. Os suprimentos e os apoios de tesouraria são remunerados com juros.

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	31.12.2025			31.12.2024		
	Não corrente	Corrente	Total	Não corrente	Corrente	Total
Saldo inicial	2 610 000	135 799	2 745 799	-	4 274 293	4 274 293
Reclassificação de não corrente para corrente	(2 100 000)	2 100 000	-	4 000 000	(4 000 000)	-
Obtenção de empréstimos	-	1 995 000	1 995 000	-	930 000	930 000
Reembolso de capital de empréstimos	(510 000)	(1 235 000)	(1 745 000)	(1 390 000)	(1 065 000)	(2 455 000)
Varição na especialização de juros	-	(14 139)	(14 139)	-	(3 494)	(3 494)
Saldo final	-	2 981 660	2 981 660	2 610 000	135 799	2 745 799

Em 2024 o suprimento renovou automaticamente pelo prazo de dois anos.

Empréstimos por maturidade

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os Empréstimos apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro e por maturidade de reembolso de capital:

Taxa de juro variável	31.12.2025	31.12.2024
Até 1 ano	2 970 000	110 000
De 1 a 2 anos	-	2 610 000
De 2 a 3 anos	-	-
De 3 a 4 anos	-	-
De 4 a 5 anos	-	-
Superior a 5 anos	-	-
	2 970 000	2 720 000

Justo valor

Os empréstimos obtidos correspondem a empréstimos concedidos pelo acionista em 2025 e 2024, remunerados a taxas de juro que correspondem a condições de mercado, pelo que se considera que o justo valor dos empréstimos obtidos corresponde aproximadamente ao custo amortizado contabilizado em 31 de dezembro de 2025.

14. Fornecedores e outros passivos correntes

14.1 Políticas contabilísticas

Estas rubricas incluem geralmente saldos de fornecedores de bens e serviços que a AdP Internacional adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os itens que a compõem serão classificados como passivos correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, as contas de “Fornecedores” serão classificadas como passivos não correntes.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos apresentados na rubrica “Fornecedores e outros passivos correntes” são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

14.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o detalhe dos Fornecedores e outros passivos correntes é como segue:

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Fornecedores gerais		8 522	9 790
Outras contas a pagar	i)	1 199 752	1 405 936
Acréscimos de gastos	ii)	1 269 600	1 173 116
Passivos contratuais - faturação antecipada de serviços	8	194 658	377 017
Estado e outros entes públicos	iii)	178 492	131 003
		2 851 024	3 096 862

i) Outras contas a pagar

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Recebimentos de clientes não afetos/por identificar		259 215	259 215
Outros credores	a)	940 537	1 146 721
		1 199 752	1 405 936

(a) Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 inclui o saldo a liquidar à subsidiária AdP Timor (1.136.057 Euros). Relacionado com pagamentos efetuados à AdP Timor por conta da Empresa.

ii) Acréscimos de gastos

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Férias e subsídio de férias a pagar ao pessoal		223 166	179 572
Perdas cambiais relativas a faturas a clientes	8	66 890	47 158
Imposto Angolano relativas a faturas a clientes	8	54 309	111 097
Imposto sobre o Valor Acrescentado (Angola)	b)	307 939	378 991
Serviços diversos prestados por fornecedores e não faturados		572 022	429 191
Formação		32 921	22 921
Outros acréscimos de gastos		12 353	4 186
		1 269 600	1 173 116

(b) Corresponde ao IVA aplicado em Angola às faturas a emitir à Empresa pela sucursal AdP Angola e que não é recuperável.

iii) Estado e outros entes públicos

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Segurança Social		30 551	25 675
Retenções de imposto efetuadas a terceiros		39 008	29 155
Outras tributações		108 933	76 173
		178 492	131 003

I 5. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS

I 6. Rédito de contratos com clientes

I 6.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2025)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	446 423		446 423
Clientes	1 602 307		1 602 307
Outros ativos financeiros	10 908		10 908
Caixa e equivalentes de caixa	462 340		462 340
Total do activo	2 521 978	-	2 521 978
Empréstimos		2 981 660	2 981 660
Fornecedores		8 522	8 522
Total do passivo	-	2 990 182	2 990 182

no decurso normal da atividade da AdP Internacional. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos

Classificação de ativos e passivos financeiros (31.12.2024)	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total de instrumentos financeiros
Empréstimos a empresas do Grupo	369 824		369 824
Clientes	2 676 931		2 676 931
Outros ativos financeiros	10 908		10 908
Caixa e equivalentes de caixa	392 219		392 219
Total do ativo	3 449 882	-	3 449 882
Empréstimos		2 745 799	2 745 799
Fornecedores		9 790	9 790
Total do passivo	-	2 755 589	2 755 589

comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdP Internacional avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdP Internacional efetua a sua melhor estimativa.

Na prestação de serviços efetuadas pela AdP Internacional, o rédito é reconhecido durante a vida do contrato em função da percentagem de acabamento, a qual é determinada através do quociente entre os custos incorridos e os custos estimados para executar cada contrato.

16.2 Detalhe

O Rédito de contratos com clientes reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 detalha-se da seguinte forma por geografia e projeto:

Mercado geográfico / Projeto	Cliente	Financiador	Valor do contrato	Divisa	In�cio	Fim	Rédito reconhecido (Nota 8)		Ativos / (Passivos) contratuais (Nota 8)	
							31.12.2025	31.12.2024	31.12.2025	31.12.2024
Angola:										
Serviços de gestão, opera�o e manuten�o dos sistemas de abastecimento de água da Província da Huíla	Dire�o Nacional de �guas do Ministério da Energia e águas de Angola	Banco Mundial	5 609 920	USD	jun/21	mai/26	1 173 148	1 962 176	150 959	195 026
Consultoria em gestão de projetos do MINEA	Ministério da Energia e águas de Angola	Banco Europeu de Investimento	2 993 276	EUR	dez/21	mai/25	837 097	861 581	-	(187 006)
Outros							44 221	106 052	-	-
							2 054 466	2 929 809	150 959	8 020
Cabo Verde:										
Elabora�o do Plano Sanitário da Cidade de S. Filipe	ANAS - Agência Nacional de água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental	318 750	EUR	out/22	dez/26	47 467	63 917	(156 287)	(203 756)
Projeto piloto de economia circular no Ciclo Urbano da água na ETAR de Santa Cruz - Reutiliza�o de �guas e valoriza�o de recursos para fins agrícolas	ANAS - Agência Nacional de água e Saneamento de Cabo Verde	Fundo Ambiental	425 000	EUR	fev/22	dez/26	-	49 337	(71 721)	(269 791)
Outros							2 627	19 684	-	19 118
							50 094	132 938	(228 008)	(454 429)
Moçambique:										
Desenho de quadros regulatórios das sociedades comerciais e respetivo regime sancionatório	AURA - Autoridade Reguladora de �guas, IP	Fundo Ambiental	149 810	EUR	out/23	mar/25	29 917	85 454	-	(19 414)
Assistência técnica no âmbito da regula�o das sociedades comerciais	AURA - Autoridade Reguladora de �guas, IP	Fundo Ambiental	84 980	EUR	out/23	mar/25	23 712	55 328	-	(4 158)
							53 629	140 782	-	(23 572)
Outras geografias/ Outros projetos:										
Outros							260 313	608 685	45 151	92 964
							260 313	608 685	45 151	92 964
							2 418 502	3 812 214	(31 898)	(377 017)

17. Fornecimentos e serviços externos

17.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especializa o do exercício).

Loca oes

As locações nas quais a Empresa é locatária são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação a Empresa reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Nos contratos de locação em que a Empresa é locatária e cujos ativos subjacentes tenham um valor de aquisição estimado inferior a 5.000 USD (como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos - Rendas e alugueres”.

17.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os Fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

	1 401 687	2 348 502
--	------------------	------------------

O detalhe dos pagamentos da locação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é como segue:

	147 010	190 322
--	----------------	----------------

A atividade da AdP Internacional não é, na maioria das situações, comparável entre anos, tendo em conta os projetos em curso em cada um dos exercícios, particularmente no que respeita à sua natureza e dimensão (e consequentemente dos recursos alocados). A redução verificada nesta rubrica é justificada essencialmente por: projetos terminados em 2023 (Bengo, Cunene e Guiné-Bissau) que implica uma redução generalizada nos gastos essencialmente em serviços especializados, materiais e conservação e reparação.

18. Gastos com pessoal

18.1 Políticas contabilísticas

Os benefícios a curto prazo dos empregados e os benefícios de cessação de emprego são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os benefícios a curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados e contribuições para a segurança social, licença anual paga e licença por doença paga, participação nos lucros e bónus (se pagáveis dentro de doze meses após o final do período) e benefícios não monetários (tais como cuidados médicos, habitação, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) relativos aos empregados correntes, e o seu pagamento é expectável que ocorra num prazo máximo de 12 meses.

A Empresa reconhece um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios.

18.2 Detalhe

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os Gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Ativos fixos tangíveis	5	52 955	93 257
Ativos sob direito de uso		242	20
		53 197	93 277
		31.12.2025	31.12.2024
Remunerações dos Órgãos sociais		346 594	314 995
Remunerações do pessoal		1 301 510	1 409 866
Indeminizações		-	18 353
Encargos sobre as remunerações		238 276	211 522
Seguros		52 858	64 219
Gastos de ação social		2 628	1 225
Outros gastos com o pessoal		40 162	51 649
		1 982 028	2 071 829

Remunerações dos Órgãos Sociais

	31.12.2025	31.12.2024
Conselho de Administração	332 356	302 270
Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único	14 238	12 725
	346 594	314 995

Número de pessoas ao serviço da empresa:

Natureza	Número médio		Final do ano	
	2025	2024	2025	2024
Conselho de Administração	3	3	3	3
Trabalhadores efetivos	16	16	17	15
	19	19	20	18

19. Amortizações, depreciações e reversões do exercício

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as Amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

20. Outros gastos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os Outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

21. Outros rendimentos operacionais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os Gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Diferenças de câmbio favoráveis:			
. Em crédito de contratos com clientes	8	78 060	37 970
. Outros ganhos cambiais		19 947	32 648
Mais-valias na alienação de ativos fixos tangíveis		6 983	50 454
Outros rendimentos e ganhos		38 059	62 655
		143 049	183 727

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Impostos:			
. Imposto industrial retido em Angola	8	52 941	201 622
. Imposto sobre o Valor Acrescentado em Angola		39 167	199 043
. Outros impostos e taxas		1 318	464
Diferenças de câmbio desfavoráveis/(favoráveis):			
. Em crédito de contratos com clientes	8	287 845	(187 199)
. Em provisões	12	-	20 319
. Outras perdas cambiais		20 640	30 867
Multas e penalidades contratuais		175	1 862
Outros gastos e perdas		19 439	23 630
		421 525	290 608

22. Gastos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 os Gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

	NOTA	31.12.2025	31.12.2024
Juros suportados de empréstimos de empresas do Grupo		108 539	183 376
Juros suportados de passivos da locação		16	1
Diferenças de câmbio desfavoráveis		8 452	299
Juros de mora		59	3
Comissões bancárias		9 196	3 315
Outros gastos e perdas de financiamento		741	8 480
		127 003	195 474

23. Rendimentos financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os Rendimentos financeiros correspondem a juros obtidos por empréstimos concedidos a subsidiárias.

24. Imposto sobre o rendimento

24.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdP Internacional encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

8A AdP Internacional é tributada à taxa de 20% (19% em 2026, 18% em 2027 e 17% a partir de 1 de janeiro de 2028), acrescida da taxa de derrama municipal de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a Empresa cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A Empresa entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração empresarial, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da Demonstração da Posição Financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a AdP Internacional seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em “Outras reservas” consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

24.2 Estimativas e julgamentos

Na sequência da atualização do plano de negócios futuro, em 2025 a Empresa anulou os ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais reportáveis, ainda que a Lei do Orçamento de Estado de 2023 tenha alterado o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, introduzindo a eliminação da limitação temporal.

24.3 Detalhe e movimento

O saldo de imposto sobre o rendimento a receber em 31 de dezembro de 2025 e 2024 tem a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Estimativa de imposto do exercício	(17 554)	(23 534)
Pagamentos por conta de imposto sobre o rendimento	14 069	14 069
Pagamentos especiais por conta	1 820	-
Retenções na fonte efetuadas por terceiros	39 231	39 073
Imposto a receber	37 566	29 608

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a carga fiscal registada tem a seguinte composição:

	31.12.2025	31.12.2024
Estimativa de imposto do exercício	17 554	23 534
Imposto diferido	1 671 402	(145 199)
Carga fiscal	1 688 956	(121 665)
Resultado antes de impostos	(1 542 850)	(1 209 347)
Taxa efetiva de imposto	-109,47%	10,06%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

Imposto sobre o rendimento estimado no exercício	-109,47%	1 688 956	10,06%	(121 665)
--	----------	-----------	--------	-----------

Conforme indicado na Nota 24.2 em 2025 a Empresa anulou os ativos por impostos diferidos.

Em 31 de dezembro de 2025 a AdP Internacional tem prejuízos fiscais reportáveis para os quais não tem ativos por impostos diferidos contabilizados, conforme segue:

	10 055 701	1 709 470
--	------------	-----------

A Lei do Orçamento de Estado de 2023 alterou o regime de dedutibilidade dos prejuízos fiscais reportáveis, tendo sido eliminada a limitação temporal. Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis em cada período de tributação fica limitada a 65% do lucro tributável.

25. Saldos e transações com partes relacionadas

25.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 as partes relacionadas da AdP Internacional são as seguintes:

- AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (empresa-mãe);
- Entidades detidas pela AdP Internacional (AdP Timor, Aquatec e AdP Tunísia);
- Outras entidades do Grupo AdP;
- Membros do Conselho de Administração da AdP Internacional;
- Membros do Conselho de Administração da AdP SGPS.

25.2 Saldos com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 os saldos com partes relacionadas são os seguintes:

	Ativo				Passivo			Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos de empresas do Grupo	Fornecedor es e outros passivos correntes	Total	
31.12.2025								
Total de saldo da rubrica	446 423	1 602 307	114 382	2 163 112	2 981 660	2 477 874	5 459 534	(3 296 422)
AdP SGPS	-	163 442	810	164 252	2 981 660	3 831	2 985 491	(2 821 239)
Aquatec (*)	-	11 396	-	11 396	-	11 396	11 396	-
AdP Timor (*)	446 423	759 931	104 703	1 311 057	-	1 136 057	1 136 057	175 000
AdP Valor	-	-	-	-	-	34 620	34 620	(34 620)
Águas do Vale do Tejo	-	868	-	868	-	-	-	868
Águas de Santo André	-	-	-	-	-	-	-	-
Total de saldos intra-grupo	446 423	935 637	105 513	1 487 573	2 981 660	1 185 904	4 167 564	(2 679 991)
Total de saldos fora de grupo	-	666 670	8 869	675 539	-	1 291 970	1 291 970	(616 431)

(*) Saldos líquidos de imparidade

	Ativo				Passivo			Total líquido
	Empréstimos a empresas do Grupo	Clientes	Outros ativos correntes	Total	Empréstimos de empresas do Grupo	Fornecedores e outros passivos correntes	Total	
31.12.2024								
Total de saldo da rubrica	369 824	2 676 931	110 488	3 157 243	2 745 799	2 588 842	5 334 641	(2 177 398)
AdP SGPS	-	2 400	-	2 400	2 745 799	10 298	2 756 097	(2 753 697)
Aquatec (*)	-	19 787	-	19 787	-	19 787	19 787	-
AdP Timor (*)	369 824	810 924	129 789	1 310 537	-	1 207 220	1 207 220	103 317
AdP Valor	-	-	-	-	-	55 015	55 015	(55 015)
Águas do Vale do Tejo	-	869	-	869	-	-	-	869
Total de saldos intra-grupo	369 824	833 980	129 789	1 333 593	2 745 799	1 292 320	4 038 119	(2 704 526)
Total de saldos fora de grupo	-	1 842 951	(19 301)	1 823 650	-	1 296 522	1 296 522	527 128

(*) Saldos líquidos de imparidade

25.3 Transações com partes relacionadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Ano 2025	Rédito de contratos com clientes	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas operacionais	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	2 418 502	(1 401 687)	(421 525)	143 049	(127 003)	6 827	(1 800 339)
AdP SGPS	160 602	(54 190)	(1 500)	-	(108 539)	-	(164 229)
Aquatec	-	(3 429)	-	-	-	660	(2 769)
AdP Timor	-	(27 194)	-	37 893	-	6 167	16 866
AdP Valor	-	(174 485)	-	-	-	-	(174 485)
Águas do Centro Litoral	-	(616)	-	-	-	-	(616)
Simdouro	-	(999)	-	-	-	-	(999)
Águas do Tejo Atlântico	-	(3 100)	-	-	-	-	(3 100)
Simarsul	-	-	-	149	-	-	149
Total de transações intra-grupo	160 602	(264 013)	(1 500)	38 042	(108 539)	6 827	(329 183)
Total de transações fora de grupo	2 257 900	(1 137 674)	(420 025)	105 007	(18 464)	-	(1 471 156)

Ano 2024	Fornecimentos e serviços externos	Outros gastos e perdas operacionais	Outros rendimentos e ganhos operacionais	Gastos financeiros	Rendimentos financeiros	Total
Total de saldo da rubrica	(2 348 502)	(290 608)	183 727	(195 474)	5 350	(2 645 507)
AdP SGPS	(92 656)	(1 500)	-	(183 376)	-	(277 532)
AdP Timor	(140 090)	-	34 424	-	5 350	(100 316)
AdP Valor	(124 891)	-	-	-	-	(124 891)
EPAL	9 719	-	-	-	-	9 719
Águas do Tejo Atlântico	(87)	-	-	-	-	(87)
Total de transações intra-grupo	(348 005)	(1 500)	34 424	(183 376)	5 350	(493 107)
Total de transações fora de grupo	(2 000 497)	(289 108)	149 303	(12 098)	-	(2 152 400)

26. Informações exigidas por diploma legal

Das informações legalmente exigidas noutros diplomas, designadamente nos artigos 66º, 324º, 397º e 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), das disposições legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 328/95, de 9 de dezembro e das disposições referidas no Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de outubro, importa referir que:

- Em obediência ao disposto no n.º 2 do artigo 324º do CSC informa-se que a Empresa não possui quaisquer ações próprias e nem efetuou, até ao momento, qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.
- Em obediência ao disposto no n.º 4 do artigo 397º do CSC informa-se que, no decorrer de 2025, não foram efetuados quaisquer negócios entre a Empresa e os membros dos seus órgãos sociais.
- Em obediência ao disposto no artigo 21º do Decreto-Lei n.º 411/91 de 17 de setembro, informa-se que a Empresa não é devedora em mora a qualquer caixa de previdência, resultando os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2025, da retenção na fonte de descontos e contribuições referentes ao mês de dezembro, cujo pagamento se efetuou em janeiro de 2026, nos prazos legais.

27. Eventos subsequentes

À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afetem a apresentação das mesmas.

Lisboa, 21 de abril de 2026

O Conselho de Administração

Carla da Conceição Afonso Correia
(Presidente)

O Contabilista Certificado

Carla Isabel Costa Pinto Ribeiro

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura
(Vice Presidente)

Andrew Donnelly
(Vogal)

ANEXO III - RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

ANEXO IV - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

